



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 20

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 21 de abril de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Feita a chamada das Sras. e Srs. Deputados, deu-se continuidade à discussão da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”](#); [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021”](#) e [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”](#).

Sobre estes pontos da agenda intervieram as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Bárbara Chaves (PS), António Lima (BE), Valdemira Gouveia (PS), Marco Costa (PSD), Pedro Neves (PAN), Deputado Tiago Lopes (PS), Rui Martins (CDS/PP), Gustavo Alves (PPM), Catarina Cabeceiras (CDS/PP), Francisco César (PS), Carlos Furtado (CH), João Bruto da Costa (PSD), José Gabriel Eduardo (PS), Sandra Faria (PS), Andreia Costa (PS), António Vasco Viveiros (PSD), Tiago Branco (PS), Lubélio Mendonça (PS), Rui Espínola (PSD), Carlos Ferreira (PSD), Miguel Costa (PS), Bruno Belo (PSD), Nuno Barata (IL), Pedro Pinto (CDS-PP), Vílson Ponte Gomes (PS), Flávio Soares (PSD), Célia Pereira (PS), Manuel Ramos (PS), José Contente (PSD), Paulo Silveira

(*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*), Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*), Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*), Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*), Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa que proceda à chamada.

Secretário: Bom dia a todos.

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria Valdemira Gouveia Andrade **Carvalho**

Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz da **Costa**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Flávio da Silva **Soares**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**

Rui Miguel Mendes Espínola
Sabrina Marília Coutinho Furtado
Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto
Rui Miguel Oliveira Martins

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado
José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados: ontem quando encerrámos os nossos trabalhos, estávamos na discussão das áreas da competência da Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados se ainda há pedidos de intervenção nestas matérias?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos avançar nos nossos trabalhos com a próxima área governativa. Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas *(Alonso Miguel)*:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XIII Governo Regional estabeleceu no seu Programa de Governo o desenvolvimento sustentável como pilar fundamental da sua ação no quadro da presente legislatura.

A afirmação do ambiente e do combate às alterações climáticas nos documentos orçamentais e de investimento, de forma transversal a todas as tutelas governamentais, constitui uma resposta decisiva perante os desafios que enfrentamos.

Nesse sentido, o Plano Anual Regional para 2021, no domínio do ambiente, centra-se em aspetos fundamentais para o desenvolvimento sustentável da Região, como a adaptação às alterações climáticas, a melhoria da gestão de resíduos, a conservação da natureza, a gestão dos recursos hídricos e o ordenamento do território, representando um investimento que ascende a cerca de 19 milhões de euros.

No quadro da emergência climática global, concentraremos a nossa ação na preparação da Região para os impactos das alterações climáticas e nos necessários esforços a realizar rumo à redução da pegada ecológica e à neutralidade carbónica.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Travaremos este combate através da implementação de medidas que fomentem a consciencialização em relação a este fenómeno, que garantam a preservação do nosso património natural e, sobretudo, que garantam a segurança das nossas populações.

Neste quadro, assume especial relevância o programa LIFE IP CLIMAZ, que será um instrumento fundamental para implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, garantindo um investimento de 19,8 milhões de euros na próxima década, dos quais 825 mil euros em 2021.

Os restantes Projetos LIFE a decorrer na Região, com enorme relevância ao nível da conservação da natureza e da preservação da biodiversidade representam um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros para o presente ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 2021 decorrerá o procedimento de revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores e do respetivo regime jurídico.

Nesta matéria, para além de um reforço ao nível das campanhas de informação e sensibilização para a redução, reutilização e reciclagem, será promovida uma melhoria dos sistemas de recolha porta-a-porta e de recolha seletiva, assim como a beneficiação da rede de ecopontos e ecocentros da Região.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Importa também salientar a implementação do Sistema de Depósito de Embalagens não Reutilizáveis de Bebidas nos Açores, que permitirá instalar 25 máquinas de logística reversa distribuídas por todas as ilhas do arquipélago, com benefícios pecuniários para o utilizador, significando um investimento de cerca de um milhão de euros em 2021.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) e **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente ao Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, proceder-se-á à conclusão das alterações aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira de São Jorge, Terceira e São Miguel, bem como à conclusão dos Planos de Gestão de Áreas Protegidas das ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge, Terceira e Santa Maria.

Serão também concluídas as Revisões do Plano Regional da Água e do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027, dando-se início à revisão do Plano de Gestão de Riscos de Inundações na Região Autónoma dos Açores, bem como do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ao nível das infraestruturas, o plano para 2021 prevê dotação para a requalificação do Miradouro da Ponta da Ferraria e a conclusão da requalificação dos percursos pedestres e miradouros da Serra de Santa Bárbara, estando ainda prevista verba para a construção do Centro Interpretativo do Algar do Carvão e as requalificações do Miradouro da Lagoa do Fogo, da Mata

Ajardinada da Lagoa do Congro e do Pólo de Pedro Miguel, do Jardim Botânico do Faial.

No que se refere à requalificação, conservação e monitorização da rede hidrográfica, serão realizados investimentos de cerca de quatro milhões de euros, com destaque para as intervenções nos caudais das ribeiras da ilha Terceira e na Ribeira da Prainha de São Caetano, na ilha do Pico.

Importa ainda destacar em sede do Plano para 2021 o investimento de cerca de 1,8 milhões de euros nos incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha e de pomares de espécies tradicionais, bem como uma dotação de meio milhão de euros para o Programa ECO Freguesia - Freguesia Limpa, que se tem revelado um instrumento importante de cooperação com as freguesias da Região, em termos da promoção da qualidade ambiental.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes são o primeiro Orçamento e o primeiro Plano do XIII Governo Regional dos Açores.

As medidas que hoje apresentamos consubstanciam um programa de legislatura e procuram responder aos desafios do presente e do futuro.

Importa, pois, assegurar que as mesmas sejam complementadas e reforçadas com recurso aos instrumentos comunitários atualmente disponíveis, tendo, para o efeito, sido apresentado um conjunto de candidaturas ao Programa REACT_EU, que aproveito a ocasião para anunciar.

Em articulação com a revisão do PEPGRA, será criado do Roteiro de Economia Circular Regional, adaptando à Região o novo Plano de Ação para a Economia Circular, que é um dos principais alicerces do Pacto Ecológico Europeu, com o

objetivo de fomentar medidas a aplicar a todo o ciclo de vida dos produtos e de implementar algumas medidas prioritárias, como a inclusão da circularidade nas indústrias e nas empresas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: As candidaturas apresentadas ao REACT-EU, permitirão ainda um investimento de 4 M€ na elaboração de Cartografia de Risco para a mitigação e adaptação das Alterações Climáticas, bem como criar o roteiro para a neutralidade carbónica, que possibilitará desenhar os correspondentes instrumentos fiscais e proceder à elaboração e publicação de guias de boas práticas setoriais e territoriais para a neutralidade carbónica, com uma verba de 800 mil euros para o efeito.

Foi apresentada uma candidatura no valor de 4 milhões de euros com vista à melhoria de funcionamento e ao apetrechamento e modernização do Centros de Processamento de Resíduos da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento da Região para 2021 reafirmam a determinação que conforma as políticas do ambiente estabelecidas no programa do XIII Governo Regional dos Açores, de forma lógica, eficiente e equilibrada:

- aproveitando e valorizando o que de melhor foi feito no passado, mas inovando e rumando a novos desafios;
- respeitando os compromissos já assumidos, mas enfrentando com firmeza o muito que ainda há por fazer;
- Aceitando o legado que nos foi deixado, mas dando início à execução dos objetivos vertidos no Programa do XIII Governo Regional do Açores, criando uma nova dinâmica e uma nova matriz identitária de políticas públicas na Região.

Estamos por isso certos dos nossos propósitos. Estamos convictos do nosso caminho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves** (*PS*): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Sendo a sustentabilidade ambiental um dos pilares do desenvolvimento sustentável, esta é de facto uma temática que, para este Grupo Parlamentar e para os Governos do PS por nós suportados, confere uma atenção muito especial e primordial para o desenvolvimento dos Açores.

Neste sentido, gostaria de colocar algumas questões e deixar também algumas considerações que, para nós, é importante tecer, no seguimento da abordagem e da análise que fizemos a estes documentos.

Apesar de existirem algumas matérias que são o cumprimento daquilo que já vinha de trás foi feito pelo Governo anterior do Partido Socialista, gostaríamos de colocar, ainda assim, algumas questões.

O Governo já anunciou que pretende fazer, até ao próximo verão, o desmantelamento da empresa AZORINA.

Como já dissemos, para o PS, este é um retrocesso no que vinha a ser feito, em termos de sensibilização e promoção ambiental de um trabalho desenvolvido em rede ao nível dos centros de interpretação da Região e ao nível da rede

regional de ecotecas, temendo-se agora que todo este trabalho desenvolvido por técnicos qualificados e empenhados seja posto em causa devido a esta opção política de desmantelar a empresa.

Mas tomada que está a decisão por parte desta minoria governativa é importante, para além de assegurar a integração de todos os funcionários e colaboradores da empresa, saber como será efetivamente feita a gestão da rede regional de ecotecas e centros de interpretação da Região, atendendo a que ao nível do Plano e das Orientações de Médio Prazo, não se consegue perceber muito bem qual será esta opção.

Uma breve abordagem, também, ao nível do combate às térmitas que, em anteriores Legislaturas mereceu grandes e entusiásticas discussões, incluindo da parte do PSD e de alguns dos Membros do Governo que ali estão, os quais também participaram nesses debates.

Sr. Secretário, havia um projeto conjunto entre a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo e a Secretaria Regional da Solidariedade Social, com vista à eliminação de térmitas nas ilhas de St^a. Maria, S. Jorge e Pico.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sabe de quem foi esse projeto?! Lembra-se?!

A Oradora: A implementação desse projeto contava – relembro – com a celebração de contratos ARAAL com as autarquias mediante a intervenção nas habitações infestadas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A senhora lembra-se de quem foi esse projeto?!

A Oradora: Pergunto-lhe, Sr. Secretário, tendo em conta que era uma parceria entre dois departamentos do Governo, de um dos quais o senhor é responsável, qual o ponto de situação deste processo, o qual estava orçado em cerca de 300 mil euros, tendo em conta que no Plano para 2021 consta uma verba de apenas

30 mil euros para o combate às térmitas, ou seja, 10% do valor total desse projeto?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): A senhora deixou destruir o património edificado!

Não tem credibilidade para falar sobre isso!

A Oradora: Ao nível dos resíduos – Sras. e Srs. Deputados – o caminho que os Açores fizeram ao longo dos anos é, em nosso entender, digno de registo.

Alguns dos que aqui estão, ainda são do tempo e ainda se lembram de que os resíduos eram depositados a céu aberto, em lixeiras ou vazadouros ilegais, sem qualquer tratamento dos seus lixiviados, sem controle de deposição.

Hoje, todas as ilhas – felizmente – têm centros de processamento de resíduos e lixeiras e aterros sanitários estão praticamente todos encerrados nas nossas ilhas.

Todas as ilhas têm implementados sistemas de recolha seletiva, operados licenciados de gestão de resíduos. E todas as ilhas enviam para destino final adequado os seus resíduos produzidos e recolhidos seletivamente.

Esta é uma das heranças que nós deixámos e que muito nos orgulha tê-lo feito.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): A herança das térmitas, só se for.

A Oradora: Mas é claro que nem tudo está concluído. É claro que é possível fazer sempre mais.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Deixaram-nos uma herança pesada.

A Oradora: E é por isso que o Partido Socialista no seu programa eleitoral previu, contemplou e propôs, entre outras componentes, a realização de um projeto relativamente aos resíduos biodegradáveis.

Ora bem, vemos então com muito bons olhos a inclusão no Plano para 2021 desse nosso objetivo que foi sufragado pelos açorianos, tendo merecido a concordância maioritária.

No entanto, Sr. Secretário, analisando o que está inscrito no Plano, percebe-se que a verba alocada a esta ação (cerca de 40 mil euros), se destina apenas à aquisição de contentores. Ora, para o que eram os nossos objetivos iniciais, isto fica muito aquém do que pretendíamos desenvolver nesta Legislatura.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário, onde fica a parceria com os municípios, atendendo às responsabilidades específicas e legais destas instituições?

E a capacitação dos agentes para a produção de um composto de qualidade, que é afinal o objetivo do projeto?

E a campanha de sensibilização ao nível da população?

Fica, de facto, Sras. e Srs. Deputados, quase tudo por fazer.

Questionamos, também, Sr. Secretário, onde fica a intenção constante do Programa do Governo, e à qual se referiu hoje na sua intervenção, que pretendia promover melhorias ao nível da recolha porta a porta e no sistema de ecopontos, sobrepondo-se até de certa forma – é verdade – às competências dos municípios?

Neste Plano, verbas não se vislumbram.

Teme-se, por isso, que este seja um projeto que não saia do papel e que se fique pelo plano das intenções.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Não seria original.

A Oradora: Por último, e porque o meu tempo urge, relativamente às alterações climáticas, gostaria de dizer que esta será uma matéria que, para nós, terá uma grande atenção e em relação à qual estaremos muito vigilantes.

Lembro que foi a estratégia regional para as alterações climáticas realizada em 2011, que permitiu que se aprovasse nesta Casa o Plano Regional para as Alterações Climáticas que constitui uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Este Plano prevê a inclusão de 76 medidas concretas, Sr. Secretário, sabendo-se que muitas delas associadas ao setor energético e à sustentabilidade ambiental

já estão em execução por iniciativa do anterior Governo, pergunto-lhe objetivamente quais são as ações que materializam as medidas previstas neste Plano Regional para as Alterações Climáticas e que se iniciarão este ano?

Pergunto-lhe isto, porque ao nível do Programa Life que está associado à implementação desta medida, há um financiamento de cerca de 12 milhões de euros, mas no Plano para 2021 não se vislumbram medidas concretas, apesar de algumas parcerias e algumas referências breves ao nível da parte dedicada à componente ambiental.

Fico, então, a aguardar os seus esclarecimentos a estas contradições que apresentei.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Não há contradições nenhuma!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Vamos proceder à literacia política!

A nossa próxima medida é literacia política!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:

Na área ambiental, este Plano tem uma lacuna de relevo que se prende com a construção da incineradora da ilha de S. Miguel.

Nada é dito o que pretende fazer o Governo para impedir a sua construção. E digo isto com especial estupefação, porque um dos partidos que integra o Governo, tem-se manifestado inúmeras vezes contra este projeto.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É liberdade! É democracia!

O Orador: Até indo a tribunais. Mas quando tem o poder político de o travar, nada faz.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Seja correto!

O Orador: Por outro lado, é com ainda maior estupefação que olhamos para o Orçamento e vemos que não há propostas sobre esta matéria.

Ora, é o próprio maior partido (PSD) que integra o Executivo que nas audições para o Plano, referiu que era necessário um estudo para aferir dum possível envio de resíduos da ilha de S. Miguel para a ilha Terceira, para olvidar a construção da incineradora de S. Miguel. Olhamos para o Plano e Orçamento e nada é dito sobre isto.

Sr. Secretário, o que lhe pergunto é o que vai fazer o Governo?

Será que vai licenciar um projeto, cujas metas sabe que não vai cumprir, ou seja, que vai impedir a Região de cumprir as metas?

Gostaria também de saber se vai licenciar um projeto que – sabe - tem uma declaração de impacto ambiental que, segundo estudos de associações ambientais, não irá cumprir a própria declaração e as próprias condicionantes?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso não é verdade!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta o que disse o Sr. Secretário Regional do Ambiente na Comissão Parlamentar que o projeto de requalificação do Miradouro e do Trilho

da Lagoa do Fogo em S. Miguel estava praticamente concluído, e verificando que está inscrita no Plano a verba de apenas 31.553 euros, gostaria de perguntar se tenciona avançar e executar esta obra ainda este ano?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como aqui afirmámos na discussão do Programa do Governo, governar os Açores é governar uma Região privilegiada na sua componente ambiental.

Na salvaguarda do importante património natural, carregado de um enorme potencial, o XIII Governo dos Açores criou a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, dando um sinal claro do caminho que pretende trilhar.

Dep. Bruto da Costa e Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem.

O Orador: Naquela que é uma postura bem assumida desde o início, encontra-se em preparação diversa regulamentação de uma forma atual e ambiciosa. E esta é uma das notas de realce deste Plano e Orçamento: a revisão, alteração e adaptação da legislação em termos de ambiente. Esta intenção é fruto dum exercício realizado com muito sentido de responsabilidade.

Tal como referiu o Sr. Secretário, e voltamos a mencionar, como o Plano de Mitigação para as Alterações Climáticas, tal como o Plano Regional da Água, o Plano de Prevenção e Gestão para os Períodos de Carência e de Recursos Hídricos, o Plano Estratégico e o Regime Jurídico de prevenção e gestão de resíduos dos Açores, o Regime Jurídico da avaliação de impacto ambiental e

licenciamento ambiental e ainda o Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territoriais, são importantes documentos a analisar e a atualizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No que se refere à conjugação da sustentabilidade e gestão e a exploração dos recursos, não posso deixar de referir o Pico salientando, neste particular, a sensibilidade para o aumento das verbas para manter a paisagem protegida da cultura da vinha da ilha do Pico, naquela que é uma conjugação quase perfeita entre economia, ambiente, cultura e sustentabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A favor do crescimento das produções vitivinícolas e do enoturismo.

A componente de gestão dos recursos hídricos está bem patente neste Plano, na perspetiva de mitigar as situações de dano ou perigo e tendo presente que, no plano económico, podemos e devemos gerir melhor o tão fundamental recurso: água.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro), Deputados Bruto da Costa e Pedro Nascimento Cabral (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também em relação ao Pico, deixamos a nossa preocupação sobre os recursos hídricos disponíveis, sabendo da importância que é dada por este Governo, mas querendo mais. E é por isso que apresentamos propostas de alteração ao desenvolvimento de projetos que permitam captar, armazenar, distribuir água, no caso particular, da agropecuária.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Reiteramos que consideramos, no caso do Pico, que temos que desenvolver ao máximo a capacidade de armazenamento de água em altitude, aproveitando os elevados níveis de pluviosidade e adotando, depois, tecnologias necessárias para a colocar ao serviço das diversas atividades económicas e das populações.

Para o Pico, particularmente para a freguesia de S. Caetano, este Plano propõe-se – e bem – completar os projetos anteriormente iniciados, nomeadamente a correção dos leitos das ribeiras. Mas também para a mesma freguesia –S. Caetano – deixo o repto: estamos ainda longe de todas as situações de risco existentes corrigidas e, portanto, o trabalho e as avaliações devem, e vão certamente, continuar.

Como nota final, deixamos a reflexão ligada ao despovoamento das nossas ilhas.

O ambiente e as políticas de ambiente, podem e devem ser ...

(Neste momento registou-se uma interrupção no som da sala)

...de forma sustentável, com respeito e indo ao encontro das comunidades e das populações informadas e a informar, certamente dispostas a serem cuidadoras e guardiãs das nossas ilhas.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro) e Deputados João Bruto da Costa e Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, sim, damos o nosso acordo ao Plano e Orçamento para a área do ambiente, valorizando toda a visão e desafio a que se propõe a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Disse.

(Aplausos da bancada do Governo e dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

***Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Espero que desta vez o microfone não se desligue. Mas acho que foi por causa da retórica do Sr. Deputado do PSD. Até o microfone teve vergonha e teve que desligar. Isto porque, a propósito da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, falar da água – que é tão importante para nós - e meter agropecuária tudo na mesma frase, peço imensa desculpa, mas ou é bipolaridade ou é esquizofrenia!

Nós temos um problema de água, sim. Mas e o problema das pessoas?! Isso também vai ser canalizado? Ou só vamos canalizar para a agropecuária e esquecer completamente o resto?!

A água, sim, é um problema.

A água tem que ser a prioridade da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Nós já dissemos isso na audição do Sr. Secretário.

Gostaria também de falar agora sobre o *cavalo de Troia* que é o eco parque que é para cumprir (tem que ser), para a gestão de resíduos, como se fosse a coisa mais maravilhosa que nós temos aqui nos Açores.

Perguntaria o seguinte: termos a Secretaria Regional Ambiente e Alterações Climáticas. Acho que foi um passo extremamente importante para os Açores, mas deixemos apenas a retórica e vamos usá-la também para ser a Secretaria 2.0 da agricultura?

É que assim parece. Ou seja, parece que estamos a usar o ambiente e a nossa ruralidade e a nossa natureza apenas para a agropecuária.

Sras. e Srs. Deputados, acho que temos que mudar um pouco o paradigma e ver as alterações climáticas, sim, pela mitigação da hipocarbónica que temos que fazer e nunca a pensar na agropecuária e em como é que as alterações climáticas poderão ajudar esta atividade e não ao contrário, isto é, como é que a agropecuária poderá ajudar a mitigação das alterações climáticas nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer as questões que nos foram colocadas pelas Sras. e Srs. Deputados.

Tentarei responder a todas elas da forma mais concreta possível.

Começo pela questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Neves, que anteriormente já havia sido colocada pelo Sr. Deputado António Lima que – permita-me que lhe diga – vejo com surpresa ter trazido este tema nesta sua intervenção sobre o Plano e Orçamento, nomeadamente a proposta de alteração que apresentou, quando ainda há 2 meses este Parlamento decidiu fazer baixar à Comissão 4 iniciativas de diversos partidos que visavam este tema...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ...exatamente por entender que este tema é importante e que devia ser estudado duma forma mais aprofundada.

Portanto, vejo isso com surpresa. Ainda assim, gostaria de reafirmar a posição do Governo Regional e que naturalmente é a de que a iniciativa de construção duma central de valorização energética é da responsabilidade da Associação de Municípios da ilha de S. Miguel e é uma competência da MUSAMI.

Na verdade, existe um problema gravíssimo da gestão de resíduos em S. Miguel, onde 70% dos resíduos continuam a ser depositados em aterro e isso, sim, é verdadeiramente inaceitável e não pode acontecer. Por isso, é mesmo necessário encontrar uma solução urgente.

Neste sentido, o Governo Regional sempre disse que o que importava era encontrar um projeto o mais sustentável possível do ponto de vista ambiental, que permitisse respeitar a hierarquia da gestão de resíduos, cumprir com as metas definidas a nível comunitário e, sobretudo que respeitasse a legislação em vigor, nomeadamente o PEPGRA. E a verdade é que o PEPGRA prevê a construção duma central de valorização na ilha de S. Miguel.

Portanto, se o entendimento da AMISM e da MUSAMI é de que a solução para este problema deve passar pela construção duma central de valorização energética em S. Miguel, com um tratamento mecânico e biológico a montante, pois o Governo Regional, estando cumpridas as premissas que definiu, não deverá – obviamente - interferir nas competências próprias e legítimas dos municípios, desde logo, porque isso seria uma clara ingerência; e, depois, porque existe um projeto já aprovado e já adjudicado no valor de 58 milhões de euros, tendo sido aprovado e financiado pela União Europeia.

Por isso, Sr. Deputado António Lima, importaria talvez explicar aos açorianos, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, onde é que deveríamos cortar para poder transportar resíduos de uma ilha para a outra; se será na saúde, na educação ou nos apoios sociais? Portanto, V. Exa. poderia fazer esse esclarecimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação às alterações climáticas, foi levantado aqui um conjunto de questões pela Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Começando pela AZORINA, Sra. Deputada, a intenção de extinção desta empresa, prende-se com a eliminação de uma sobreposição de competências e uma duplicação de serviços. Ou seja, é uma medida de eficiência de gestão. E é um processo tendencialmente de integração, quer dos serviços, dos recursos humanos ou das competências. E, portanto, todos os serviços que a AZORINA prestava, continuarão a ser prestados por administração direta da tutela. É apenas isto.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A Sra. Deputada colocou também algumas questões em relação às térmitas. Enfim, permita-me que lhe diga que não sei onde é que a senhora andou nos últimos 12 anos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Bárbara Chaves (*PS*): A questão é: onde é que o sr. estava há 12 anos...?

O Orador: A Sra. era Deputada desta Casa. Esteve cá. E bastas vezes os partidos que estão representados neste Parlamento levantaram essa questão, e eu fazia parte deles porque era Deputado pelo Grupo Parlamentar do CDS. Levantei essa questão várias vezes e nunca obtive uma resposta da sua parte.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Em todo o caso, a verba que aqui está é para monitorização da dispersão das térmitas e para prestação de serviços nesse âmbito.

Em relação ao projeto de que falou, era um projeto da habitação e desconheço qualquer protocolo estabelecido com o ambiente para esse efeito.

Em relação aos resíduos orgânicos, como disse há pouco, foi feita uma candidatura ao REACT, EU, no valor de 4 milhões de euros e que prevê exatamente apetrechar e modernizar os centros de processamento de resíduos e produzir composto de qualidade. Portanto, nesse sentido, nós teremos que avançar de facto e conseguir fazer essa transição para uma melhor recolha seletiva de bio resíduos.

Também ao nível das recolhas seletivas, eventualmente teremos sempre que avançar para um sistema assente no poluidor-pagador e a ideia é exatamente proceder a um conjunto de estudos-piloto e de projetos que permitam identificar quais os modelos que se adaptam melhor a cada ilha, para depois os respetivos municípios poderem implementar esses sistemas, acompanhados dum quadro financeiro a eles direcionado – não poderia ser de outra forma.

Relativamente às alterações climáticas, disse a Sra. Deputada que estaria vigilante à implementação do CLIMASE. Permita-me que lhe diga que gostaríamos que estivesse estado vigilante quando o programa para as alterações climáticas teve uma derrapagem de 5 anos na sua apresentação. Mas com certeza que iremos implementar esse grande projeto – o LIFE CLIMASE – é importante que se implemente e é uma das prioridades desta Secretaria.

Sra. Deputada Valdemira Gouveia, quanto ao projeto de requalificação da Lagoa do Fogo, o estudo prévio está concluído. Este é um processo que, como sabem, gerou muita discussão, e foram feitas alterações ao projeto. E agora obviamente será feita uma nova discussão pública, será apresentado o estudo prévio publicamente e irá também para discussão, no âmbito do CRADS. Nós

esperamos que a execução possa acontecer no início do ano de 2022, razão pela qual a verba para a execução física da obra não está inscrita aqui.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Depois não digam que o Sr. Secretário não respondeu às questões!

Deputado Miguel Costa (PS): Esse foi um bom exemplo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que concerne à construção do Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão, tal como o senhor disse na sua intervenção, a proposta de Plano para 2021 contempla uma verba de 50 mil euros, quando na anterior Legislatura, com apoios no âmbito do FEDER, a empreitada estava orçamentada em cerca de 1 milhão e 750 mil euros. E tudo ficou pronto para o lançamento do procedimento. E, neste sentido, solicito esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional relativamente a esta matéria.

Obrigado Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS) e Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar duas notas.

Em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Pedro Neves para lhe dizer que vou deixar de parte os termos que o senhor utilizou na interpretação que fez à minha intervenção.

Devo dizer-lhe, ao Sr. Secretário e a si, que a leitura que transmiti foi a que devemos ter sobre a importância da água para todos os setores.

Estranhei, por isso, a forma como quis cavar um fosso entre atividades económicas, sustentabilidade ambiental e políticas de ambiente. Acho que não foi de forma alguma isso que transmiti, daí ter estranhado um pouco a sua forma de colocar as coisas.

Portanto, agora para o Sr. Secretário e toda a Câmara, a mensagem que quis transmitir e que reitero, é a de que dando o exemplo de casos como o do Pico, não podemos continuar a pensar que vamos ter água disponível para toda a população e todas as atividades económicas baseada em perfurações. Há elevados níveis de precipitação e temos que criar e adotar métodos e formas de a captar e distribuir de uma forma sustentável e ao dispor de todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria de dizer ao Sr. Secretário, uma vez que já foi por diversas vezes levantada a questão da AZORINA, é sempre com estranheza que vemos estas afirmações por parte do PS, porque o esboço do setor público empresarial dos Açores foi desenhado pelo PS e acabou por ser apagado também pelo PS, portanto é sempre estranho ver o ruído que se consegue introduzir nesta matéria.

Quero também dizer ao Sr. Secretário, que ele tem sido muito claro e objetivo no que tem transmitido aos açorianos e aos funcionários da AZORINA de tudo o que vai acontecer.

Portanto, tudo o resto é ruído num processo que tem sido muito frontal e objetivo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Alerto-o de que tem mesmo muito pouco tempo.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Pronto, já está.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Vice-Presidente, você limitou o Sr. Secretário, mas não me vai limitar a mim.

É o Sr. Presidente da Assembleia que me vai cortar a palavra!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Deputado, o que é que o senhor está para aí a dizer? Quem é você?!

Mas quem é o senhor?!

O Orador: Sr. Deputado Marco Costa, foi você quem fez o fosso!

Falou apenas da agropecuária e esqueceu-se das pessoas.

Eu não conheço a realidade do Pico. Mas em S. Miguel nós ficamos sem água! As pessoas não têm água na torneira! E eu falo da Ribeira Grande, porque no verão tenho dificuldade em ter água na minha torneira. Por isso, o fosso foi você que o fez, porque pensou só economicamente, pensou só na agropecuária e nem sequer pensou nas pessoas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Essa foi a diferença.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: De resto, concordo consigo sobre a captação e retenção da água. Mas é preciso também não esquecer que o solo tem que fazer a retenção da

água. E o nosso solo não está a captar nem a reter água o suficiente, porque se calhar não temos a quantidade de floresta que devíamos ter.

Há o problema do agrorural, porque temos 56% de área que é só prado e não temos sequer as árvores para reter água.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Ficou registado Sr. Presidente.

Presidente: Pode registar Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): O Sr. Deputado que apresente a proposta durante a campanha eleitoral!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Deputado quem o condiciona a si é o tempo!

Quem condiciona o Governo é o tempo, chama-se gestão!

A educação fica com quem a tem!

Deputado Pedro Neves (PAN): O senhor tentou condicionar as respostas do Sr. Secretário!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Se o senhor não admite uma brincadeira o problema é seu!

Presidente: O PAN esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves, como esgotou o seu tempo, vai continuar a falar. Espero que depois haja essa atenção no meu tempo.

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Rui Martins faça a sua intervenção.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

A minha intervenção refere-se à questão trazida pelo Bloco aqui a debate sobre a incineradora.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não compete ao Sr. Secretário sobrepor-se a esta Assembleia. As suas competências estão descritas e quem legisla efetivamente é esta Assembleia.

Depois trazer para a discussão do Orçamento uma pergunta de retórica, quando há pouquíssimo tempo, em sessão plenária desta Assembleia, se decidiu por unanimidade baixar à Comissão a análise das propostas de vários partidos políticos exatamente sobre este tema para maior reflexão e análise, e ao pretender agora o Bloco introduzir no Plano e Orçamento uma alteração acerca deste tema, eu perguntaria se já tem as respostas todas?

É isso que o Bloco está a querer dizer? Não precisamos de analisar mais nada, é isso?

Esta abordagem configura tão só e apenas aquilo que considero de chicana política. E o CDS não está disponível para esse enredo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda votou contra a baixa da iniciativa à Comissão, por isso não foi por unanimidade. E sempre considerámos que as iniciativas sobre esta matéria estavam prontas a ser discutidas e, da nossa parte, não há dúvidas.

Temos uma posição e o CDS diz que precisa estudar - também não temos dúvidas. Já anda a estudar esse assunto há muito tempo.

Da nossa parte, está mais do que decidido.

Os números mostram, Sr. Secretário, que o projeto e as metas de reciclagem nos Açores e na ilha de S. Miguel, não foram cumpridas. E as metas que estão previstas não foram cumpridas com este projeto e ele não pode ser licenciado.

O Sr. Secretário só tem uma coisa a fazer: não licencie e revogue a DIA.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo urge, dizer que relativamente às térmitas – Sr. Secretário – nos últimos 12 anos eu estava aqui e o Partido Socialista estava ali a fazer projetos e a desenvolver iniciativas também na área das térmitas, mas não só, projetos esses que o senhor agora desconhece.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Ó Alonso, não tenhas piedade!

A Oradora: Gostaria também de perguntar que alterações de fundo serão feitas no miradouro da Lagoa do Fogo, tendo em conta que já tinham sido feitas e consensualizadas no seguimento da consulta pública realizada na altura na ilha de S. Miguel?

Gostava de saber quanto tempo é preciso para fazer um projeto que já estava consensualizado e realizado?

Muito obrigada.

Deputado Nuno Barata (IL): Não estava não senhora!

O projeto não é consensual!

Deputada Bárbara Chaves (PS): É sim senhor.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Tiago Lopes, em relação ao projeto do Algar do Carvão não está aqui, porque está a ser alterado e provavelmente não será executado este ano; se sim, só no final do ano.

Os orçamentos deste Governo são rigorosos e são realistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Costa (*PS*): Ai Sr. Secretário, paciência!

Deputada Bárbara Chaves (*PS*): As prioridades é que são outras Sr. Secretário.

O Orador: É que este projeto esteve inscrito o ano passado com uma verba de 1 milhão de euros e não foi executado absolutamente nada.

Em relação à Sra. Deputada Bárbara Chaves, pois o projeto leva tanto tempo a executar, como levou anteriormente, porque teve também inscrita uma verba no orçamento do ano passado. E sabe quanto é que foi realizado?

Nada, zero!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Queria gastar o resto do tempo que tenho com o Sr. Deputado Pedro Neves, pois reconheço que o senhor me colocou uma questão nas audições e eu não lhe respondi e, portanto, tenho todo o gosto em poder fazê-lo agora.

O projeto LIFE CLIMASE tem de facto um conjunto de medidas a implementar na agricultura e nas florestas, como a redução e cessação de pastoreio em áreas relevantes ou a criação de soluções alimentares com a integração de algas para redução das emissões de gases de efeito estufa, a criação de pastagens bio diversificadas e a reconversão de pastagem em floresta.

Queria também dizer-lhe – relativamente a uma questão levantada ontem pelo Sr. Deputado José Eduardo, sobre a tutela da agricultura, realmente esta tem aqui uma enorme responsabilidade ambiental e tem um projeto completo destinado ao desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas no valor – imagine-se! – de 40 milhões de euros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... os quais servirão para adaptação às alterações climáticas, circularidade na agricultura, transição ecológica, fomento da florestação.

Só a ação 6.2.2 – “agro ambiente, clima e agricultura biológica” – disponibiliza 12 milhões de euros no âmbito do PROPRURAL para apoio à redução da carga animal, diminuição das adubações e ao decréscimo das nebulizações do solo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, era a resposta que me faltava dar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Tal como referi – e a questão que lhe coloquei foi precisamente para pedir esclarecimentos – a empreitada estava orçamentada em 1 milhão 750 mil euros e tudo ficou pronto para o lançamento do procedimento.

Na verdade, e em bom rigor, o Sr. Secretário não quer admitir, mas o que é verdade é isto: o Sr. Secretário com essa atitude e com esse comportamento, está a colocar em causa um importante projeto para a ilha Terceira.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não estou, nem sequer os terrenos estavam no nome da Região!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para as intervenções de tribuna, sendo que há duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando me candidatei pelo PPM, em outubro do ano passado, fi-lo por amor à minha terra e às suas gentes.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Não foi uma paixão repentina, que surgiu apenas a uns meses ou dias das eleições.

A minha eleição por um pequeno partido, sem qualquer tradição ou estrutura partidária na ilha, deveu-se a um pequeno número de pessoas que me ajudaram na campanha – e a quem sempre estarei grato – e à confiança que os florentinos decidiram depositar em mim. Decidiram valorizar o meu percurso de vida. Estive, e estarei sempre disponível para os florentinos, com imensa gratidão.

A minha eleição teve uma consequência que jamais ousei sonhar: contribuiu, decisivamente, para afastar o PS/Açores do poder ao fim de 24 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi obra do destino, ou um acaso, mas a verdade é que me cabe, em parte, a responsabilidade de ter contribuído para a mudança política que se registou nos Açores. Essa responsabilidade tem uma contrapartida: o dever de contribuir para uma melhor governação na ilha das Flores e no conjunto da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O paradigma está a mudar. As Flores deixaram de ser uma das ilhas esquecidas pelo poder político. Agora somos, finalmente, escutados.

Vozes dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para além de tudo o que está contemplado no Plano e no Orçamento, que já acode a muitas necessidades nas áreas da saúde, dos apoios sociais, da educação, da cultura, da agricultura, do ambiente, da rede viária, dos transportes e da reabilitação das infraestruturas portuárias, quero aqui referir 8 projetos em que me empenhei fortemente junto do Governo Regional e dos partidos que integram a coligação de Governo.

O primeiro é a **integração do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão no Museu das Flores**. Não faz sentido que este projeto museológico não constitua

um dos polos do Museu das Flores. Que não seja valorizado nesse âmbito e que assim se reforce a capacidade e abrangência do Museu das Flores.

Vozes dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O segundo é a urgente **aquisição de uma grua para servir o Porto das Poças**. A que está instalada está muito degradada e fica inoperacional com muita frequência. Este facto prejudica gravemente os pescadores, as atividades lúdicas e as operações de socorro a embarcações que se encontrem em dificuldades ao largo da ilha.

A terceira questão que gostaria de referir aqui é a **manutenção da operação realizada pelo navio “Malena”**. Recorde-se aqui que foi justamente o PPM o primeiro partido a assinalar a insuficiência da operação de abastecimento marítimo montada pelo anterior Governo. Propusemos o fretamento de um navio com as características do “Malena” e foi isso que foi feito. Quero garantir a continuação da operação e mais que isso: diversificar as ligações marítimas asseguradas pelo “Malena” com outras ilhas sempre que isso se justificar, sem aumentar os custos da operação.

A quarta questão que aqui quero referenciar é uma velha reivindicação dos pescadores e homens do mar das Flores. Que a administração regional instale a capacidade crítica necessária na ilha das Flores para dar resposta à nossa imensa capacidade de pesca, nomeadamente, diversificando o nosso potencial, melhorando a organização e assegurando a preservação e manutenção das nossas infraestruturas. Espero resultados e sei que vou tê-los.

A quinta questão está relacionada com a **melhoria muito significativa e também urgente que é necessária implementar na Unidade de Saúde da Ilha das Flores**. Quero mais e melhores valências, mais profissionais de saúde, melhores infraestruturas e melhorar o atendimento e apoio a todos os utentes. Espero resultados e sei que o Governo Regional está em condições de operar as mudanças necessárias. Já o está a fazer.

A sexta questão que aqui quero relevar é a importância da **criação do parque arqueológico terrestre do Caminho Velho**. “O “Caminho Velho” corresponde à antiga estrada que circunda o litoral da ilha das Flores, ligando os povoados e os polos de atividade económica entre si. Corresponde a um conjunto de estradas calcetadas que rasgam a orografia abrupta e escavada da ilha. Para vencê-la, surgem diversas passagens a vau, bem como pontes que remontam, pelo menos tradicionalmente, à época Quinhentista, tidas como *Castelhanas*. O projeto arranca este ano.

A sétima questão que me preocupa é o problema da habitação. Da recuperação da habitação degradada na ilha das Flores. É uma área em que é necessário projetar uma grande intervenção. Que qualifique e recupere em grande escala a habitação degradada. É um projeto para mais que uma legislatura, mas é necessário projetar e encontrar os mecanismos adequados para intervir.

Finalmente, destaco aqui a importância de desenvolver um projeto especificamente direcionado para o controlo da infestante cana roca e posterior plantação de espécies nativas nas zonas adjacentes às estradas regionais da ilha das Flores. Será o início de um verdadeiro jardim endémico. O avanço da cana roca nos últimos anos é impressionante e colocará em causa, a breve trecho, a restante biodiversidade. Não é um problema menor. Sei que agora o projeto tem, finalmente, condições para avançar. Cheguei até a propor uma solução no âmbito do Orçamento Participativo. O mesmo foi aprovado, mas a sua utilização foi adulterada e não foi concretizada para o fim a que estava destinado.

Será agora feito no âmbito do Plano para este ano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo

Estou confiante na capacidade de resposta deste Governo Regional. Estamos agora a resolver problemas com décadas de duração. Estamos a projetar o futuro com ambição. A ilha das Flores tem um imenso potencial económico, em especial em sectores de grande futuro como o turismo, a cultura e a qualidade e diversidade ambiental. Também nos sectores tradicionais como a agricultura, as pescas e a construção civil, e isso só se resolve com a conjugação de políticas diversificadas e ambiciosas como as que acabei de referir.

No que me diz respeito tenho a certeza de que estou a ser útil. Que resolvo problemas. Que ajudo a projetar um futuro que se quer de prosperidade. Como é evidente tenho muito a aprender e a melhorar. Estou cá para isso. Para me empenhar o mais possível. Com a humildade e o espírito de serviço de sempre.

Disse!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP e do PPM:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para a próxima intervenção que é do CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhor Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

A ilha de São Jorge perdeu mais de 1/3 da sua população, situação esta que até agora não se conseguiu inverter. Ao longo dos anos, o CDS deu os seus contributos, como por exemplo, a implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs de São Jorge.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Infelizmente, este como outros, foram compromissos viabilizados pelo PS, mas nunca concretizados tendo este sido integrado da Ação da Reserva da Biosfera, desvirtuando assim a nossa iniciativa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E falando de fajãs é urgente proceder ao desassoreamento do passo na lagoa da Caldeira de Santo Cristo, pois o canal encontra-se fechado colocando em causa o equilíbrio ecológico daquele sistema lagunar.

Continuamos a defender que existem setores fundamentais para potenciar cada uma das nossas parcelas e que fomentam a fixação de pessoas: os transportes (aéreos e marítimos) – que devem ser ajustados à realidade ultraperiférica e arquipelágica que nos caracteriza; e a saúde, por força da dispersão territorial e por via da dispersão de serviços e meios.

Muitas foram as vezes, ao longo dos últimos anos, que, no âmbito da discussão dos Planos e Orçamentos, vim a esta tribuna reivindicar diferente para São Jorge.

Denunciei investimentos que se iam arrastando de plano em plano, verbas que não eram executadas ou arrastadas ao longo dos anos.

Hoje, mantenho a exigência reivindicativa que, grande parte, dos Jorgenses depositaram no CDS...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ...mas reconheço que existem janelas de esperança a abrirem-se. Dois exemplos concretos: Há muito que ansiávamos, em São Jorge, por um novo matadouro ou pela reparação do caminho da Transversal. Aquilo que propusemos no passado, nesta Assembleia, hoje são ações concretas previstas neste Plano.

Continuamos a frisar que ao longo dos últimos anos, em São Jorge, muitas têm sido as situações dramáticas no que se refere aos transportes aéreos: falta de lugares, mudança de voos, avarias, escassez de recursos disponíveis. Muitos foram os Jorgenses que perderam as suas consultas de especialidade, exames ou tratamentos, por falta de disponibilidade de lugares nos voos inter-ilhas.

Claro que os tempos de pandemia e a conseqüente menor circulação de pessoas atenuaram esses constrangimentos, mas isto não significa que estes já não existam.

Os Jorgenses e quem nos visita precisam ter garantias de lugares nos aviões atempadamente; os nossos empresários precisam ter garantias de capacidade de exportação dos seus produtos, com a rapidez necessária para os valorizarem.

Nos transportes marítimos de mercadorias precisamos de regularidade e previsibilidade e de melhorar a operacionalidade do porto da Calheta, para que os nossos empresários consigam gerir os seus negócios com outra segurança e viabilidade. Registamos com particular satisfação uma nova ação referente à dragagem do porto da Calheta, que virá melhorar a operacionalidade daquele

porto. Apresentamos, também uma proposta de alteração que prevê a elaboração do projeto para o núcleo de recreio náutico na Calheta, uma aspiração antiga dos calhetenses, e que estamos certos que contribuirá para a dinamização turística e económica do Concelho e da ilha de São Jorge.

Outro setor fundamental para nós é, sem dúvida, a saúde, e a situação difícil da empreitada de reabilitação e beneficiação do Centro de Saúde das Velas tem de ser ultrapassada o mais rapidamente possível, a solução possível e encontrada foi realizar novo procedimento concursal, assim optou, e no nosso entender bem, o Governo, por reformular o projeto, para que seja feita uma intervenção mais abrangente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Temos consciência dos prazos impostos pela contratação pública, mas estamos certos de que o Governo conseguirá agilizar tudo o mais rápido possível, para que as obras se iniciem o quanto antes e, de uma vez por todas, os Jorgenses tenham um Centro de Saúde com a dignidade e com a qualidade que merecem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Aliás, é precisamente porque sabemos das limitações em termos de espaço daquela infraestrutura que propomos uma alteração para que se avance já com o projeto para a construção de um novo bloco para o Centro de Saúde, complementando assim o edificado existente.

Mas no acesso dos cuidados de saúde, importa resolver igualmente a necessidade de fixação de mais médicos, a disponibilização de mais consultas de especialidade, melhorar os tempos de espera e uma verdadeira, eficiente e eficaz articulação entre hospitais e centros de saúde.

Temos a plena consciência de que ninguém consegue resolver tudo isto em quatro meses, mas reconhecemos que os Jorgenses conhecem as fragilidades do sistema regional de saúde há tempo demais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Precisávamos de uma Governação de proximidade, que resolva os problemas das pessoas, para que estas sintam confiança no futuro, e agora temos tudo para que isso aconteça!

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Grande discurso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para a próxima área governativa.

Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves substituiu o Deputado Tiago Branco no lugar de Secretário da Mesa)

Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota*

Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano do XIII Governo dos Açores para o ano de 2021, no tocante às responsabilidades atribuídas à Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, dá expressão àquele que é o Programa de Governo aprovado nesta assembleia a 18 de dezembro de 2020.

Trata-se de um Plano que ambiciona, no seu núcleo, contribuir para unir os Açorianos, promover condições para a animação do mercado interno, gerar fluxos de pessoas e mercadorias e distribuição de valor.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: À união e à animação do mercado interno nas ilhas estão associados os transportes marítimos e aéreos. A captação e distribuição de valor está também associada ao turismo, com visitantes procurando nas ilhas aquilo que é natural e genuíno, aquilo que é exótico e aquilo que é raro.

As fontes de energia, com uso em evolução acelerada, são o elemento impulsionador da vida que conhecemos. Nos Açores, longe das áreas com reservas de combustíveis fósseis, tem de se ter atenção especial a este tema.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: No mundo que recebemos, a intercomunicação e a complementaridade determinam a nossa civilização. Essa complementaridade, qualquer que seja a sua natureza material, só se concretiza com transportes, fazendo uso dos tipos de energia que a tecnologia e a ciência vão libertando.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Os Açores são pedaços de terra dispersos, longe dos grandes centros de vida humana. Pô-los e mantê-los a caminhar a passo próximo dos do resto do mundo exige grande esforço, engenho e arte.

A tudo isto acresce o desafio de ajustamento às circunstâncias de um mundo em acerto. Neste existe necessidade constante de antever as consequências de novas configurações sociais, tecnológicas e económicas resultantes da pandemia que se instalou pelos cinco continentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As infraestruturas associadas aos transportes são importantes, mas o seu objetivo final é o de servir a mobilidade de pessoas e mercadorias. Sem descurar novos investimentos necessários, acreditamos que estamos numa época de concluir e manter as infraestruturas que temos e de incrementar o seu uso, dando assim passos largos para integração em circuitos marítimos e aéreos Atlânticos e para a vitalização de um mercado interno efetivo.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No domínio dos transportes aéreos a nota mais emblemática deste Plano é a Tarifa Açores. Por até 60 euros, ida e volta, o preço final para um residente, poderão conhecer outra ilha do arquipélago.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Baixamos o custo da passagem aérea, mudando o paradigma de não querermos que os Açorianos paguem muito e depois vão de mão estendida receber o subsídio.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: É uma medida de enorme alcance e que contribuirá, estamos certos, para o reforço da coesão territorial. Este incremento trará outra redistribuição de valor, contribuindo de forma vigorosa para a coesão regional e para a imersão dos Açorianos numa realidade geográfica que é sua.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O lançamento de novo concurso internacional para o serviço de transporte aéreo inter-ilhas é outra das importantes medidas deste plano, estando alocada verba para suportar as obrigações que forem impostas.

Ainda no domínio dos transportes aéreos contemplamos verba destinada aos aeródromos geridos pela SATA, quer para a cobertura da sua exploração, quer para serem equipados de acordo com as imposições legais de segurança. Alguns aeródromos, nomeadamente os de São Jorge, Corvo, Graciosa e Pico, necessitam, há anos, de intervenções neste domínio e a ANAC não terá tolerância eterna às desconformidades.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: No tocante aos transportes marítimos pretende-se dar continuidade ao serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, através de obrigações de serviço público. Nesta linha, prevemos também melhorar as acessibilidades e frequências às ilhas de menor dimensão, com vista a um eficaz movimento de carga. O estudo que analisará os problemas atuais e proporá uma solução eficaz e de consenso, tem arranque previsto para finais do próximo mês de maio.

Deputado João Vasco Costa (PS): É só conversa!

O Orador: Ao nível das infraestruturas portuárias, adotar-se-á rumo tendo em vista manter ou ampliar a sua segurança e a sua adequação ao serviço para que foram construídas.

Deputados João Bruto da Costa e Pedro do Nascimento Cabral (PSD):

Muito bem!

O Orador: No âmbito dos investimentos decorrentes dos prejuízos causados em portos pelo furacão Lorenzo, está previsto dar continuidade às obras programadas e em curso, acelerando a sua execução sempre que as condições e o contexto o permitam.

Os números relevantes de investimento para 2021, inscritos neste Plano, no domínio dos transportes aéreos e marítimos e de outras áreas tuteladas por esta Secretaria Regional, estão expostos no documento aqui em apreciação e que serão votados neste plenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No domínio do Turismo, a situação pandémica veio suspender um percurso de crescimento sem precedentes na Região Autónoma dos Açores, resultante de uma dinâmica extraordinária, pública e privada.

Esperamos que esteja ultrapassada em breve esta situação excecional que se vive nos Açores e no Mundo. Esperamos que se confirme esta expectativa. Se assim acontecer, fortalecidos pela notoriedade conquistada enquanto destino de Turismo de Natureza e certificado como o primeiro Arquipélago sustentável do Mundo, pela Earth Check, pretendemos estar preparados para enfrentar com otimismo a retoma deste segmento da atividade económica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A título de exemplo da nossa proatividade, informo que ainda ontem, apresentamos aos ‘players’ do sector a nossa estratégia de retoma e aproveite para clarificar que o fim da exigência de teste na origem prende-se com o fim do Estado de Emergência em que a Região deixa de poder obrigar os passageiros a realizar os testes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O enfoque nos projetos e políticas que elevem os níveis de sustentabilidade atuais, será o nosso grande desafio da próxima década. Este é um esforço que conta com o envolvimento de todos e que é para todos. É nesse sentido que a sustentabilidade ambiental, económica, social, cultural e turística, serão prioridades inerentes ao desenvolvimento turístico, que tende a focar-se na nossa economia verde e na nossa economia azul.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É pela via do posicionamento nos mercados emissores prioritários, como destino turístico diferenciador, exclusivo, de natureza e sustentável que pretendemos criar e divulgar uma imagem própria apelativa. Procuraremos garantir que o turismo nos Açores se afirme cada vez mais como uma atividade que consiga distribuir fluxos de visitantes ao longo do ano e em todo o Arquipélago, mitigando a marcada sazonalidade que tem sido característica deste destino insular.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para a concretização destes objetivos será fundamental a melhoria da comunicação dirigida aos segmentos alvo através de ações de promoção turística, nomeadamente, através do enfoque no marketing digital.

Para além disso, vamos continuar a trabalhar internamente para fazer os ajustes necessários e prepararmos o arquipélago para a retoma, através da implementação de um novo Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores - PEMTA, enquanto ferramenta orientadora das estratégias de promoção externa do destino e organização do produto assim como o Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores - o POTRAA – enquanto instrumento de gestão territorial para o turismo.

Estes instrumentos que orientam a política do setor são fundamentais para a persecução dos objetivos estratégicos nos próximos anos e que refletirão o

futuro do turismo como atividade económica sustentável, geradora de valor e de emprego.

Seremos mais ambiciosos, elevando as metas através da implementação de políticas, regulamentação e incentivos ao nível da sustentabilidade ambiental, económica e social, de forma transversal na Região, dinamizadas através do turismo, num projeto que envolve todos e é para todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, faremos um trabalho de identificação e potenciação dos nossos ativos culturais como produto turístico e continuaremos a trabalhar na acessibilidade do destino, na qualificação do produto e do serviço, reforçando a formação.

Urge recuperar o tempo perdido e os danos no setor do Turismo, e em todo o tecido empresarial que foi atingido, direta ou indiretamente, maximizando os seus benefícios, logo que possível, utilizando o Turismo nos Açores como motor para a retoma da economia destas ilhas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A nossa civilização está assente no uso de fontes de energia de origem fóssil e nas fontes de energias renováveis. A tecnologia que tem vindo a ser desenvolvida, ao longo de mais de um século, tem permitido orientar o uso destes recursos a favor da realização e do bem-estar humanos. Presentemente encontramos-nos numa época de transição. A demografia, o ritmo de consumo de energia de origem fóssil, o nível das reservas e as questões ambientais associadas, estão a impulsionar a introdução de outras tecnologias e de outras fontes de energia. Nos Açores não podemos ignorar esta adaptação global.

Precisamos de estar atentos a essas transformações e acompanhá-las na medida das nossas necessidades.

O particular contexto insular das nove ilhas Açorianas requer uma abordagem específica, multidisciplinar e multissetorial, que tenha em consideração as diferentes realidades e necessidades dos Açorianos. A energia é, pois, um vetor essencial para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os investimentos que asseguram a prossecução dos objetivos em matéria de energia para os Açores far-se-ão alicerçados na aplicação dos princípios orientadores estratégicos, nomeadamente na suficiência e eficiência energética, na eletrificação e na descarbonização.

Outra das apostas deste setor é promover a eficiência energética na mobilidade terrestre, rumo à sua descarbonização. Pretende-se uma transição para os veículos elétricos, tendo como pressuposto o seu contributo para o aumento da integração de fontes de energia renováveis e endógenas no sistema electroprodutor regional. Esta política alinha-se com a crescente substituição dos vetores energéticos dependentes da importação de combustíveis fósseis por eletricidade cada vez mais limpa.

Para além de promover a eficiência no consumo de energia é, também, imperativo atuar do lado da produção de eletricidade. Existirão incentivos financeiros para aquisição e instalação de equipamentos e sistemas de produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis por parte dos cidadãos – a chamada produção para o autoconsumo.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Deste modo, os cidadãos contribuem ativamente para a redução de emissões de gases com efeito de estufa, substituindo as fontes de energia que sejam responsáveis por essas emissões por outras menos poluentes.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem algumas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O setor do turismo nos Açores, enquanto pilar da economia açoriana, é um adquirido da governação socialista que é importante cuidar e preservar, sobretudo, numa altura de pandemia.

De uma Região fechada, corporativa, costumeiramente pouco cosmopolita, virada para dentro e exclusivamente dependente do mercado interno, da terra e do mar, surgiu em 1996 a opção da diversificação económica. De abrir esta Região.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Também com o turismo como prioridade, também com novas acessibilidades de dentro para fora, mas sobretudo, de fora para dentro.

Esta abertura do turismo tem um significado particular para o Partido Socialista. O turismo para nós, significa a criação de milhares e milhares de postos de trabalho, diretos e indiretos. Significa o sustento de muitas das nossas famílias. Significa a criação de riqueza para aqueles investidores que tiveram a coragem para aplicar as suas poupanças no turismo. Grandes empresas regionais,

nacionais, internacionais. Mas também médios, pequenos e microempresários que optaram por aplicar o que tinham, os seus recursos, em pequenas unidades hoteleiras ou na recuperação de uma casa de família abandonada ou a precisar de recuperação. Mas o turismo significa também uma parte significativa do rendimento do pequeno comércio, um alimento fundamental da nossa restauração e uma alavanca fundamental para sustentar o consumo de muitos produtos da nossa agricultura e muitos produtos das nossas pescas.

Nós não temos qualquer dúvida em afirmar que o crescimento do turismo protagonizado pelos açorianos nos últimos 24 anos, mudou o nosso modo de vida para melhor.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas certamente muitos das Sras. e Srs. Deputados poderão questionar o porquê da necessidade do PS explicar a prioridade que dá ao significado do turismo. Talvez porque nos pareça, Sr. Secretário, que o crescimento que tivemos num setor com mais de 3 milhões de dormidas e com um consumo muito superior a 700 milhões de euros em 2019, e o que isto significou para a Região...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Apesar dos senhores!

O Orador: ...nos obriga a vir a terreno perante a hipótese que o silêncio governativo aventa de voltarmos a um outro tempo de fecho que já não achávamos possível voltar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): E os empresários?!

O Orador: Qual é a visão do Sr. Secretário Regional para o turismo nesta Região? - É o que nós queremos saber. É o que os empresários querem saber, quando dizem que o Governo comunica mal o que quer para o turismo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Os empresários estão satisfeitos!

O Orador: É aquilo que os funcionários que trabalham no setor da restauração querem saber. É também aquilo que o povo açoriano quer saber.

Sr. secretário, deixo-lhe um conjunto de questões fundamentais para a economia açoriana:

- Onde é que estão as reuniões com os agentes do setor para lhes dar tranquilidade, um rumo e uma estratégia para o setor? E não me refiro a reuniões marcadas e realizadas à pressa ontem, em véspera, para que eu não lhe pudesse fazer esta referência.

Os senhores sabem que há no continente um programa de recuperação de rotas aéreas para o país?

E nos Açores...? O que é que há?

O que conhecemos são apenas cancelamentos de operações aéreas. Nada!

(*Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Nuno Barata*)

O Orador: Os senhores sabem que há na Madeira uma estratégia de atração de navios de cruzeiro para o último semestre deste ano feita pelo turismo? Dando uma noção da Região como um destino seguro e não massificado?

E nos Açores o que há? Nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presunção e água benta, cada um toma a que quer!

O Orador: Os senhores sabem que no continente há uma estratégia identificada, preparada e implementada para retoma do setor do turismo?

E nos Açores...? O que é que há Sr. Secretário?! Nada!

Como é que os senhores justificam que até agora o que apresentaram não é nenhuma estratégia em relação à retoma. São regras apenas para quem cá vem.

- O que é que os senhores têm planeado para o verão IATA?

- O que é que têm planeado para o próximo inverno IATA?

- O que é que conhecemos da promoção dos Açores? O que é que temos? Nada!

Como é que os senhores justificam que neste cenário de pré-colapso do setor turístico nos Açores – há a hipótese de hotéis não voltarem a abrir – os valores da promoção turística previstos diminuam face ao Plano anterior? E não me venham com o argumento da execução. Talvez seja porque não há estratégia.

Sr. Secretário, permita-me que lhe faça uma crítica, que é política e não pessoal: O senhor deveria ser aquele que lidera a retoma do setor turístico e não uma ausência política que *assarapanta* os outros agentes do setor. E que acaba por ser contornado por aqueles que necessitam, **desesperadamente**, dum rumo e de conseguir clientes e turistas para o seu negócio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: No caso dos transportes, o que sabemos é que o assunto não é bem consigo!

Raramente o vemos em Comissão. Pouco sabemos das suas ações.

No abastecimento do Corvo por via marítima, o de emergência que aconteceu e o concurso que agora está em vigor, o que conhecemos é o que disseram alguns concorrentes sobre um determinado concurso.

E sobre a situação de emergência, o que sabemos é que não foi o Sr. Secretário quem tratou do assunto e teve que ser o Sr. Presidente do Governo a resolver!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E bem!

O Orador: Sobre os transportes aéreos e sobre a cabotagem insular o que lhe posso dizer é o seguinte:

Nós sabemos apenas o que é que pensa o CDS sobre este assunto. Aliás, permita-me que lhe diga, nós sabemos sempre o que pensa o CDS sobre quase tudo neste Governo. Pouco sabemos o que pensa o Sr. Secretário sobre o que se passa na sua pasta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O CDS está ali!

O Orador: Sobre os transportes aéreos eu tenho pouco para lhe perguntar. Aliás, penitencio-me por não o ter feito na altura da intervenção do Sr. Vice-Presidente.

- Quanto é custam as obrigações do serviço público inter-ilhas? Não foi aqui dito.
- Qual o modelo de mobilidade inter-ilhas? Não foi aqui dito.
- Quanto é que vão pagar os não residentes? Fundamental para fazermos a promoção turística.
- Qual a opção de gateways que temos para o futuro? Fundamental para os empresários planearem a sua atividade.
- Porque é que ainda não pediu uma audiência na República, superiormente, a quem deve resolver e a quem o pode ajudar? O Ministro dos Transportes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eles não aceitam!

O Orador: Valha-nos para salvar a honra da sua Secretaria, o que nós deixámos adjudicado e em obra nos portos dos Açores: cerca de 400 milhões de euros.

Na prática, nós temos um Secretário Regional que parece estar a fazer turismo na pasta, mais do que **tratar** do turismo!

Que é governado por colegas na pasta dos transportes, sem perceber que este é um caminho que o transporta para fora desta mesma pasta.

E, em suma, Sr. Secretário Regional, o senhor acaba por ser um Secretário Regional do Turismo, Transportes e Energia com pouca *energia* e com pouca *pilha* para os desafios que tem pela frente.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma intervenção lamentável, no conteúdo e na forma.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas alertar o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Energia para uma situação que, julgo, ainda vão a tempo de corrigir este que, no meu entender, é um erro.

Passagens a 60 euros nos Açores, mantendo o preço todo o ano, será – no meu entender – um erro crasso.

Eu não vejo nenhuma unidade hoteleira nem nenhuma rent-a-car a praticar preços iguais de verão e de inverno.

Uma medida desta ordem, sem ter preços de verão e de inverno, levará a uma situação que o povo açoriano vai obviamente preferir viajar de verão, porque as passagens são ao mesmo preço. E o que vai acontecer, no fundo, é a mesma situação que acontece atualmente, ou seja, vamos ter os equipamentos – os aviões – ocupados de verão e vamos continuar a ver aviões vazios de inverno.

Tendo em atenção que ainda vamos a tempo, acho que era da maior importância criar tarifários diferenciados para verão e inverno, no sentido duma ocupação melhor dos aviões durante o inverno, libertando algum espaço dos mesmos para o verão, a fim de que a nossa atividade turística, seja hotéis ou rent-a-car, também possam ter alguma atividade no inverno, porque este é demasiadamente longo nos Açores. E o facto de não haver um investimento por parte deste

Governo que torne apelativo aos açorianos viajar de inverno, poderá ser um elemento que vai continuar a trazer fragilidades às atividades económicas que funcionam à volta do turismo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia:

Duas questões para si.

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República tem, como é conhecido, uma proposta para subsidiação do transporte marítimo de cabotagem insular e inter-ilhas.

Sendo que não nos pode deixar de causar alguma estranheza uma proposta que pretende subsidiar um regime que está liberalizado e que prevê a continuidade dessa liberalização, tendo em conta que este Governo tem no seu Programa um estudo para um novo modelo de transporte marítimo, gostaria de perceber o que é que pensa este Governo da proposta que está apresentando, atendendo a que se trata duma proposta de um partido que integra o Governo e que - não sei - poderá ser articulada com o Executivo ou se este tem outra posição sobre ela?

Relativamente ao turismo, o Sr. Secretário referiu que quer rever o Plano Estratégico do Turismo e quer rever o POTRAA. No que diz respeito a este último, eu só espero é que não leve mais 10 anos. E que isso seja feito, não digo com urgência, digo sim com emergência, porque senão, daqui a dias não há nada para ordenar, Sr. Secretário.

Para perceber a sua visão sobre o turismo nos Açores, gostaria de saber o que pensa dos dois mamarrachos que vão ser construídos na costa norte da ilha de S.

Miguel, com centenas de camas, completamente desenquadrados da paisagem do local e do que devia ser o desenvolvimento do turismo nos Açores?

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Isso não é verdade.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento dizê-lo, mas assistimos aqui a uma intervenção do Sr. Deputado Francisco César que...enfim está *elétrico* com os transportes e o turismo. Está *elétrico* na sua especialidade de intervenção nesta área.

Deputado Manuel Ramos (*PS*): Muito menos agressivo que os senhores!

Deputado Miguel Costa (*PS*): Deixe-se disso e responda às questões!

O Orador: Só que é uma especialidade que tem vindo a sofrer ao longo dos anos os habituais *zigzagues* de quem diz o que mais interessa no momento, aquilo que parece politicamente correto e vendável, mas não aquilo que é uma abordagem séria das questões dos transportes nos Açores.

Eu tenho que, mais uma vez, depois desta dissertação do Sr. Deputado Francisco César, lembrar o que ele escreveu em 26 de novembro de 2009, e cito:

“Quero também referir que qualquer companhia aérea pode voar para os Açores, desde que se sujeite às obrigações de serviço público. Quero também reafirmar que o modelo que defendo” – e estou a citar o Sr. Deputado Francisco César – “para os transportes aéreos nos Açores, passa pelo aperfeiçoamento do atual modelo e nunca pela liberalização” – nunca pela liberalização.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto foi em 26 de novembro de 2009.

Em fevereiro de 2010 – uns mesitos depois – na RTP-Açores, o Sr. Deputado Francisco César dizia, sobre a abertura do espaço aéreo, que não era possível, que as companhias *low cost* “nunca viriam para os Açores”. E vou citar mais: “não vai ser possível termos tarifas a 60 euros. Nenhuma companhia virá para aqui fazer tarifas a 60 euros, porque o nosso mercado não o permite”.

Ó Sr. Deputado Francisco César, o senhor disse isto num programa de televisão na RTP dos Açores!

Em que é que ficamos?...?!

O senhor não sabe o que é que quer!

O que o senhor quer é, quando está no Governo defender afincadamente uma posição que lhe convém em termos políticos; quando está na oposição, atacar o Governo com aquilo que lhe convém, mesmo que se contrarie a si próprio a cada momento em que fala.

No mesmo programa da RTP-Açores o senhor também dizia que “se houver uma liberalização, o que é que havemos de fazer às restantes gateways? Para as quais as *low cost* não querem voar?”

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Vice-Presidente vai-lhe explicar.

O Orador: De 2010 – quando afirmou isto – até 2021, o que é que fez relativamente a estas problemáticas que o senhor tanto quer salientar?!

Sabe uma coisa Sr. Deputado Francisco César? Dedique-se mais e preocupe-se mais em contrariar a contra informação que o Partido Socialista anda a lançar nas redes sociais, por exemplo, sobre esta questão do fim da obrigatoriedade dos testes, quando acabar o estado de emergência, preocupe-se mais em transmitir uma imagem positiva dos Açores, para que os açorianos tenham

confiança não só neste Governo, mas também na política de saúde pública e na política de transportes e turismo, e procure ajudar a que as coisas corram bem nos Açores. E não esteja sempre a arranjar *rodriguinhos*, enredos e problemáticas onde elas não existem! Porque o senhor aquilo que dizia no passado, diz agora o seu contrário!

Disse.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso está a pedir a palavra para uma interpelação certo? Tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento.

Estamos em período de esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia certo?

Parece-me que se trata duma falta de respeito dirigir-se a um deputado desta Casa, num momento inapropriado para o efeito.

Gostava que me esclarecesse.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, estamos efetivamente num período de esclarecimentos. Mas também tem sido hábito da Mesa usar uma latitude bastante abrangente no debate que já aconteceu noutras circunstâncias.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, muito rapidamente, agradeço a latitude que o Sr. Presidente tem tido e que todos lhe reconhecemos, inclusivamente ontem, se for possível e necessário podemos retirar do Diário das Sessões, a Sra. Deputada Andreia Cardoso fez perguntas dirigidas ao Deputado Jaime Vieira sem ele ter feito qualquer intervenção de tribuna. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação. A Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Para uma interpelação Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sim, Sr. Presidente, eu agradeço de facto que distribua a minha intervenção e as questões que coloquei ao Sr. Secretário na altura e o pedido de esclarecimentos adicional, na sequência duma intervenção do Sr. Deputado Jaime Vieira, referindo-se ao Fundo Pescas, sendo que eu pedi um esclarecimento sobre o valor da inscrição no Plano. Não teci nenhuma consideração, ao que julgo lembrar-me, sobre a intervenção dele; apenas coloquei uma pergunta sobre o valor que constava numa rúbrica duma ação do Plano, mais nada. Não teci considerações sobre o passado do Sr. Deputado Jaime Vieira ou sobre o presente nem sobre absolutamente nada. Mas agradecia que me recordasse.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, o Diário será distribuído.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Vamos prosseguir o debate.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Bruno Belo (PSD): É para pedir desculpa?

(* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Bruto da Costa:

Eu percebo o prazer que o PSD retira em me atacar diretamente. Curiosamente, a propósito da intervenção do Sr. Secretário.

A sua intervenção revela várias coisas: a primeira é que o PSD não tem absolutamente nada para dizer sobre turismo, transportes e energia. Apenas esteve a dizer o que eu disse. Ou melhor, sobre o que **não disse**, porque eu por acaso nem falei em preços de tarifas aéreas, apenas me referi às inter-ilhas para os não residentes. Mas tudo bem.

Eu percebo que os senhores, repetidamente, acham que se disserem uma mentira (uma *inverdade*, peço desculpa) muitas vezes, isso se tornará verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu estive a citá-lo!

O Orador: Tive o cuidado de o ouvir sem interromper.

Mas permita-me que lhe diga que essas minhas declarações, um artigo e um debate têm 10 anos, aliás, 11 anos, para ser mais correto. Numa altura em que nós tínhamos um modelo de subsidiação ao bilhete, se bem se lembra.

Deixe-me que lhe diga que a minha posição sobre esta matéria não mudou. Eu sou contra o modelo de liberalização total sem apoio aos residentes.

Também lhe digo mais: o modelo anterior que estava em vigor não era bom para trazer companhias *low cost*. E nunca tínhamos valores a 60 euros. E a prova do que eu disse se mantém, é que por um lado, nas ilhas em que se liberalizou o espaço aéreo, essa liberalização foi acompanhada por um apoio do estado, para que os residentes não sofressem. E, com isso, as passagens baixaram. Nas restantes gateways -e termino já por causa do tempo – optou-se por uma semiliberalização, sendo que o que agora se tende a fazer é pedir ao Governo da República que se volte a um modelo não liberalizado.

Talvez não me tenha enganado, Sr. Deputado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também não posso naturalmente despende muito mais tempo consigo, Sr. Deputado Francisco César. Não é que o senhor não mereça. Naturalmente merece toda a atenção. Aliás, as suas posições sobre esta matéria, influenciaram durante muitos anos as políticas de transportes nos Açores. Políticas, essas, que deixaram muitas vezes isoladas algumas ilhas, como aquela onde eu sou residente que é a ilha Graciosa.

Deputado Miguel Costa (PS): Nota-se.

O Orador: Mas sobre isso, certamente teremos oportunidade de falar, porque não fosse o PSD e se calhar ainda tínhamos grandes dificuldades de mobilidade nos Açores.

A verdade é esta: o senhor não tem a coragem de fazer qualquer referência a uma grande medida para os Açores e que será importantíssima para a retoma, não só da parte do turismo e da parte económica, que é a tarifa Açores para residentes – Sr. Deputado Carlos Furtado, havemos de ter oportunidade de conversar melhor sobre esta matéria - mas também é muito importante para a mobilidade interna dos açorianos. Para os açorianos se deslocarem, não só em turismo e em negócios, mas também nas deslocações da sua vida; é importantíssimo para os residentes, principalmente nas ilhas onde não há gateways, onde não há hospitais, onde não há muitos dos acessos aos mercados e a outras necessidades, como é o caso da nossa Região.

O que eu lhe queria dizer, Sr. Deputado Francisco César, para resumir a sua intervenção e a sua forma de debater este tema...

Deputado Francisco César (PS): Não é a mim que tem de dizer, é ao Sr. Secretário!

O Orador: ...é que aquilo que acabou de dizer sobre o facto de terem passado 10 anos, parece que o senhor quer que as suas palavras de há 10 anos já tenham prescrito. Não prescrevem! Porque foram essenciais para o desenvolvimento de políticas nos Açores que foram desenvolvidas de uma forma errada. E não fosse um Governo na República que incluía o CDS e o PSD...

Deputado José Ávila (PS): Isso é falso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

O Orador: ... que nos permitiram que tivéssemos um *boom* turístico nos Açores graças a um modelo correto que o senhor não queria que fosse desenvolvido.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas dos Membros do Governo Regional e dos Deputados do PSD)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo e regressamos ao meio dia e cinco minutos.

Eram 11h45

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Eram 12h09

(* **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Já foi contratada a obra da ponte cais no Porto das Lajes das Flores, sabendo que a partir da sua conclusão, fica garantida a operação com os tradicionais navios da cabotagem insular, na ordem dos 100 a 120 metros de comprimento; sendo que pelo menos até ao final deste ano, princípio do próximo, será sempre necessário um navio para operar no cais – 5.

Sr. Secretário, espero que tenha a mesma determinação que teve para contratar um navio para o Corvo. O Corvo merece tudo, e com isto convivo bem, mas os florentinos não merecem menos e por isso exige-se que o Sr. Secretário confirme aqui e agora e garanta que teremos o navio Malena, como um navio experimentado e com sucesso, até à solução da ponte cais estar concluída, e não estarmos em experimentalismos com navios que nos podem sair muito caros.

Agradecia a sua resposta na confirmação deste pressuposto de que o navio Malena irá ficar a servir os Florentinos.

Obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é completamente ridículo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(* **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

No que toca à retoma da atividade turística, em vez duma comunicação forte e afirmativa com os mercados, aliás algo que também é reivindicado pelos empresários do setor e que não têm sido correspondidos, assistimos ao caos nos transportes e no turismo que são setores chave para esta retoma.

Ninguém sabe qual a estratégia deste Governo para a captação de mercados e isso é urgente.

Ninguém sabe o que tem feito em relação às políticas de sustentabilidade da Região. E recordo que em dezembro de 2019, os Açores foram certificados como destino turístico sustentável.

Não lhe parece que este é um trunfo demasiado valioso para ser desperdiçado?

Quando, Sr. Secretário, quando irão os açorianos ficar a conhecer a vossa estratégia para o turismo?

Ainda no âmbito da retoma da atividade turística, foi anunciado recentemente o “passaporte verde europeu” que deverá entrar em vigor antes do verão.

Sr. Secretário, a Região está capaz de beneficiar desta medida? Este processo está em curso?

Peço que me responda com factos concretos e não com desejos e intenções para o futuro.

Os açorianos precisam de saber o que já foi feito em concreto até ao momento.

Relativamente ao turismo de cruzeiros, no que diz respeito à ilha de S. Miguel, o Sr. Secretário por acaso sabe o que está a ser feito para atrair cruzeiros para aquela ilha?

E, mais uma vez, peço que responda com o trabalho já feito e não com intenções.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(* **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. Srs. Membros do Governo:

O XII Governo da responsabilidade do PS-Açores concluiu a elaboração do caderno de encargos de concurso internacional, com vista à criação do *hub* logístico do porto da Praia da Vitória.

Em 2020 foi consensualizado entre o Governo dos Açores e a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo não avançar com o procedimento, face à situação pandémica que atravessávamos.

A Câmara do Comércio é a própria a afirmar que é chegada a hora de iniciar contatos com os *players* internacionais e validar as premissas.

Nos documentos de planeamento não consta qualquer referência a este processo, pelo que das duas uma: ou estamos perante um total desinteresse do XIII Governo, nesta matéria, ou pelo contrário, o Sr. Secretário estará em condições de nos informar quando e como, e com quem, já fizeram contatos, ou serão estabelecidos contatos exploratórios e quando prevê o lançamento do concurso internacional?

Uma segunda questão: cais de cruzeiros da Praia da Vitória.

O estudo prévio para o cais de cruzeiros da Praia da Vitória também foi apresentado e está consensualizado.

Gostava de saber um ponto de situação sobre esta matéria, face à total ausência de investimento previsto para o efeito?

Terceira questão: geotermia na ilha Terceira.

Confirma a realização de furos no decurso deste ano?

Obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já foi confirmado. Já se vão iniciar os furos: 3 furos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. Srs. Membros do Governo:

Na primeira intervenção do Sr. Deputado Francisco César, ouvimos afirmações relativas às verbas orçamentadas em termos de turismo, mas adiantou logo que o que é importante é comparar, não o que está em execução pelo Orçamento, mas sim o que estava orçamentado em anos anteriores e o que estava no respetivo orçamento.

Ainda eu não concorde com esse critério, pois julgamos que não faz sentido quando já temos fechada a execução de 2020, diria que em 2018, o que estava orçamentado na área do desenvolvimento do turismo, eram 14 milhões de euros; em 2021 estão 17 milhões.

Deputado Francisco César (*PS*): Eu tenho resposta para si.

O Orador: Em 2019, estavam orçamentados 17.8 milhões de euros; em 2021 estão 17 milhões.

Em 2020, estavam 39 milhões e foram executados 37%, ou seja, 14 milhões de euros.

Significa isto que nos últimos 3 anos a verba que foi executada, foi inferior ao que estava orçamentado. E mais: em 2 destes anos, a verba orçamentada, é inferior ao que está orçamentado em 2021.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente às obrigações de serviço público e o que foi a memória recordada pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa em relação a afirmações suas em 2009 e 2010, aí talvez eu tenho que ser seu advogado. É que o problema não era seu. O problema era a posição do Partido Socialista e do Governo do PS que não defendiam a liberalização do mercado. E ao contrário do que foi dito durante vários anos pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo e outros elementos, aquilo que foi a proposta apresentada pelo Governo Regional em 2012 ao Governo da República que, supostamente, tinha ficado 2 anos na gaveta, não previa qualquer liberalização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Já em setembro, num debate promovido pelo CDS sobre acessibilidades, o Sr. Presidente do Governo apareceu cá depois das 15 horas, esteve sozinha a Sra. Secretária dos Transportes a defender o Governo, era a competência dela, mas ficou o registo na altura de que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, então Presidente do Governo, falhou este debate no mês anterior às eleições, em que estavam em discussão a notificação das ajudas ilegais da SATA e o Sr. Deputado – na altura Presidente – não esteve cá.

Mas, retomando aquilo que foi a proposta do Governo, é uma proposta de 2012, do dia 11 de maio, assinada pelo Chefe de Gabinete da então Secretária de

Economia, remetida ao Governo da República, em que todas as rotas ficariam em serviço público.

Em setembro, pedi à Mesa que distribuísse pelas bancadas este documento. E, como neste momento há grupos parlamentares novos na Assembleia, peço novamente à Mesa – farei chegar o documento – que distribua por todos eles. Ou seja, aquilo que o Sr. Deputado Francisco César e aquilo que era a sua posição, foi a mesma do Governo socialista que em 2012 o que queria não era a liberalização, mas sim que se mantivesse tudo exatamente como estava. Esta é que é a questão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente ao momento atual e ao que está em cima da mesa, as obrigações de serviço público inter-ilhas, a sua revisão ou o concurso necessário, devo dizer em primeiro lugar, que o contrato terminou em setembro do ano passado e o Governo anterior não deixou o trabalho de casa feito, ou seja, o concurso foi prorrogado e, neste momento, é este Governo que está a elaborar as novas propostas de caderno de encargos que, naturalmente - todos nós temos que assumir isso – tem interesses conflitantes, tem posições diferentes, mas o que é importante é que haja consenso, diálogo entre associações patronais, autarquias e conselhos de ilha. E que a melhor solução seja aquela que melhor sirva todas as ilhas, num espírito de consenso.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Tal qual como a revisão das obrigações de serviço público com o continente, as quais também estão em cima da mesa e é fundamental que sejam concluídas, segundo o modelo existente e adaptando aos novos desafios de futuro.

Relativamente ao Sr. Secretário, queria terminar por colocar uma questão, sobre se nos pode prestar informação sobre o valor do contrato-programa com a ATA nos últimos 3 ou 4 anos e aquele que está previsto para 2021?

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

As verbas dedicadas neste Plano ao porto da Horta, são muito escassas. E as que constam são destinadas apenas à reparação de infraestruturas.

A questão que se coloca neste momento é: numa altura em que está praticamente concluído o estudo encomendado ao LNEC para avaliar as obras no porto da Horta, para potenciar os investimentos que são necessários, o que significa a ausência de verbas neste Plano de uma estratégia e de uma calendarização dessas obras que se afiguram realizar? O que significam estas ausências e se se confirmam efetivamente aquilo que o Partido Socialista já desconfiava e que é a desistência deste Governo das obras que têm que se realizar neste porto?

Dep. Nuno Barata (IL): Os senhores não querem a obra. Os faialenses não querem.

O Orador: Aproveito esta oportunidade também para comentar outra questão que tem a ver com a ampliação do aeroporto da Horta. É que não consta nem do

Programa do Governo nem no Plano e Orçamento, nem sequer nas Orientações de Médio Prazo.

Esta questão é tão mais relevante, porquanto contrasta exatamente com a posição que tem vindo a ser defendida ao longo dos últimos anos pelo partido maioritário dessa coligação. Ou seja, tem defendido uma postura e uma participação diferente da Região na concretização desta obra, mas o que é facto é que em nenhum destes documentos está escrito em lado nenhuma o aeroporto da Horta.

Por isso, perguntava que participação diferente será a do Governo Regional do PSD, relativamente ao aeroporto da Horta. Ou se corroborará a defesa do Governo anterior que é de que este é um investimento que deve ser assegurado no âmbito nacional?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve questão, visto que o tempo é mesmo muito curto.

Queria perguntar ao Sr. Secretário se pretende renovar, e assim dar continuidade, ao projeto Corvo Sustentável, projeto fundamental na implementação e aposta das energias renováveis na ilha do Corvo nos últimos anos?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar neste debate o Sr. Deputado Rui Espínola.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Parafraseando o Sr. Deputado Berto Messias, é “risível” e até demagógico algumas interpelações ou intervenções do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão sobre o porto da Praia da Vitória, nos últimos anos, apesar de anunciados milhões, *mundos e fundos* para aquele porto, o resultado foi muito aquém daquilo que era anunciado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relembro a Sra. Deputada Andreia Cardoso que o porto da Praia da Vitória ainda está á espera do entreposto de GNL que os senhores anunciaram com pompa e circunstância para aquele porto e que, nomeadamente o então Secretário Vítor Fraga, corroborado pela Sra. Ministra Ana Paula Vitorino, sendo que nada foi feito no porto da Praia da Vitória.

Tenho que lembrar também a Sra. Deputada Andreia Cardoso, relativamente ao *hug* da Praia da Vitória. Chega a ser risível e demagógico que, durante anos e anos - apesar deste ser um projeto da Câmara do Comércio e de interesse para a Terceira, que deve ser estudado e o Governo Regional tem já no seu Programa de Governo as plataformas logísticas, pelo que irá avaliar esta situação – ao fim de tantos anos, nada tenham dito sobre esta matéria e agora venham questionar o Governo que está há 5 meses em funções sobre o que é que pretende fazer sobre esta situação?! Isto é completamente risível!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, porque o tempo é escasso, relativamente ao projeto do cais de cruzeiros, outro. Durante anos, desde os Governos de Carlos César, este projeto (nem projeto há!) anda a correr entre estudo e localização. Ninguém se entendia bem em Angra. Foi lá porque dava jeito para as eleições autárquicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade. Bem lembrado.

O Orador: Depois mudou-se para a Praia, para dar outro jeito! E agora... não se sabe!

Portanto, aquilo que a Sra. Deputada Andreia Cardoso fez aqui foi um ato de profunda demagogia!

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!
Ficam sem palavras!

Deputado Manuel Ramos (PS): Mantenha a sua postura, Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Caros Colegas:

Começaria por responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Francisco César, sendo que vou tentar ser muito rápido e sintético, na medida em que o tempo que me sobra não é muito.

Vou direto a uma das questões que colocou e que, para nós, foi importante e sensível e que tem a ver com as obrigações de serviço público territoriais Continente/Açores. É verdade que não abordámos o Ministro, mas tivemos uma abordagem a 3 Secretários de Estado que se envolvem no assunto, isto é, das Finanças, Tesouro e das Comunicações. Portanto, esse assunto foi posto a rolar já há algum tempo, várias reuniões já foram feitas e presumimos em mais duas ou três consigamos ter o assunto encerrado.

Depois, sobre a questão dos cruzeiros com origem na Madeira, também já passou por nós na última semana, tendo sido proposta pela Vice-Presidência e Portos da Madeira. É um assunto que em breve terá expressão aqui nos Açores, mas cuja iniciativa chegou até nós na passada semana.

Relativamente às questões ligadas à promoção turística, como sabem – já no anterior Governo era assim – a ATA está também envolvida no assunto e, portanto, respondendo quer ao Deputado Francisco César quer ao Deputado António Vasco Viveiros, eu listava de forma rápida aquilo que foram os valores dos contratos-programa que existiram entre os governos passados e a ATA que se encarrega de fazer boa parte daquilo que é a promoção turística dos Açores.

Assim sendo, em 2015 foram 3 milhões e pouco; em 2016 foram 3 milhões e 56 mil; em 2017 foi 1 milhão e meio (números redondos); em 2008 foram 2 milhões; em 2019 foram 1 milhão e 800 mil; em 2020 foram 2.8 milhões e em 2021 temos previstos 3 milhões. Portanto, o investimento feito na promoção continua a crescer, o que demonstra de alguma forma o que é a atenção que estamos a dar ao setor.

Em relação à questão do contato e da proximidade que temos com os *players* do setor turístico, é verdade que não temos a possibilidade de ter reuniões com

todos eles que estão no mercado. Mas a Direção Regional tem estado em todas as áreas, tem ouvido todos as partes e o Secretário tem aparecido quando pode aparecer e quando é determinante que ele apareça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Portanto, nós não estivemos ausentes, estivemos presentes. Não foi através do Secretário, foi através da Diretora Regional do Turismo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente à pergunta colocada pelo CHEGA, eu compreendo e agradeço a questão colocada, é pertinente, mas de facto, nós não temos hipótese de fazer, ao início, fazer uma modelação fina do tema. Portanto, esta proposta segue como está e depois ao fim de 1 ano de vida, veremos os ajustamentos necessários e que se justificam.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado António Lima, que agradeço, começaria por lhe dizer que o POTRAA foi suspenso em 2010; a revisão prevista era para 2015; ficou pronta em 2019 e nunca foi aprovada, apesar de ter ficado pronta desse ano. Portanto, se existem algumas excrescências em termos de iniciativas turísticas, elas resultam de alguma falta de *rédea* para podermos controlar aquilo que acontece.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Secretário, tem de terminar, não pode esgotar o tempo!

O Orador: É só mais esta.

Em resposta ao Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, concretamente sobre o Malena, este navio tem de facto prestado um serviço extremamente importante à ilha das Flores, temos consciência disso. Gostaríamos muito que tivéssemos realmente outras condições já em termos de obra para o poder substituir, mas vendo que a probabilidade era escassa, há mais de 3 semanas tomámos a

iniciativa dum procedimento destinado a renovar a prestação do serviço do navio Malena relativamente à ilha das Flores.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Houve um conjunto de perguntas que não respondeu!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Respondeu e bem! Cinco a zero.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões colocadas sobre a ilha do Faial, e conforme foi debatido nesta Assembleia, tendo ficado claramente esclarecido por parte do Governo nos últimos dois plenários, gostaria de dizer qual é a posição dos Grupos Parlamentares que suportam a Coligação de Governo.

Os senhores falaram do porto, do aeroporto e também da variante. Diria, muito claramente, que a nossa prioridade para o período imediato é a variante à cidade da Horta. Uma obra que é aguardada pelos faialenses desde 1996 e que, nos últimos 24 anos, foi objeto de construção de apenas meia via.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, será a nossa prioridade.

Relativamente ao porto, o Governo não abandonou o investimento no porto da Horta. Mas convém lembrar que na Legislatura de 2012-2016, o Governo do Partido Socialista inscreveu 12,8 milhões de euros que não executou. Na última Legislatura voltou a inscrever mais não sei quantos milhões de euros que também não executou.

Deputado Manuel Ramos (PS): É preciso fazer mais um estudo!

O Orador: E reitero: os faialenses querem obra, mas não a qualquer custo! E, portanto, aguardamos as conclusões do LNEC, para que o Governo dialogue com as forças vivas desta ilha e avance para um projeto que corresponda efetivamente às necessidades da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Relativamente ao aeroporto, como os senhores sabem, o foco está agora no estudo que o Governo da República mandou a ANAC e o LNEC para realizar e que o Sr. Secretário de Estado diz que tem custos muito superiores aos que foram apontados pela Câmara Municipal da Horta. Portanto, nós queremos saber exatamente qual é o custo da ampliação da pista do aeroporto da Horta e como se faz, para que o Governo Regional lidere a constituição da parceria entre a República, a ANA e a Região, com candidatura a fundos comunitários, para se ampliar a pista do aeroporto da Horta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: Por último, a variante. O investimento mais estruturante para esta ilha, para avançar de imediato.

Nós já temos o compromisso público do Governo Regional para avançarmos de imediato com a revisão do traçado, para que a variante à cidade da Horta possa ser concretizada rapidamente, finalizada ainda nesta Legislatura, para que um dos três investimentos mais estruturantes possa efetivamente avançar. O que não aconteceu ao longo dos últimos 24 anos!

Deputado Tiago Branco (PS): Tem de ser, é obrigatório!

O Orador: E aqui estaremos, Srs. Deputados, tal como estivemos na oposição, agora que suportamos o Governo, para ser exigentes com ele, para contribuirmos de forma positiva...

Dep. Tiago Branco (PS): Nota-se!

O Orador: ...e para garantir que estes investimentos que o Faial necessita urgentemente avançam e não continuam à espera de vontade política! Porque, agora sim, temos um novo tempo para os Açores!

Deputado Tiago Branco (PS): Agora é que vai ser!

O Orador: Temos um Governo com compromisso e garantimos que vamos fazê-lo com espírito construtivo, com determinação e vamos desencadear os procedimentos necessários que os senhores, infelizmente para todos nós, não conseguiram desencadear ao longo das últimas duas décadas!

Disse.

Deputado Tiago Branco (PS): Agora é que é!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Executivo:

Relativamente à intervenção do Deputado Tiago Branco acerca do aeroporto da Horta...

Deputado Tiago Branco (PS): Eu só fiz perguntas.

O Orador: ...a realidade é que o Partido Socialista a única coisa que fez, no que toca à ampliação da pista do aeroporto da Horta, foi uma tentativa apropriação indevida de um investimento que foi anunciado por uma empresa privada – que foi a VINCI – em que iriam lá fazer as áreas de segurança. E o Partido Socialista veio anunciar os 10 milhões, como se fosse um investimento governamental e como se fosse o PS a apresentar esse investimento. O que não é verdade!

Deputado Tiago Branco (PS): Não foi nada disso!

O Orador: Por outro lado, limitou-se na República a proclamar, de documento em documento, intenções vãs acerca do assunto.

Deputado João Vasco Costa (PS): Propostas vãs são as suas!

O Orador: Este Governo certamente irá analisar o processo. Certamente vai liderar politicamente este processo, em conciliação de esforços regionais, da República e dos privados, para aferir da viabilidade da proposta que está em cima da mesa e que, entretanto, esteve dentro da gaveta em Lisboa. E certamente dará o melhor curso a esse processo.

Relativamente ao porto da Horta, relembro também que ainda não saiu o relatório do estudo encomendado ao LNEC e que, dentro de poucos meses, estaremos novamente a discutir um orçamento, desta feita para 2022, e que aí estaremos certamente em condições de dar o melhor seguimento a esse processo. E para quem anda, desde 2012, a adiar este processo, não se percebe esta pressão que tenta imprimir a este recém-eleito Governo, que está a aprovar pela primeira vez um orçamento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três questões apenas:

A primeira, está relacionada com a política de transporte do governo socialista. E permitam-me que vos diga o seguinte: os resultados da nossa política de transportes falam por si, ao nível do emprego, da riqueza criada das empresas e ao nível da transformação que esta Região teve nos últimos 24 anos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concordo! Os resultados *falam por si!*

O Orador: a segunda coisa que vos queria dizer é que os senhores podem dar a volta que quiserem, de frente para trás e de trás para a frente, mas há algo que nunca vão poder negar:

- Foi o governo socialista que apresentou a reforma dos transportes;
- Foi o governo socialista que apresentou a reforma dos transportes;
- Foi o governo socialista que soube aproveitar os efeitos que essa retoma dos transportes teve na economia açoriana.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Segundo ponto: os senhores utilizam como argumento que a execução do anterior, ou seja, a baliza do orçamento que aqui apresentam em termos de políticas de turismo, deve ser comparada com a execução do ano anterior.

Eu, de facto, já suspeitava e desconfiava que os senhores punham a fasquia da vossa ação no meio, ou à mesma altura, do que foi feito pelos governos

socialistas. E, de facto, os senhores começam a dar-me razão: é pouco ambicioso acharem que aquilo que podem fazer é apenas aquilo que o Partido Socialista fez o ano passado!

Por último, Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, o senhor não respondeu a quase perguntas nenhuma que lhe foram realizadas. Só minhas, foram mais de 5 que não respondeu; e dos meus colegas muitas mais.

Acho que há duas coisas que marcam, negativamente, este Parlamento perante os açorianos: a primeira é proibirem os Secretários de falar e de esclarecer; a segunda é proibirem os Srs. Deputados que apoiam o Governo de estarem calados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra também pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional: Não lhe vou fazer nenhuma pergunta sobre portos, pois já não soube me responder na Comissão, não sei se, entretanto, já tem a resposta, mas ainda não nos chegou.

Falo-lhe apenas do aeroporto do Pico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor sabe tudo!

Não é preciso fazer perguntas.

O Orador: A propósito do estudo sobre a operacionalidade e que tem sido muito falado nos últimos dias, o senhor disse em entrevista ao jornal *O Dever*

da ilha do Pico que “o estudo não está completo, porque ainda não considerava a aeronave A-320 neo”, o que é completamente falso!

O estudo inclui, efetivamente, essa aeronave, aliás, não só essa como também a A-321 neo, que até tem outras características de operacionalidade ainda mais exigentes, donde se conclui que são completamente falsas as declarações prestadas àquele jornal!

Sendo assim, pergunto-lhe de forma curta e direta: qual a razão política para não incluir, no mínimo, o projeto de ampliação do aeroporto da ilha do Pico neste Orçamento?

E mais: qual a razão política que o leva a isso, quando até o PSD, à semelhança do que aconteceu com o PS, inscreveu no seu manifesto eleitoral e em grandes *outdoors* durante a campanha eleitoral? Ou seja, os deputados do PSD da ilha do Pico necessariamente votarão a favor da proposta de alteração que apresentámos ao Plano, para o projeto do aeroporto, senão é uma irresponsabilidade política, tal como os senhores andaram a dizer nos últimos 3 anos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco César:

Não é verdade!

Aquilo que é a proposta que o Governo Regional fez em 2012 sobre as alterações das obrigações do serviço público – que farei chegar à Mesa –

mantinha todas as rotas dos Açores em serviço público. Se mudou de opinião depois disso, mudou por influência do Governo de Passos Coelho e de Paulo Portas! Esta é que é a verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa é que é a verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: É a história que está aqui. Senão, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, só se for falso este ofício da antiga Secretaria que titulou, assinado no dia 11 de maio de 2012 pelo Chefe de Gabinete. O modelo que aqui consta é a posição do Governo Regional em 2012, 2 anos depois das declarações do Deputado Francisco César e que já foi citada pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa. Esta é a verdade. Não vale a pena andar aqui com rodeios. Mudou de opinião depois, mudou. Mas fez mal, porque em 2012 já era tarde, devia ter sido mais cedo. Mas ainda em 2012 queria manter o que vinha de trás.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente ao Orçamento e à ambição, Sr. Deputado Francisco César, o que está nos documentos, em 2018 e 2019, anos de imenso crescimento turístico, é o valor...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores acham que não fazem melhor que nós. Essa é que é a questão!

O Orador: Eu não lhe vou fazer chegar estes documentos todos às suas mãos. Estão publicados.

O valor que estava orçamentado – dizia eu – em 2018 e 2019, nas verbas de Plano, em termos de orçamento, é aquilo que consta em 2021. É uma questão de fazer a leitura dos documentos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): Os senhores devem achar que não fazem melhor que nós. Essa é que é a questão!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Miguel Costa tem adotado aqui, nos últimos tempos, uma postura incendiária que em nada abona a defesa do Pico que o senhor tanto tenta cultivar! Até porque, nesta questão das suas reivindicações atuais que – parece – tornaram-se veementes, o senhor tem um histórico de muito incumprimento!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Miguel Costa (PS): Explique-se lá.

O Orador: O senhor tenta induzir em erro alguma leitura que possa ser feita do estudo, se bem que nos últimos tempos o senhor tem sempre cultivado aquela máxima de que quem está no Governo e quem está nos partidos da Coligação, ainda sabem um pouco menos do que o senhor sabe, porque corre muitos bastidores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas esta questão tem sido vista na leitura de que o que está bem, foi obra do PS; o que está mal é dos pareceres. E o que falta, está pronto a arrancar, porque o PS é que deixou o trabalho feito!

Esquece-se que quando agora chega aqui com estas reivindicações, o senhor anunciou ao lado do Secretário Vítor Fraga em 14 de setembro de 2013, a Circular à Madalena!

Não cumpriu. E, por sinal, até perdeu as eleições de ato que tanto esperava!

Deputado Miguel Costa (PS): Por quanto? Por 35 votos.

O Orador: São estas notas que são a marca da sua identidade sobre este procedimento!

O senhor contradiz-se quando, em declarações aqui no debate do Programa do Governo, afirma que em matéria de obras públicas nos Açores, deixa um grande legado em infraestruturas para os aeroportos, estradas e tudo isso. E a questão do senhor tentar agora e aqui imputar responsabilidades, é um claro ato falhado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E com este comportamento, o senhor está a prestar um mau serviço aos picoenses e está a ser hipócrita politicamente!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Marco Costa: Eu percebo a tentativa, mas não lhe correu lá muito bem.

Relativamente ao estudo e à decisão política, o senhor era o Deputado que, em campanha, dizia recorrentemente: “ou é o estudo ou é a decisão política”. Ou é uma à frente ou é outra atrás. O que é certo é que o PS tomou a decisão política

de inscrever no seu manifesto o aeroporto da ilha do Pico e a ampliação da pista aliás, ao longo dos últimos 4 anos que desenvolveria um estudo e inscreveria na próxima legislatura, como deve ser!

Deputado Bruto da Costa (PSD): Oh quantas vezes?

O Orador: E agora vem aqui prestar um mau serviço à ilha do Pico, quando arranja desculpas para não inscrever no seu Plano e Orçamento, quando tem responsabilidades no Governo e não o faz!

É isso que os picarotos vão avaliar da sua postura!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: E por falar em eleições, Sr. Deputado, e por perder eleições, foi o senhor que perdeu em outubro passado, com uma vitória muito expressiva do Partido Socialista, em cujo manifesto estava inscrita esta ação! E, portanto, é o senhor que tem a responsabilidade de ser humilde politicamente, como é muita vez anunciado, assumir e aceitar que este projeto tem que estar inscrito no Plano e Orçamento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Ainda lhe digo mais, para terminar: é esta a postura que os senhores têm tido nos últimos dias, relativamente ao Pico!

Falo-lhe do porto das Lajes do Pico. O que é que diz o Sr. Deputado das Lajes do Pico quando, neste momento, o que estão a tentar fazer é tirar mais valias que tinham sido acrescentadas àquele porto?!

Os senhores estão a correr atrás do prejuízo, a procurar uma agulha para poder pegar! E, neste momento, estão a prejudicar as Lajes do Pico e os picarotos!! Os

senhores estão a inventar desculpas para retirar operacionalidade e melhorias nas infraestruturas da ilha do Pico!

É isso que os senhores têm que ir dizer à população da ilha do Pico e que não têm coragem neste momento!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Ferreira:

O que os faialenses querem saber é porque é que o senhor, ano após ano na oposição, propôs sistematicamente verbas para o aeroporto da Horta no plano e orçamento e agora que está no Governo, nem uma palavra relativamente ao aeroporto da Horta está lá espelhada! É essa a responsabilidade que lhe cabe justificar!

E não deixa também de ser curioso que, quando os senhores estavam na oposição e o PS estava no Governo, e combatia para que esta responsabilidade fosse assegurada pelo Governo da República e pela ANA, os senhores cobravam era ao Governo Regional as responsabilidades.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: Mas agora que estão na oposição, já é o que diz o secretário de estado e o que diz o ministro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: É a isso que os senhores têm que responder! E tem que contemplar as expetativas que os senhores criaram aos faialenses!

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(* **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós propusemos – é verdade! – e em toda a nossa ação sempre o defendemos, um projeto com vista a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Foi isso que nós propusemos e os senhores chumbaram!

Deputado Tiago Branco (PS): Aquele Governo!

Deputada Ana Luis (PS): E agora...?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: E...?

O Orador: Neste momento, o Governo da República já mandou elaborar o projeto.

O Governo da República mandatou a ANAC e o LNEC para elaborar o projeto. Portanto, só por pura demagogia é que os senhores podem vir a esta Assembleia, depois de nos últimos 4, 8, 12 e 24 anos, o terem recusado... só por pura demagogia é que os senhores podem vir aqui defender que o mesmo projeto que o Governo da República mandou a ANAC e o LNEC fazer, seja feito em simultâneo pela Região!

Sra. Deputada Ana Luis, citando as suas próprias palavras no início desta semana, pura demagogia!

Deputada Ana Luis (PS): Demagogia é a sua! E o senhor vai ter que explicar isso aos faialenses.

O Orador: Se há um estudo pago pela República, não faria qualquer sentido a Região fazer em simultâneo um segundo estudo!

Vou dirigir-me, aqui, ao Dr. Vasco Cordeiro.

Sr. Dr. Vasco Cordeiro: o senhor, com qualidades e defeitos como todos nós, sempre foi visto como uma pessoa responsável. O senhor ainda na semana passada, no âmbito das Jornadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acusou o atual Governo de ser irresponsável e de colocar em risco a sustentabilidade financeira da Região. Pois, basta ver as propostas que os senhores agora apresentaram, algumas das quais tinham recusado há apenas 1 ano atrás, para percebermos que o senhor cedeu à tentação fácil de, com demagogia e com irresponsabilidade, deixar que o Partido Socialista deixe de ser a oposição responsável que esta Região precisava num momento tão crítico da sua vida coletiva!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, sr. Dr. Vasco Cordeiro, com toda a consideração que lhe tenho, deixe-me concluir: perde o Partido Socialista, perde esta Assembleia, mas perdem, sobretudo, todos os açorianos que bem precisam dos dois órgãos de governo próprio a trabalhar construtivamente com lealdade e honestidade política, pelo bem comum que é o futuro de todos açorianos!

Disse.

***Deputado Tiago Branco (PS):** Onde é que estão as promessas que o senhor fez?!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma interpelação.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu penso que nós estamos ainda a discutir o Plano na generalidade e que, portanto, as propostas têm um tempo específico alocado para a discussão na especialidade. Estou certo ou estou errado?

Muito obrigado.

Presidente: Está certo... e errado.

Risos da Câmara

Presidente: Há, de facto, um período para a sua discussão, mas nada impede que os Srs. Deputados, ao longo do debate...

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Mas há um tempo específico para a discussão?

Presidente: Há sim senhor.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, peço a palavra para ser esclarecido por V. Exa.

Ou eu entendi mal, ou as intervenções anteriores do Sr. Deputado Miguel Costa e Tiago Branco, referiram e desafiaram os Deputados da bancada do PSD com as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista ao Plano.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: E, portanto, ou eu percebi mal ou isso foi o que foi dito e, logo, não faz qualquer sentido a interpelação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa também para uma interpelação.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para perguntar à Mesa se quando o Sr. Deputado Marco Costa se dirigiu a mim como “incendiário”, estava a fazer alguma interpelação ao Governo ou a colocar alguma questão sobre esta matéria?

Presidente: Ó Sr. Deputado, eu ainda não percebi o sentido da sua interpelação. É a segunda parte, espero eu.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Se me deixar concluir. Percebeu a do Deputado Joaquim Machado, devem perceber a minha, com certeza que sim. Era só para registar que, até agora, não temos tido respostas. E fazemos perguntas ao Sr. Secretário e quem vem colocar interpelações e questões é a bancada do PSD.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais intervenções?

(Pausa)

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para participar no debate?

(* **Deputado Francisco César (PS)**: Não, não. Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Os açorianos estão a adorar estas interpelações!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não são só as interpelações. Os açorianos está a adorar muito mais coisas!

(* **Deputado Francisco César (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, não se trata dos açorianos estarem ou não a adorar.

Presidente: Sr. Deputado faça a sua interpelação à Mesa.

(* **Deputado Francisco César (PS)**: Fui interpelado enquanto me estava a dirigir a si.

Sr. Presidente, a questão é muito simples: eu gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse se o Governo ainda tem tempo para poder responder às perguntas que foram **reiteradamente** feitas por esta bancada?

A pergunta é muito simples, Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

Ainda há tempo disponível da parte do Governo para responder? Ou o Governo optou por não responder? Tão só quanto isto.

Presidente: Sr. Deputado, o que a Mesa lhe pode dizer é que o Governo ainda tem tempo. E também lhe pode dizer que compete ao Governo gerir o seu tempo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ainda tem 3 secretarias para apresentar o seu orçamento!

Presidente: E o melhor que fazemos é irmos almoçar.
Regressamos às 15 horas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É uma boa maneira de resolver esta questão.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós já fazemos a atualização dos tempos e eu comprometo-me a enviar-vos uma mensagem com os tempos. Houve aqui um problema técnico que já vai ser resolvido. Mas os tempos estão registados.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 5 minutos.

(Após o intervalo os Srs. Deputados Jaime Vieira e José Gabriel Eduardo asseguraram os lugares de secretários da Mesa).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições para participar no debate que estávamos a ter antes do almoço?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar às intervenções de tribuna. A primeira é do PSD. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta discussão sobre o Plano e Orçamento para 2021, bem como as orientações a medio prazo, não poderia deixar de ter uma intervenção sobre a ilha das Flores, como sempre o fiz e também não poderia deixar de defender os Florentinos e reivindicar para as Flores aquilo que, enquanto deputado eleito por aquela ilha, considero essencial.

É com este sentido de responsabilidade que aqui estive, estou e estarei.

Passado pouco mais de um ano, estão em curso alguns investimentos destinados a recuperar os estragos efetuados pelo furacão Lourenço e repor a normalidade.

Perante este cenário, os Florentinos vêem-se confrontadas com um período que não se prevê curto e um elevado volume de investimentos, dada a dimensão e o tempo necessário para que se proceda à reconstrução de todas a infraestruturas afetadas.

Em fevereiro de 2020 o Parlamento dos Açores aprovou a proposta de revisão do Orçamento, com um reforço de 59 milhões de euros, dos quais 56 milhões destinados à recuperação dos estragos provocados pelo furacão Lourenço.

Do montante orçamentado para 2020, a maior parte, cerca de 36 milhões de euros, destinava-se à recuperação de infraestruturas e equipamentos portuários, incluindo a reconstrução do novo porto das Lajes.

Em 21 de outubro de 2019, numa nota de imprensa, o então Sr. Presidente do Governo, Dr. Vasco Cordeiro, referiu que tinha reunido com o primeiro-ministro, António Costa, e com os ministros da Economia e do Planeamento, Pedro Siza Vieira e Nelson de Souza, respetivamente, para abordar a reconstrução de infraestruturas danificadas pelos efeitos da passagem do furacão Lourenço pelos Açores, em 2 de outubro.

De acordo com Vasco Cordeiro, no encontro, e cito, o Governo da República assumiu “sem reservas o dever de solidariedade” para com os Açores, conforme havia sido solicitado pelo Governo Regional.

Acrescentou, e volto a citar, “Há da parte do Governo da República também uma participação clara no esforço financeiro de recuperação desses estragos, assumindo uma quota correspondente a 85% desse esforço e ficando a Região com 15% desse esforço para recuperar esse conjunto de infraestruturas”.

Assim, o Governo central deverá contribuir com cerca de 270 milhões de euros, o Governo Regional com 50 milhões. Além desta comparticipação entre os dois governos, também vai ser acionado o Fundo de Solidariedade da União Europeia, que cobre apenas 2,5% dos estragos identificados, correspondente a oito milhões de euros. Ora, foram estas as declarações do então Sr. Presidente do Governo.

Mais tarde, a Resolução do Conselho de Ministros nº180/2019 de 8 de novembro, determina o financiamento pelo Governo da República de 85% dos investimentos destinados à recuperação dos estragos existentes.

Sr. Presidente do Governo e Sr. Secretário dos Transportes:

Estas são a regras do jogo definidas pelo anterior Governo e são estas regras que devem e têm de ser implementadas custe o que custar e doa a quem doer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O facto de constar neste Plano verba para assegurar o aluguer do atual navio que faz o abastecimento as Flores e confirmado já várias vezes pelo Governo, revela que está atento e que tem uma atuação preventiva.

Os Florentinos sofreram muito e a economia da ilha das Flores foi muito afetada pela falta de capacidade de reação do Governo do PS que não estava à altura dos desafios.

O Governo do PS não estava preparado.

Deputado Miguel Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Sr. Presidente do Governo deixo aqui uma preocupação que já foi manifestada aos anteriores governos.

Cada ilha é uma realidade que deve ser vista de forma específica.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Quando temos as nossas ilhas desequilibradas economicamente e consequentemente com desequilíbrios sociais, a opção de adotar medidas transversais para todas as ilhas, apenas acentua esses desequilíbrios.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Na parte da manhã não intervimos neste debate, apesar de ter ouvido o Sr. Secretário responder que há 3 semanas tinha renovado o contrato do navio Malena, mas perante a insistência do Sr. Deputado Bruno Belo agora, veio-me à lembrança uma história: eu tenho um caso com a Angelina Jolie, mas ela não sabe!

Risos da Câmara

Segundo o Sr. Deputado Bruno Belo, o Governo já disse reiteradas vezes, que renovou o contrato com o navio Malena, mas o armador não sabe. Nem o armador, nem o representante da Região. E sem querer entrar no debate, mas fazendo aquilo que a figura regimental me permite, que é fazer uma pergunta concreta ao Sr. Secretário, gostaria que me explicasse se o meu caso com a Angelina Jolie é verdade ou mentira!

Ou seja, quem é que o Sr. Secretário contratou há 3 semanas o navio Malena? Foi com o Fundo ou foi diretamente com o armador? Que é para eu poder esclarecer o armador que o mail deve-se ter perdido pelo caminho! Porque senão, estamos aqui perante um caso de...não sei se de polícia, ou se um caso para a Sra. Secretária da Transição Digital, Tecnológica, ou lá o que é, resolver. Os mails vão se perdendo entre o Governo Regional e os interessados nos contratos.

Era só esta a pergunta que eu gostaria que me respondesse.

Deputado Francisco César (PS): Perdeu-se no meio do Atlântico, Sr. Deputado!

Deputado Rui Martins (CDS/PP): Denoto algum desprezo pela Secretaria Regional da Cultura...?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açorianos decidiram mudar o paradigma político nos Açores elegendo um parlamento mais plural do qual resulta um Governo de coligação alargada.

Neste contexto é natural que resultem novas e diferentes opções políticas. Não aceitar, é ficar enquistado num mundo em mudança.

Cabe-nos, agora, a responsabilidade de executar as políticas e as ações que considerarmos necessárias para o progresso dos Açores de uma forma equilibrada e harmónica.

Para definir o rumo a traçar para o futuro que desejamos que seja mais promissor, importa saber e perceber o caminho trilhado até aqui.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A qualidade do serviço postal universal piorou enquanto o mundo à nossa volta evolui a olhos vistos!

A empresa não consegue cumprir com os prazos que anuncia, por exemplo, para o correio azul e para o correio verde, que é consequência da falta de investimento e da decisão centralista de concentrar a distribuição de correio na ilha de São Miguel, provocando atrasos inaceitáveis noutras ilhas.

Aliás, a constante tentativa de centralizar tudo em 1 só ilha prejudicou o desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas e esta maioria está empenhada em reverter esta política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É público o fosso financeiro onde a SATA foi deixada.

Esta empresa é estratégica para os Açores e tem de servir melhor todos os Açorianos, do Corvo a Santa Maria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Seja nas ligações inter-ilhas, ao abrigo de obrigações de serviço público, ou nas ligações das diversas gateways às duas margens do oceano atlântico, a SATA tem de melhorar o seu serviço.

Desejamos que este tempo de pandemia, com menos viajantes, esteja a ser investido em reformar o serviço.

Nesta nova atitude política de desenvolvimento equilibrado e harmónico dos Açores, a transformação de um aeroporto em placa giratória é irracional e inaceitável.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O eixo Faial/Pico, com 28 mil habitantes, à quarta feira, por exemplo, não tem nenhuma ligação aérea direta a Lisboa.

Não é aceitável que a ilha Terceira, com 55 mil habitantes, à terça e quarta feira não tenha nenhuma ligação aérea direta com o continente.

Neste momento a SATA está a ligar as Lajes a Lisboa o mesmo número de vezes que uma companhia low-cost. É a TAP que assegura o maior número de ligações semanais entre as Lajes e Lisboa.

Deputado Nuno Barata (IL): Olhe que os jorgenses querem ir para São Miguel!

O Orador: Não se compreende a razão da SATA ter deixado de fazer a ligação Terceira-Porto e esperamos que a reponha em breve.

A certificação da pista da Base Aérea n.º 4, das Lajes, para operação civil parece um mito.

Na ilha Terceira herdamos um novo terminal de cargas na Aerogare Civil das Lajes com problemas que condicionam a operação.

Depois de mais de 15 anos a planear e com um custo superior a quatro milhões e meio de Euros, o novo Governo dos Açores terá de gastar uma verba ainda indeterminada para minimizar os problemas.

Por muito bom que seja, será sempre um remendo numa construção nova e esperamos que não venha a acontecer o mesmo nas obras do porto das Pipas, em Angra do Heroísmo, de construção de uma rampa para navios RO-RO e Ferry, ao que parece denotar falhas de planeamento.

Deputado Miguel Costa e Francisco César (PS): Hã?!

O Orador: No porto de São Mateus, em Angra do Heroísmo, os pescadores necessitam de um novo entreposto frigorífico e o CDS irá apresentar uma proposta de alteração ao plano de investimentos, subscrita pelos nossos parceiros de coligação – o PSD e PPM –, para que se inicie o procedimento de projeção e construção dessa infraestrutura.

Para o porto da Praia da Vitória o projeto de abastecimento de gás natural que poderia ser um investimento potenciador daquela infraestrutura foi um sonho perdido.

Deputado Francisco César (PS): Ainda bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Ninguém quer!

O Orador: Outro sonho, desejo dos Terceirenses de há vários anos é a requalificação do Algar do Carvão, um projeto essencial num dos ex-líbris turísticos da ilha Terceira. No ano passado o Governo programou 1 milhão de euros para esta obra, mas nada executou, zero! Mais um sonho perdido na Ilha Terceira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Muito mais haveria para elencar.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A tarefa que nos aguarda é árdua, mas desafiante.

Vamos ao trabalho, pelos Açores e por todos os Açorianos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Assim será!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): Teve a delicadeza de *arrancar um dente sem anestesia!*

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É preciso saber!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho graça que às segundas, quartas e sextas o CDS defende uma coisa e às terças, quintas e sábados defende outra.

Aquilo que acabámos de assistir foi o Sr. Deputado Pedro Pinto queixar-se de que a Terceira não está bem servida de ligações aéreas com Lisboa. Mas há uma semana atrás, apesar dos jorgenses e dos graciosenses quererem ter voos diretos para S. Miguel, o Sr. Vice-Presidente do Governo e líder do CDS, defendeu que não queria as obrigações de serviço público que estavam em cima da mesa, retirando essa possibilidade aos jorgenses e aos graciosenses, os quais também estão bem representados aqui nesta Casa, como estão os outros todos!

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: Mas há uma coisa nesta intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto que já de manhã o Sr. Deputado Rui Espínola referiu, que tem a ver com o gás natural liquefeito.

É preciso que alguém, mais uma vez, diga aos Srs. Deputados – eu vou dizer muito devagarinho...

Deputado Miguel Costa (PS): Mas diga devagarinho!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Diga então.

O Orador: ...correndo o risco de perder o meu tempo nesta intervenção:

- O mercado internacional já não quer usar gás natural liquefeito no transporte marítimo de mercadorias!

Registem! Para que se esqueçam duma vez por todas do gás natural liquefeito, seja na Praia da Vitória, seja em P. Delgada, seja no Funchal, seja onde for!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva: Nalgum tempo quis!

O Orador: O mercado não quer ter gás natural liquefeito para abastecer navios de transporte de mercadorias! Registem para memória futura!

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Então porque é que o porto de Viana instalou isso a semana passada?!

Deputado Francisco César (PS): Está a ver Sr. Deputado como eu tinha razão?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa por vir fora do tempo desta última intervenção, mas é apenas para dar uma resposta telegráfica à questão colocada pelo Sr. Deputado Nuno Barata. Apenas para transmitir que há 2 meses atrás, tivemos uma reunião com o armando do navio Malena acerca do assunto do navio para as Flores. E, quando eu referi aqui que há 3 semanas tinha sido iniciado o procedimento para fazer uma regulação de contrato para mais uma temporada que incluía o próximo inverno, repito, de facto, foi isso que aconteceu. E, portanto, o contrato se a prorrogação do contrato não está feita ainda, dentro de pouco tempo estará. Era só isto.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Assim será!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): Que falta de humildade! Responde a uns e não responde a outros!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Gestão de tempo! Responde às perguntas mais pertinentes!

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar às intervenções de tribuna.
Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A atratividade dos Açores, enquanto destino turístico, manifesta-se pela individualidade de cada uma das suas nove ilhas. São, portanto, nove realidades que devem ser analisadas tendo em consideração as suas necessidades específicas, por forma a permitir um crescimento harmonioso e equitativo de cada uma destas ilhas.

No que diz respeito à ilha de Santa Maria, no período de 2014-2018, segundo o “Plano Integrado de Requalificação do Turismo da Ilha de Santa Maria”, elaborado pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada em novembro de 2019, Santa Maria evidenciava os piores indicadores de desenvolvimento turístico da Região. Por esta razão, torna-se imperativo adotar medidas que permitam alterar estes indicadores.

Santa Maria, assim como as restantes ilhas, precisam, portanto, de melhores acessibilidades, quer aéreas quer marítimas, e é aqui que entram as pretensões deste novo Governo, espelhadas no Plano Anual Regional e nas Orientações de Médio Prazo, no que diz respeito à criação de uma efetiva política de transportes marítimos de carga e passageiros, e ainda, à criação da Tarifa Açores, que permitirão o desenvolvimento de uma nova realidade arquipelágica, contribuindo para a coesão social, económica e territorial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A criação da Tarifa Açores permitirá que qualquer mariense possa conhecer outra ilha por 60€ ida e volta, mas também, que todo e qualquer habitante das restantes ilhas possa visitar Santa Maria pelo mesmo valor, promovendo, desta forma, o turismo inter-ilhas, o que irá contribuir para reduzir a sazonalidade e a insularidade e potenciar a criação de um mercado interno gerador de economia e riqueza. Nesse sentido, importa assegurar mais lugares disponíveis nos voos, bem como melhores horários, evitando os constrangimentos do passado, em que os nossos turistas não tinham lugares disponíveis para chegar às ilhas de destino ou tinham de passar um dia inteiro à espera de uma ligação para outra ilha, tal como acontecia também com os nossos Açorianos na Diáspora que por uma questão de meia hora, no caso de Santa Maria, não conseguiam ligação para esta ilha. Acreditamos que a SATA e este novo Governo terão a capacidade de se reinventar, garantindo melhores acessibilidades para todas as ilhas e para todos os Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não basta melhorar as acessibilidades, é importante também garantir a qualificação da oferta turística do destino Santa Maria, nomeadamente, através da requalificação da oferta do alojamento da ilha, da restauração, da animação turística e da requalificação dos trilhos, miradouros e zonas balneares. Nesse sentido, o PSD, o CDS-PP e o PPM irão apresentar duas propostas de alteração ao Plano para a Ilha de Santa Maria, nomeadamente:

- Introdução de uma verba para dotação para um projeto de proteção da orla costeira da Praia Formosa, uma necessidade premente face aos constantes deslizamentos de terra ocorridos nesta zona balnear e ao facto da muralha de proteção marítima apresentar um elevado estado de degradação. Sendo esta Baía o ex-libris de Santa Maria, urge proceder à requalificação urbanística da marginal, onde se inclui o Forte de São João Baptista.

e, ainda,

- Dotação para um Projeto de reconversão do Portinho da Baía de São Lourenço como porto alternativo ao de Vila do Porto que possa servir como cais de acostagem, com condições de operacionalidade para as atividades marítimo-turísticas, de recreio e, claro, para a pesca profissional. A reconversão do Portinho da Baía de São Lourenço permitirá também uma diferenciação da oferta de produtos turísticos na área náutica contribuindo para o desenvolvimento económico da ilha.

Estes são apenas dois investimentos para dar início à mudança, a um novo tempo para Santa Maria, e a uma nova forma de governar, mais plural e dialogante.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD e Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos para a próxima área governativa.

Tem a palavra para o efeito, o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como aqui referi, por altura da discussão do Programa de Governo, enfrentamos uma crise inédita, fruto de uma pandemia com efeitos à escala global.

O Governo está ciente do panorama que enfrenta e coloca toda a ênfase, neste primeiro ano da governação, na mitigação dos efeitos da pior crise económica e social dos últimos cem anos.

As políticas de emprego, nesta primeira fase da governação, visam manter a empregabilidade e ajudar as empresas na sua sobrevivência.

É isso que temos feito e é isso que vamos continuar a fazer, tanto melhorando medidas nacionais, como prolongando e aperfeiçoando, na medida do possível, as medidas regionais, como ainda criando novos apoios.

Transversalmente foi enunciado como matriz a simplicidade e desburocratização, bem como a rapidez no processamento dos apoios.

A este respeito, posso dar nota de que, até ontem, o Fundo Regional do Emprego executou 30 milhões, 892 mil, 789 euros e 84 cêntimos, sendo 47% relativos a medidas covid-19.

Simultaneamente foi declarado e executado um processo de transparência que dá nota pública das pessoas integradas em medidas para a empregabilidade e dos desempregados inscritos, por concelho, na última sexta-feira de cada mês.

Tal como fiz antes, posso anunciar que pelas 20 horas do dia de ontem, estavam inscritos 7.009 desempregados nas agências de emprego da Região.

No mesmo momento, às 20h00 de ontem, estavam colocadas 8.120 pessoas em programas para a empregabilidade.

Quer isto dizer que, à data de ontem, tínhamos 15.129 pessoas registadas fora do mercado normal de emprego.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que é transparência!

O Orador: A nova série estatística do INE vem trazer-nos uma maior aproximação a esta realidade.

De facto, o desemprego trimestral, para o primeiro trimestre de 2021, estimado por amostra, como se sabe, pelo Instituto Nacional de Estatística, será já calculado pelos parâmetros desta nova abordagem.

Nesta nova série, cujos primeiros resultados serão conhecidos já em maio, a amostra incluirá não só os ocupados, mas também os ativos inseridos no autoconsumo da área agrícola e das pescas.

Será – pensamos nós - um exercício mais próximo da realidade do mercado de trabalho que, em função dos dados de 31 de dezembro passado, e com a

população ativa que conhecíamos então, nos poderia trazer a uma taxa até 11,6% de desemprego, comparando com os 5,5% estimados pela anterior série estatística.

Face à transparência que o XIII Governo tem vindo a defender, é tanto importante salientar a razoabilidade desta nova abordagem, como fundamental será analisar os dados pelos critérios devidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero aqui, agora, falar-vos, especialmente, de futuro.

Quero falar-vos das orientações políticas e propostas de medidas que desenhamos para os melhores dias que vão vir e, particularmente, para fazer melhores os dias que não de vir.

Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD): Isto é que é transparência.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Passada que esteja esta fase aguda da crise, queremos rever os diplomas base em que assentam as medidas de emprego e lançar uma estratégia para a empregabilidade efetiva.

Nos próximos meses apresentaremos nesta casa uma proposta de revisão do DLR 28/2004, de 24 de agosto, e lançaremos um conjunto de programas que tem como orientação, em primeiro lugar, diminuir a precariedade; em segundo lugar, combater o desemprego jovem; e, em terceiro lugar, qualificar os Açorianos.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dos 7.009 desempregados inscritos, 3.099 têm menos de 35 anos e 3.179 não têm o nono ano de escolaridade.

Por isso vamos, desde já, avançar com uma formação de largo espectro, que decorrerá este ano e até ao fim de 2022, em que se pretende dar formação e dupla certificação a estes ativos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As pessoas não podem passar seis a oito anos em sucessivos programas ocupacionais, vítimas da precariedade da própria precariedade...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ...sem obterem nenhum incremento, nenhum aumento, da qualificação e sem vislumbrarem um futuro com estabilidade.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Vamos introduzir módulos de qualificação nos programas ocupacionais, repito, vamos introduzir módulos de qualificação nos programas ocupacionais, para aumentar as competências, ajudando as pessoas a sair deste círculo vicioso para ganharem a esperança na dignidade do emprego.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD e Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nos programas de incentivo à contratação – e aqui entendemos ser uma abordagem inovadora - vamos estimular a melhoria salarial, a contratação de jovens e a atração de ativos provindos de estágios ou programas

socioprofissionais. É assim, através da formação e através do incentivo à contratação que vamos conseguir levar estas pessoas a saírem duma situação de precariedade absoluta nos programas ocupacionais, para um momento de emprego com estabilidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já lançámos um programa de formação à medida, o FormAçores, com o objetivo de promover o entendimento entre as entidades formadoras e o mundo empresarial, bem como para potenciar a formação de ativos, empregados ou desempregados.

Com a refundação já anunciada da Escola das Capelas e a sua transformação em Centro de Qualificação dos Açores pretendemos, para além de recuperar as suas valências históricas, alavancar a literacia digital no plano regional, o aumento das competências básicas de adultos e iniciar o ensino Dual nos Açores.

Posso anunciar, ainda, que, até ao fim deste, mês vamos apresentar e lançar o Fórum Regional da Qualificação Profissional, com o nome “Valorizar os Açorianos – Horizonte 2030”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito do Comércio e Indústria, a simplificação e desburocratização serão acompanhadas por uma desmaterialização de processos que nos permitirá reduzir a menos de metade do tempo a análise dos processos de candidaturas a apoios.

Vamos, ainda, potenciar a Marca Açores, como expressão da qualidade e especificidade dos nossos produtos e serviços, incrementando naturalmente o

valor da marca, de forma a que todos os produtos e serviços tragam um valor acrescentado, produto de uma estratégia de marca e de plataformas logísticas e digitais.

Sr. Presidente:

Nas políticas da Juventude, matricialmente, queremos dar condições aos jovens para que cresçam como cidadãos integrados e com ânsias de futuro nas suas terras.

Queremos ajudar os jovens a conhecer os Açores e, por isso, já lançamos o Programa MOOV para promover estágios de inserção socioprofissional em ilhas diferentes das suas ilhas de residência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos ser mais exigentes no programa OTL-J e vamos desenvolver medidas desde já, para que no próximo Verão, as entidades exerçam uma melhor ação de acompanhamento e tutoria para uma verdadeira experiência no contexto de trabalho, que enriqueça os jovens e os ajude no despiste vocacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos 5.512 jovens a estudar no Ensino Superior, dados de setembro de 2020, a maioria longe das suas casas.

Conforme já foi aqui proposto pelo PP e está pendente nesta Casa, há que implementar um Gabinete de Apoio ao Estudante Deslocado, para, por um lado, ajudar na sua inserção no ecossistema do ensino superior e, por outro, manter os laços promotores e incentivadores do regresso e fixação em cada uma das suas terras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por último, uma referência a uma abordagem estratégica constante dos documentos orçamentais - a criação das AJEmCIAs (agências com J).

Com estes Serviços Executivos Periféricos, pretendemos levar a **todas** as parcelas da nossa Região as políticas e os apoios relativos à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato.

Um jovem da Água Retorta, um desempregado de Santo Antão, um artesão da Fajãzinha, uma pequena indústria aqui da Praia do Norte, ou um comerciante da Calheta do Nesquim, devem ter as mesmas oportunidades, apoio e acesso que tem qualquer Açoriano residente nos nossos maiores centros populacionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é uma declinação prática da proximidade que este Governo advoga.

É uma expressão da Autonomia que defendemos.

E é uma afirmação de profunda convicção política.

Nove ilhas como iguais.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Juventude, Qualificação Profissional e Emprego!

O Orador: Peço desculpa Sr. Presidente, mas é de facto uma designação bastante longa e ainda não a memorizei.

Relativamente a duas medidas previstas no Orçamento, questiono, em primeiro lugar, sobre a ausência – no artº 10º - “integração de trabalhadores precários na Administração Pública” – ou seja, a redação que é colocada nesta proposta, é em tudo idêntica àquela que foi apresentada no anterior Orçamento do Partido Socialista, mas que foi alterada no orçamento suplementar e que, neste caso, esquece os trabalhadores em programas ocupacionais.

O que lhe pergunto é: porquê, Sr. Secretário?

Vou dizendo, desde já, que o Bloco de Esquerda tem uma proposta de alteração para incluir esses trabalhadores com mais de 2 anos de serviço prestado em programas ocupacionais, independentemente do serviço, para que sejam integrados na Administração Pública, porque muitos deles são necessidades permanentes. Há uma dificuldade e uma arbitrariedade com as quais nós queremos acabar e que é a definição de quem são essas necessidades permanentes. Porque, na nossa opinião, não pode ficar nas mãos de qualquer governo dizer se um trabalhador que está há 2 ou 3 anos a fazer um serviço, é ou não necessidade permanente. Essa avaliação tem de ter a participação dos representantes dos trabalhadores.

Por isso, propomos criar nesta mesma norma uma comissão arbitral paritária, com o mesmo número de elementos entre governo e sindicatos, para avaliarem em cada caso, se determinada necessidade é ou não permanente. Senão, voltamos ao mesmo. E se o membro do governo com responsabilidade nesta

matéria não quiser autorizar o concurso e a integração, ela não será feita, apesar de podermos estar perante uma necessidade permanente.

Sei que está a acabar o meu tempo, Sr. Presidente, por isso, uma última questão ao Sr. Secretário.

No que diz respeito aos apoios públicos, e à autorização que o Governo pede, previstos no Artº 47º do Orçamento, pretende-se, entre outras matérias, isentar os programas (a criar) do cumprimento de um conjunto de normas do Decreto Legislativo Regional que referiu – o 28/2004 – e que o Governo agora quer alterar.

O que lhe pergunto, Sr. Secretário, é: porque é que o Governo não quer que os apoios públicos à redução da precariedade exijam contratos sem termo? Porque é que quer combater a precariedade com contratos a termo?

Isso é um contrasenso completo.

Um contrato a termo é, por definição, um contrato precário.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: E uma última questão, Sr. Secretário: o Governo concorda ou não que todos os apoios públicos à manutenção de emprego tenham (ou não) que manter todo o emprego, como defende o Bloco de Esquerda?

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Se o Sr. Deputado queria esclarecimentos sobre administração pública devia ter solicitado ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e não à área da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra, para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego:

Dizer-lhe que tive oportunidade de ler e analisar o Plano e Orçamento para 2021. E em várias centenas de páginas, encontrei apenas esta página dedicada à juventude. Uma página que ignora por completo a causa principal para qualquer jovem – o emprego. Que se torna cada vez mais necessário, numa altura de crise social e económica que vivemos.

É óbvio que o Orçamento falha!

Falha no apoio à juventude, no que diz respeito à sua empregabilidade, à defesa da sua emancipação e também na definição de um projeto de vida que realize os jovens aqui nos Açores!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): O Sr. Deputado ainda só viu a árvore, não viu a floresta!

O Orador: Porque falha? – dir-me-á o Sr. Secretário.

Falha, porque é um Orçamento que precisa de agradar a todos, para garantir o futuro político do Governo.

Dizer-lhe, também, que o emprego para o Partido Socialista, é a prioridade das prioridades.

Os resultados estão à vista, entre 2012 e 2020, porquanto a política de emprego da Região conseguiu criar cerca de 12 mil e 500 novos empregos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Em programas.

O Orador: A taxa de desemprego, em 2020, situou-se nos 6.1%, ou seja, a mais baixa taxa de desemprego desde 2013, apesar de estarmos em período complicado e de fortes constrangimentos.

Importa fazer, portanto, uma reflexão sobre os últimos dados divulgados pelo Instituto de Emprego e Qualificação Profissional que, no espaço de 3 meses,

revela que existem hoje nos Açores mais 1100 açorianos inscritos na agência de emprego.

É com estes números que pergunto ao Sr. Secretário qual o objetivo do atual Governo Regional para 2021, tendo em conta que só nos últimos 3 meses – entre dezembro de 2020 e março de 2021 – aumentaram 1100 açorianos inscritos na agência de emprego e mais de 1000 são trabalhadores nos programas ocupacionais?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado, tão jovem e já tão zangado!

O Orador: Antes, o Sr. Secretário Regional criticava os programas ocupacionais. E agora temos, num ritmo acelerado, mais trabalhadores nos programas ocupacionais.

A realidade começa, pouco a pouco, a revelar-se.

Este Governo diz uma coisa e faz outra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Lamento dizer, com todo o respeito, os senhores estão a transformar-se em grandes especialistas em dizer uma coisa e fazer exatamente o seu contrário!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Secretário Regional: o Governo está desorientado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já parece o Deputado Miguel Costa.

O Orador: Está desorientado, porque...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: É o PS que está desorientado!

O Orador: Sr. Presidente, posso continuar? Assim não consigo. Eu não interrompi ninguém.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Está impossível continuar.

Permitam ao Sr. Deputado continuar a sua a intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que o Governo está desorientado. E esta afirmação traz aqui uma outra questão muito concreta.

Na página 13 do relatório que acompanha o Orçamento, num cenário macroeconómico dizem que “a taxa de desemprego aumenta”. Na página 17 do mesmo relatório, dizem que a taxa de desemprego “vai diminuir”.

Afinal, Sr. Secretário, em que é que ficamos?

Bem demonstrativo, também, dessa desorientação, são as afirmações do Sr. Secretário Regional das Finanças na questão dos trabalhadores da Administração Pública.

Ora, disse o Sr. Secretário Regional que há “um excesso de funcionários públicos nos Açores”. Mas, logo a seguir, o Orçamento para 2021 que estamos a analisar, no seu artº 10º, propõe integrar mais trabalhadores na Administração Pública Regional.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): A primeira é que o senhor não ouviu o que eu disse. Assim estamos numa conversa de surdos!

O Orador: Das duas uma: ou estamos na presença duma visão ideológica e depreciativa sobre os funcionários públicos. Ou então estamos perante um profundo tacticismo político!

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não quer integrar? Assuma!

O Orador: Afinal, em que é que ficamos, Sr. Secretário Regional do Emprego? Agradecia a sua resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Exige-se rigor relativamente a esta matéria!

Este é também um Plano e Orçamento que deixa muito a desejar em termos de uma visão estratégica de futuro.

E faço uma pergunta muito concreta para a qual agradecia a sua resposta, Sr. Secretário:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais uma!

Risos do PSD

O Orador: Porque é que o Terceira Tech Island deixou de ser uma prioridade para este Governo?

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E deixou de ser uma prioridade, Sr. Secretário, porque não está inscrito no Plano e Orçamento. E até ficou escondido no meio de uma ação a que os senhores chamam de “Desenvolvimento de ações de formação tecnológica”.

Dir-me-á o Sr. Secretário Regional: “está noutra ação”. É verdade. Mas só o facto de deixar de estar numa ação isolada, é significado...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): É sinal de que o Governo mudou!

O Orador: ...que a qualificação avançada dos nossos jovens deixou de ser uma prioridade.

É, ainda, um sinal de que, do ponto de vista da transparência, será difícil nós escrutinarmos efetivamente aquilo que será gasto com aquela ação.

Quando olhamos para este Orçamento, permita-me que lhe diga, que o nome mais correto teria sido “falta de transparência”!

Enquanto Secretário Regional da Juventude, este Orçamento faz-me dizer-lhe o seguinte: os jovens açorianos estão a ser os mais sacrificados pela sustentabilidade futura das opções e das decisões aqui tomadas. A fatura será pesada!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): 4 meses!

O Orador: E será paga pelos mais jovens, sobrecarregando ainda mais as próximas gerações com o aumento do endividamento, correndo o risco de agravar os danos da atual crise.

A verdade é que, no meio de tudo isto, o Governo falha e está desorientado!

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Muito mal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ouvir V. Exa. naquela tribuna, fez-me lembrar a minha campanha eleitoral – “és liberal e não sabias”!

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

De facto, o senhor acabou de elencar ali uma série de medidas que a Iniciativa Liberal tem vindo a defender há algum tempo e fico satisfeito por isso.

Há necessidades permanentes a serem cumpridas e executadas por gente que está nos programas. Eu não fazia ideia de que havia tantos programas.

De facto, fui apanhado de surpresa, quando comecei a investigar essa área e comecei a perceber de que forma estava encapotada e falseados os tais números do desemprego que nos apareciam tão bonitos no final de 2019.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E sim, Sr. Secretário, vou lhe fazer uma pergunta, mas antes ainda vou-lhe dizer mais uma coisa:

Fique V. Exa. tranquilo que terá desta bancada o apoio que for necessário para integrar nos quadros da Administração Pública aqueles que estão precariamente em programas ocupacionais, mas que estão desempenhando funções necessárias permanentes.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Nós não temos medo da dimensão do Estado! Temos medo da **má** dimensão do Estado, que é bem diferente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aqueles que têm medo das liberdades e do liberalismo, mas que depois se arrogam detentores do sucesso do liberalismo – ainda esta manhã sobre os transportes aéreos, ouvimos bastante disto, eram contra o liberalismo, mas depois os bons resultados já foram ganhos deles – é que têm medo e agitam o fantasma do liberalismo contra a dimensão do Estado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

O Orador: A dimensão do Estado não me assusta!

O que me assusta é a má dimensão do Estado!

É a construção de clientelas políticas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, ter o Estado suficientemente forte nas áreas que ele tem que ser forte, não assusta a Iniciativa Liberal.

Sr. Secretário, qualificação profissional desta gente que está nestes programas, o que é que o senhor pretende fazer?

O senhor disse ali na tribuna, mas foi muito vago.

Eu gostava de saber, Sr. Secretário, de facto, o que é que pretendem fazer com a qualificação dessas pessoas que estão em programas ocupacionais, se ocupam alguns meramente por cumprir horário de trabalho nalgumas juntas de freguesia, nalgumas instituições às quais se dirigem todos os dias de manhã, até à hora da saída?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Oh que maçada!

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, mas queria só esclarecer alguns números ditos pelo Sr. Deputado Vílson Ponte.

Em janeiro de 2020, antes da crise, o número de inscritos nos centros de emprego era de 6 mil 973. Em março de 2021, são 7 mil e 49. Em outubro de 2020, era 6 mil 950.

Portanto, nós estamos com números semelhantes. E aquilo que o Sr. Deputado referiu de que aumentou mil desempregados, é preciso ver a evolução desde outubro passado até agora. Ou seja, as conclusões que tirou são absolutamente ilegítimas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*):

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos, tem agora a palavra o Sec. Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando por responder de uma forma sistemática ao Deputado António Lima, para dar nota sobre a integração dos trabalhadores precários, sabemos que existe uma proposta do Bloco de Esquerda para o artigo do Orçamento a que diz respeito. Existe uma proposta do BE, mas não só, também de outras forças políticas e, naturalmente, o Governo vê com bons olhos a necessidade de integrar as pessoas que estão nos programas ocupacionais ou doutras formas de precariedade na função pública.

(Neste momento registaram-se alguns problemas técnicos ao nível do som)

Peço que a Mesa desconte o tempo em que fui perturbado por estes ruídos da instalação sonora.

Dizia eu, Sr. Deputado António Lima, que há uma proposta do Bloco de Esquerda e também doutras forças políticas relativamente a esta matéria. O Governo vê com bons olhos estas propostas, para serem trabalhadas e, naturalmente, o grande objetivo é, desde já, integrar algumas pessoas, mas a prazo, aferir o que são necessidades permanentes, as quais não estejam, também permanentemente, a ser supridas por pessoas que estão em programas ocupacionais.

Portanto, de alguma forma, estamos sintonizados nessa questão.

Em relação aos apoios públicos às empresas quando fazem a diminuição de emprego, como o Sr. Deputado sabe – já tivemos aqui esse debate noutros momentos – é evidente que pretendemos ligar sempre os apoios ao emprego, à manutenção dos postos de trabalho. É esse o princípio. Mas, também não podemos perder de vista, casos que já nos chegaram – e chegam – de empresas que perdem, ou ficam em vias de perder os apoios e que por essa via põem em risco todos os outros empregados, porque há um que sai do seu posto de trabalho – ou porque emigra ou porque foi para outra empresa trabalhar, há casos concretos destes – não podendo a empresa ficar penalizada; mas mais do que a empresa, é que se formos tão rígidos, acabamos por prejudicar o emprego todo daquela empresa.

É, portanto, este aspeto que nós tentamos resolver, embora saibamos que é um equilíbrio ténue – temos essa preocupação – mas temos que ter aqui o mínimo (e é só o mínimo!) de flexibilidade, para que, salvando um emprego, não se percam 99. E é isso que nós tentamos ter sempre em atenção no que respeita os apoios públicos ao emprego.

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Vílson Gomes, eu compreendo que não esteja sintonizado com as opções políticas deste Governo e com as opções

que fazemos em relação à juventude, que critica inclusivamente os dados do desemprego (jovem).

Eu tenho aqui os dados e, como sabe, tenho feito questão de dar os dados ao dia e ao número certo, algo que é completamente novo na autonomia dos Açores!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Queria só dizer que desempregados até aos 24 anos, em dezembro, tínhamos 1154 – representavam 16,51%; ontem, tínhamos 1157 – que representam 16,5%. Até desceu 0,1%.

Em relação aos com menos de 35 anos, tínhamos (a 31 de dezembro) 3221 – representava 46,09%;

Deputado Vílson Gomes (PS): Não falei em faixas etárias Sr. Secretário. Não foi essa a minha pergunta.

O Orador: ontem, tínhamos 3089 – representam 44,05%. Até desceu 2 pontos percentuais.

A este respeito, penso que estaremos mais ou menos conversados.

Relativamente, ainda, ao ano de 2020, é preciso não esquecer que o número de ocupacionais, cresceu 1469 pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Por isso, é que tivemos aquele número do desemprego no final a 31 de dezembro de 2020, que é sensivelmente o mesmo que tivemos ontem.

Portanto, os senhores não *inventaram a roda*, tal como nós também não *inventámos a roda*. As coisas são como são.

A única coisa que nós trouxemos de novo foi **transparência!**

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, em relação ao Terceira Tech Island, eu tive oportunidade várias vezes de me pronunciar sobre esta matéria. Fiz já uma visita a meados de janeiro ao Terceira Tech Island, sendo que em março reuni com o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Ainda em março – a 18 – respondi a um ofício; a 27 de março prestei declarações à comunicação social; a 29, 30 e 31 prestei declarações aqui às Comissões; a 13 de abril prestei novamente declarações à comunicação social. Não sei o que é que precisam mais.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Está escondido, Sr. Secretário!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Está clarinho como água!

O Orador: Eu e o meu gabinete já fomos 5 vezes ao Terceira Tech Island, desde dezembro passado. Não sei quantas terão ido os anteriores governos.

É um projeto prioritário para nós? É!

A formação de qualidade dos nossos jovens no Terceira Tech Island e nos Açores todos é uma prioridade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Muito rapidamente, tenho 3 perguntas para lhe fazer. Não vou referir se há dados disponíveis ou se não há. Eu limito-me a fazer aquilo que o meu colega fez há pouco e que é analisar os dados que estão disponíveis. E é sobre isso que eu gostava de perguntar algumas coisas.

A primeira questão que eu coloco é como é que justifica que haja um aumento de cerca mais 1100 inscritos nos centros de emprego nos Açores?

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
(*Duarte Freitas*): Desculpe...?

O Orador: Desde dezembro de 2020.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
(*Duarte Freitas*): São com base em que números?

O Orador: São com base nos números do IFP que também saíram ontem.

Como é que o senhor, que tanto criticou os programas ocupacionais, justifica que desde dezembro eles tenham aumentado cerca de 800 pessoas?

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
(*Duarte Freitas*): O senhor quer conversa!

O Orador: Se fosse com base nos dados que estão no seu site, seriam cerca de 709. Fazendo a atualização com base nos dados de ontem, dá cerca de 800 pessoas.

Terceira pergunta: como é que o senhor justifica que atual Governo diminua as verbas destinadas ao apoio e à formação profissional da sua Secretaria? E aqui não vale a questão da execução, porque ela foi maior do que as verbas que tem destinadas à sua Secretaria.

Por último, nós temos tido conhecimento de morosidade de pagamentos às empresas – temos tido queixas. E tenho uma pergunta para lhe fazer em relação ao IRNAE.

Temos tido informações de que há empresas que estão a ser notificadas para devolverem incentivos – com base no IRNAE. Ou então, para desistirem das

candidaturas, por incompatibilidade com os outros programas de emprego, nomeadamente a questão do *lay off*.

A pergunta que lhe faço é se é mesmo assim? Se houve um problema técnico? E o que é que irá ser feito para resolver este assunto?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego para uma interpelação.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para dar conhecimento à Mesa que não tendo tempo para responder no âmbito do debate, não prescindo de responder por escrito. E farei chegar, logo que possível, através da Mesa, ao Sr. Deputado Francisco César todas as informações que me pediu, como tenho feito quer seja nas Comissões ou em qualquer outra circunstância.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra a Dra. Deputada do CDS, Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que temos falado aqui na questão dos programas ocupacionais, primeiramente queríamos dizer que muitas vezes, quando anteriormente era debatida esta questão, a crítica não era feita aos programas em si, mas sim em relação à forma como eles são utilizados, sendo que servem muitas vezes para

colmatar necessidades permanentes, seja na área da educação ou da saúde ou de outras áreas, mas principalmente nas duas primeiras.

Queríamos salientar que a proposta de alteração apresentada pelo CDS, PSD e PPM, visa regularizar os açorianos que estão a colmatar necessidades permanentes em programas ocupacionais, mas permitindo algo inédito. É uma medida que nos parece que é mais que justa, ou seja, que essas pessoas embora estejam na situação de programa ocupacional, possam acumular durante o período de 3 anos com outra situação, como por exemplo, de contrato a termo.

Vamos imaginar um açoriano que esteve num contrato a termo e teve uma interrupção que não tenha sido superior a 120 dias e, entretanto, está num programa ocupacional, ou vice-versa, poderá ser integrado. Parece-nos que é uma medida de justiça social para com aqueles que estão ao lado do seu colega de trabalho durante este período, a desempenhar as mesmas funções, colmatando uma necessidade permanente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Coisa que a vossa proposta não tem!

A Oradora: Todos nós que estamos nesta Casa, conhecemos situações destas. Por isso, parece-nos que esta integração será mais abrangente e será mais justa. E é um importante passo, na medida do combate à precariedade que existe na Região.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficou aqui comprovado a incoerência do Partido Socialista. Ora num ano fazem um plano de investimento com um valor previsto de 1 milhão e 850 mil euros e a execução fica-se apenas por 1 milhão 250 mil euros.

Deputado José Ávila (PS): Lá vem outra vez!

O Orador: Quando o valor que este Governo apresenta no Plano é de 1 milhão e 500 mil euros, ou seja, acima até daquilo que os senhores executaram no ano transato.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda ontem, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizia que isto era “ludibriar os açorianos”.

Ora, ludibriar os açorianos, é inscrever milhões e executar apenas tostões. Foi aquilo que o Partido Socialista fez ao longo de 24 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: De nada serve prever ou anunciar medidas e muitos milhões. E depois a execução ficar apenas pelo anunciado.

Este é um Plano realista, ambicioso, mas acima de tudo, um Plano sério, ao contrário do que o Partido Socialista tem vindo a dizer nos últimos dias!

Pouco importa quem é o autor da proposta. E existem muitas propostas neste Plano e Orçamento que são da responsabilidade até do Partido Socialista. Inclusivamente, o Partido Socialista nem apresentou qualquer proposta de alteração a este Orçamento. Portanto, face àquilo que o Sr. Deputado Vílson Gomes frisou, de que este era um Plano minimamente risível – não foram estas as palavras, mas foi com esta intenção – admira-me, porque não apresentou qualquer proposta alternativa. Aliás, a sua intervenção até vai contra as propostas que estão neste Plano e que foram da vossa autoria. Portanto, não se percebe a vossa posição. E, tal como eu disse no início desta minha intervenção, é incoerente a vossa posição ao longo destes dias!

Outra questão que gostaria de referir, para terminar, tem a ver com os programas ocupacionais:

É inacreditável como é que o Partido Socialista vem a esta Assembleia falar disso, quando este mesmo partido que, nos últimos anos, andou a inventar programa atrás de programa, sabendo dos abusos que existiam destes programas ocupacionais e nada fez para resolvê-los!

Deputado Manuel Ramos (PS): O desemprego é melhor, se calhar!

O Orador: Uma coisa é certa, Sr. Deputado Vílson Ponte, é que não se pode exigir a este Governo que tem apenas 5 meses, aquilo que V. Exas. não fizeram em 24 anos! E temos muitos exemplos disto mesmo, Sr. Deputado!

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Não tinha percebido que era para uma interpelação.
Tem a palavra para o efeito, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de perguntar à Mesa se o Governo e o Sr. Secretário Regional ainda têm tempo para responder a questões?

Presidente: Ó Sra. Deputada, eu já respondi não sei quantas vezes a essa questão.

O Governo tem tempo. Estará fazendo a sua gestão, como qualquer bancada estará a fazer a sua.

Deputado Miguel Costa (PS): Não foi isso que lhe foi perguntado! Ela perguntou se o Governo ainda tem tempo para responder! Pelo amor de Deus!

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Se ainda tiver tempo, há uma questão que eu gostaria de colocar.

Presidente: A Sra. Deputada quer participar no debate, é isso?

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** É isso mesmo.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional que importância dedica ao artesanato? Aliar a tradição à inovação e competitividade, constitui um dos grandes desafios ao artesanato na nossa Região.

Como justifica, então, o desinvestimento em 76% e 50% nestas duas rubricas no Plano de Investimento?

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sabe o que é? Nós fazemos mais com menos!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Podia ter ficado calada!
Essa pergunta é um insulto.

“Que importância dá ao artesanato?”

Deputado Francisco César (*PS*): Um insulto?!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sim, um insulto!

Que importância o Sr. Deputado dá ao ar?!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

A Mesa tem um pedido de inscrição de tribuna. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Flávio Soares do PSD.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Juventude é e será sempre um dos motores da sociedade. Uma sociedade que se quer ativa e com dinâmicas diferentes para contribuir para o desenvolvimento de cada uma das localidades. Nos Açores não pode, nem deve ser diferente. É na juventude que está uma maior facilidade de adaptação a novos tempos, como este que vivemos.

Vinte e quatro anos passados, e temos finalmente um governo capaz de valorizar a juventude, valorizar o seu papel e apresentar propostas que vão ao encontro das preocupações de todos os jovens Açorianos. Teremos na juventude a mudança de paradigma na inclusão social e na erradicação da violência e discriminação que este governo pretende solucionar. Esta é uma ambição que deve ser conjunta, onde todos podem e devem ter um papel decisivo e

construtivo, mas de forma séria e realista, ao contrário do que foi sendo feito até aqui. Onde a propaganda era imensa e a ação ficava por realizar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Manuel Ramos (PS): Aí não há ação, é só propaganda!

O Orador: É por isso que este governo valoriza, e bem, a capacitação dos jovens em competências de educação não formal, dando ferramentas para que possam crescer e ser responsáveis pela sua aprendizagem ao longo do seu percurso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outra grande medida deste governo, prende-se com a criação de um projeto de mobilidade dentro da nossa Região que possibilita a realização de estágios de curta duração noutras ilhas, o chamado MOOV (Programa de Mobilidade, Ocupação e Orientação Vocacional) e que trará aos nossos jovens novas experiências e conhecimentos de outras realidades de ilhas diferentes.

E como o mote deste Executivo é **MENOS PROMESSAS E MAIS EXECUÇÃO...**

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado Manuel Ramos (PS): O que é que executou?

O Orador: ...irá este governo reforçar o apoio às Associações Juvenis, esta que já era uma ambição destas mesmas associações. Um reforço que se quer transparente e que irá valorizar, envolver e potenciar o contributo e o trabalho desenvolvido pelas inúmeras associações e movimentos da Região.

Uma distribuição justa, mas, e acima de tudo, que deve ser feita com equidade.

Também o papel do empreendedor jovem será potenciado e considerado, promovendo o Encontro Regional de Jovens Empreendedores (Acores Summit). Esta medida, mais que um mero encontro, dará a possibilidade de troca de ideias e o lançamento de novos empresários e de novos produtos.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: A juventude tem o dever, como todos nós, de estar sensível ao tema do ambiente e este Governo tem a obrigação de proporcionar ferramentas que vão ao encontro de uma maior sustentabilidade ambiental, é por isso, intensão deste executivo criar o programa de apoio à intervenção ambiental e ecológica local para os mais jovens. Será um contributo fundamental para traçar um rumo diferente à nossa Região.

Deputado Rui Espínola (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Termino citando Rosa Luxemburgo que perante uma plateia de jovens dizia que “Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos...” Fim de citação.

Tenho a certeza que este governo vai conseguir.

Disse.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há pedidos de esclarecimento a esta intervenção?

(Pausa)

Não havendo, vamos prosseguir os nossos trabalhos, passando à próxima área governativa.

Para o efeito, dou a palavra à Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (*Ana Carvalho*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com sentido de responsabilidade que subo a esta tribuna para apresentar na Casa da Democracia a proposta de Plano para 2021 para as áreas das Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações.

É incontornável a importância destes setores de atividade no desenvolvimento e na coesão económica e social das nove ilhas dos Açores, cujo reconhecimento, neste plano, se traduz num investimento público de aproximadamente 94 milhões de euros, 81 milhões dos quais afetos a obras públicas, 3,8 milhões a transportes terrestres e nove milhões às comunicações.

O Plano de investimentos para o ano de 2021 reflete as prioridades de ação assumidas no Programa do XIII Governo dos Açores, em particular o intento de concentração das obras públicas num só departamento governamental, com consequentes reflexos positivos no setor da construção civil.

Competirá, sempre, aos vários departamentos governamentais, no exercício das suas atribuições, definir a estratégia, prioridades de ação e investimentos a realizar em cada ano.

Não obstante não estar publicada a orgânica da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, momento em que ocorrerá a efetiva transferência da competência em matéria de formação e execução de contratos de obras públicas, temos vindo a apoiar tecnicamente os vários departamentos governamentais, assegurando uma transição de processos mais rápida e eficaz.

Numa região em que a mobilidade e a acessibilidade terrestre de pessoas e mercadorias, nas diversas ilhas, é assegurada exclusivamente por meio de transporte rodoviário, a modernização do sistema rodoviário e a melhoria das acessibilidades aos centros urbanos, assim como às principais infraestruturas de entrada e saída de cada ilha, é crucial ao seu desenvolvimento económico e social.

Neste domínio, ao nível da melhoria das acessibilidades e da construção, reabilitação e beneficiação da rede viária regional, que representam um valor de investimento superior a 12 milhões de euros, assegurando a continuidade dos compromissos que transitam da anterior legislatura, destacamos as seguintes empreitadas:

- Na Ilha de S. Miguel:

- Consolidação da Estrada Regional, troço Furnas/Ribeira Quente (2ª fase);
- Construção da variante a S. Roque;
- Melhoria da acessibilidade Furnas/Povoação - Variante à freguesia das Furnas;

- Na ilha Terceira:

- Melhoria das condições de Circulação Pedonal na Estrada Regional 6-2.ª, em S. Carlos;

- Na ilha do Faial:

- Reabilitação da E.R. 1-2ª Largo Jaime Melo, que se encontra em execução;

- Na ilha Graciosa e na ilha das Flores:

- Requalificação do Largo 1.º dezembro, na freguesia da Luz,
e a
- Reabilitação do pavimento da Estrada Regional 1.ª-2ª Santa Cruz-Lajes, no troço compreendido entre o Feital e Ribeira Funda, ambas a consignar no início do próximo mês.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem, Sra. Secretária!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Isto não é um anúncio, é uma consignação!

(Aplausos dos Deputados das bancadas dos partidos da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: De igual modo, serão realizadas intervenções na conservação e manutenção de áreas verdes e miradouros, com inegável importância para o turismo, enquanto recurso para a contemplação de uma paisagem.

No domínio do Plano de Recuperação e Resiliência, face à particular situação de infraestruturas rodoviárias regionais, os circuitos logísticos, previstos no plano de 2021, pugnam pela melhoria das condições de segurança e de conforto, eliminação de congestionamentos nos centros urbanos, com conseqüente contributo para a descarbonização e melhoria da qualidade de vida das populações.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Foram incluídos na candidatura nacional ao Plano de Recuperação e Resiliência, um conjunto de 10 empreitadas de construção de vias, localizadas em sete ilhas dos Açores, consideradas como variantes aos respetivos centros populacionais e que promovem a vertente de mobilidade suave.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Pretendendo caminhar para um sector de construção civil mais sustentável, iremos investir uma verba superior a um milhão de euros no desenvolvimento de ações de investigação, inovação e divulgação na área da Engenharia Civil, incentivando a criação de uma economia verde, resiliente e circular e as potencialidades dos materiais endógenos dos Açores.

Iremos, ainda, dotar o arquipélago dos Açores de um sistema de monitorização e vigilância das infraestruturas portuárias, de proteção costeira e áreas envolventes, o que representa um investimento superior a 300 mil euros.

Em matéria de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária, que representa um valor de investimento de 3,8 milhões de euros, saliento como principais objetivos deste Plano:

- Consolidar o transporte público coletivo de passageiros como serviço universal acessível a todos os cidadãos e promover a implementação o sistema integrado de gestão de informação e bilhética;
- Apoiar a modernidade e competitividade no setor de táxi;
- Apoiar os profissionais do setor de táxi e das empresas de transporte coletivo de passageiros para fazer face à significativa perda de rendimentos resultantes da pandemia covid-19;
- Promover campanhas de segurança rodoviária na Região com vista a reduzir a sinistralidade rodoviária.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Sem conetividade não existe transição digital, razão pela qual pugnaremos pelo acompanhamento e defesa do interesse dos Açores nos principais projetos de telecomunicações e da introdução de novas tecnologias, dos quais se destacam a inovadora tecnologia 5G e a construção do novo anel de cabos submarinos de fibra ótica, o novo Anel CAM, infraestrutura essencial que coloca os Açores na Europa e que confere à Europa uma verdadeira dimensão Atlântica.

Vozes dos Membros do Governo e alguns Deputados da bancada do PSD
Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Cientes da importância para a Região das Infraestruturas de Suporte dos Sistemas de Informação, das Redes de Comunicação e da

Cibersegurança e Segurança da Informação, este plano prevê uma dotação de nove milhões de euros para estas áreas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Consubstanciando um importante salto tecnológico, em 2021 será implementada a infraestrutura centralizada para armazenamento de dados e computação, designada como Azores Cloud, num valor de investimento de seis milhões de euros.

Com uma dotação superior a dois milhões de euros, estão, ainda, previstas ações destinadas:

- à implementação e ações e soluções tecnológicas ao nível da cibersegurança e segurança da informação;
- à modernização e melhoria do desempenho e eficiência dos serviços digitais disponibilizados aos cidadãos e às empresas da Região;
- à renovação e reforço da infraestrutura pública de acesso wifi à internet;
- ao desenvolvimento de um sistema de avisos às populações designado como Alert4You.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Parafraseando o escritor e poeta Fernando Pessoa, no livro a Mensagem, “Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce”, expressão que adquire um especial sentido e materialização nas áreas de atividade da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É assim, com determinação, firmeza e tenacidade que nos propomos a continuar a trabalhar pelo futuro dos nossos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O volume de investimento em obras públicas, entre 2013 e 2019 na Região Autónoma dos Açores, ascendia a cerca de 550 milhões de euros em áreas como a saúde, educação e os transportes. Um valor revelador da dinâmica e da estabilidade que os governos do Partido Socialista souberam manter ao longo dos últimos anos no que ao investimento público a nível de obras públicas diz respeito.

A capacidade demonstrada pela Região para executar os fundos comunitários disponibilizados, o contributo do investimento provado e a capacidade do setor da construção civil em dar resposta aos desafios que lhe foram sendo colocados, foram fatores que se afirmaram como determinantes para assegurar um bom desempenho deste setor tão relevante para a economia açoriana e que envolve muitos trabalhadores.

Mas mais importante que isso, é que esse caminho resultou em benefícios práticos para os açorianos e para as nossas comunidades locais. E o novo ciclo de obras públicas que se avizinha com a chegada do Plano de Recuperação e Resiliência e do próximo Quadro Comunitário de Apoio, será fundamental para a retoma e para a concretização de investimentos estruturantes nas nossas ilhas

e que, por isso, exigem da parte do Governo e dos seus parceiros a definição dum estratégia de curto, médio e longo prazo que permita garantir previsibilidade ao setor e para que este tenha as condições adequadas em cada momento, para dar a resposta necessária.

Refiro-me, em particular, ao Plano de Recuperação e Resiliência que, tendo em conta as significativas verbas nele previstas para investimento público na Região, existe de facto um prazo muito curto para a sua implementação sendo, por isso, fundamental a definição, o quanto antes, de um planeamento para essas intervenções. E nesse contexto, Sra. Secretária, pergunto-lhe para quando a definição e apresentação do planeamento estratégico das obras públicas dos Açores que o Governo anunciou em dezembro? E que defina e calendarize as prioridades da Região ao nível das obras públicas para agora e para os próximos anos.

É que o Plano de Recuperação e Resiliência está aí. E não é compreensível que o Governo não tenha acautelado já neste orçamento a inscrição das obras previstas para a rede viária que têm de estudar concluídas até ao final de 2025. Agora que existe uma oportunidade financeira para as fazer e, tendo em conta que o Governo até abriu uma ação específica já neste Plano para algumas dessas obras, não se compreende que só tenha optado por obras em 3 ilhas da nossa Região.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): É como a Carta Regional de Obras Públicas!

O Orador: Por que motivo não estão igualmente previstos no Plano e Orçamento da Região, os investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito da rede viária para o Faial, Pico, St^a. Maria, Graciosa e S. Miguel, tendo em conta que os prazos para a sua execução são muito curtos?

Para quando o início dessas intervenções? E o que é que está na base da decisão política do Governo, em ter privilegiado algumas obras em determinadas ilhas, em detrimento de outras obras nas restantes?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Carta Regional de Obras Públicas!

O Orador: Sra. Secretária Regional, como bem sabe, a falta de mão de obra qualificada, particularmente no setor da construção civil, é transversal a todo o país. E nos Açores, esse efeito é sentido – é certo – mais numas ilhas que noutras, mas é uma dificuldade com que muitos empresários do setor se confrontam.

Quando se fala num novo ciclo de obras públicas, muitas delas estruturantes, isso implicará a necessidade de mais e qualificada mão de obra.

Importa igualmente fomentar a introdução de novas técnicas neste setor, nomeadamente de base tecnológica que imprimam maior habilidade e produtividade na gestão dos projetos.

O Governo pode e deve criar incentivos, com vista à modernização e à orientação da construção civil para a tecnologia.

No Plano não é possível identificar dotações que constituam medidas concretas para o reforço da mão de obra qualificada e de incentivo à modernização do setor da construção civil. Mas para melhor esclarecimento, perguntava também à Sra. Secretária que medidas e valores estão previstos no Plano, que vão de encontro a estas necessidades?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que vivemos num tempo em que o mundo digital é cada vez mais uma estrada universal essencial para o trabalho, para os negócios, para a educação e até para o lazer, eu quero questionar a Sra. Secretária sobre as diligências que este Governo Regional tem feito para a cobertura total de fibra ótica...

Deputado Bruno Belo (PSD): Outra vez?!

Dep. João Bruto da Costa (PSD): Outra vez esse assunto?!

O Orador: ...essencialmente nas ilhas de coesão que são muito mais afetadas por falta desta infraestrutura?

Uma segunda pergunta tem a ver com uma situação de ilha, ou seja, o caderno de encargos da aerogare da ilha Graciosa que foi posto a concurso pelo anterior Governo a 15 de julho de 2020, com o preço base de 4,4 milhões de euros; sendo as propostas muito acima do valor base, noticiou-se que a proposta mais baixava rondava os 9 milhões de euros e o concurso foi anulado;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi anulado por quem?

O Orador: a 1 de março de 2021, já com o atual executivo, abriu-se novamente o concurso público, retificando-se o valor base para 6,8 milhões; tendo já sido noticiado que haveria propostas abaixo do valor base posto a concurso.

Em face disto, quero solicitar à Sra. Secretária que esclareça os graciosenses que modificações ou cortes fez ao projeto, para a redução de cerca de 4 milhões

de euros? Uma diferença neste montante, tudo leva a crer, que o projeto foi comprometido, ou por outra, o que ficará por fazer?

Disse.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado Francisco César (PS): Olha o efeito mola!

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eu espero que tenha ficado registado esse aparte ali da bancada do PS que eu considero ofensivo e lamentável!

É escusado estar a insultar quando um deputado se levanta para usar da palavra! Mas certamente quem proferiu o insulto, terá oportunidade de vir a esta Casa pedir necessariamente desculpas por me ter insultado quando eu me levantei. E vou ao que interessa que, neste plenário, estamos é para falar de coisas sérias e não para nos insultarmos uns aos outros!

Fica-vos mal e espero que não se repita!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ilha Graciosa pode orgulhar-se deste Plano e Orçamento e de, finalmente, termos um Governo que olha para a ilha com a atenção necessária e merece uma atenção muito assertiva por parte do Governo na elaboração dos documentos de planeamento e naquilo que podemos esperar na Graciosa nos próximos meses, até ao final deste ano, com a execução deste Plano. Aliás, isso

mesmo foi salientado pelo Conselho de Ilha que aprovou, **por unanimidade**, e naturalmente com a presença das juntas de freguesia – já sei que o Sr. Deputado Manuel Ramos, quando vai lá, não é como membro da Junta, mas aquela a que preside também terá tido oportunidade de dar parecer favorável a este Plano e Orçamento, o que muito me satisfaz...

Deputado Manuel Ramos (PS): Era escusado mencionar isso! Isso, sim, ficasse mal!

O Orador: ...e certamente satisfaz o Governo, porque é importante ter o apoio dos parceiros sociais nesta medida.

Eu queria aqui salientar alguns aspetos deste Plano para a ilha Graciosa.

A obra da nova aerogare, por exemplo, o que foi dito agora mesmo não é verdade, é apenas para *lançar poeira* sobre o assunto. O concurso foi lançado exatamente nos mesmos termos em que os dois concursos lançados pelo Governo anterior e que ficaram desertos, porque o preço era demasiado baixo. E agora este Governo lançou o concurso com um preço realista e, assim, já houve empresas que puderam concorrer. E, nessa medida, vamos ter a construção da nova aerogare finalmente na ilha Graciosa. Vamos ter a remodelação do lar de idosos da Praia.

Deputado Manuel Ramos (PS): Com 20 mil euros, o lar de idosos? Ó Sr. Deputado! Fale em conclusão financeira!

O Orador: A deslocação do parque de pesagem e de embarque de gado no porto da Praia.

A conclusão da empreitada da obra de proteção costeira da barra. E aqui é preciso dizer que aquela obra ainda precisa ser concluída, para depois podermos, sim, fazer os necessários investimentos que aquela zona merece e que a náutica de recreio merece. E estou certo de que o Governo, ainda este ano, fará o que é necessário para a utilização e valorização da náutica de recreio e marítimo-turística.

- Vamos ter a proteção costeira dos Fenais-Ventosa ainda com mais investimento.
- Vamos ter a aquisição duma viatura de combate a incêndios para a aerogare.
- Vamos ter o projeto de ampliação e alargamento da pista do aeródromo da Graciosa com a necessária iluminação para a certificação de voos noturnos. Finalmente, vamos avançar com alguns passos em concreto neste projeto.
- Vamos ter o projeto para a gare marítima de passageiros na ilha Graciosa, porque é lastimável o que lá se encontra e que foi deixado pelo anterior Governo.
- Vamos ter a reparação a requalificação do Lar 1º de dezembro na Luz. E vamos ter reparações várias na Escola Básica Integrada da ilha Graciosa.
- Vamos ter, finalmente, a estabilização e reabilitação do poto Afonso na ilha Graciosa.

Estou em crer, e peço que a Sra. Secretária possa responder com um sim ou um não – basta-me! – se a cobertura da Casa do Povo de Guadalupe, vai ser apoiada por este Governo.

Vamos ter reparações em estradas regionais. E, aqui, também pedia à Sra. Secretária que clarificasse e que respondesse se é ou não verdade que consta já deste Programa o projeto para a estrada regional que liga o porto comercial à zona industrial; só que não é possível avançar com a obra da estrada regional que liga St^a. Cruz a Guadalupe, porque falta a Câmara Municipal realizar as infraestruturas de abastecimento de água. Não se vão fazer obras numa estrada que é preciso esburacar para depois serem feitas obras no abastecimento de água.

Deputado Manuel Ramos (PS): Isso é uma mentira!

O Orador: E, Sra. Secretária, é ou não verdade que na ligação da estrada entre o porto comercial e a zona industrial, era para ser feito um levantamento topográfico e o anterior Governo nada fez a esse respeito e, por isso, o projeto

não avança já este ano? Mas estou certo de que este Governo irá cumprir com o que se comprometeu com os graciosenses. E a prova disso está no elenco que acabei de fazer. Escusavam de vir lançar confusão, enredos e mentiras...

Deputado José Ávila (PS): Mentiroso é o senhor!

O Orador: ...porque a Graciosa terá um Governo que lhe dará a devida atenção, como nunca antes foi dada!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Secretário Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao PPR eu posso ler todas as intervenções que vão ser feitas ao abrigo desse programa, sendo que a programação está a ser feita, mais 2 ou 3 meses e apresentá-la-emos. Alguns dos projetos que estão executados precisam de ser revistos, como é o caso do das Capelas que tem cerca de 20 anos; há outros nos quais vamos fazer melhorias de traçados aqui e ali. E, portanto, em termos de projetos, alguns serão inclusive feitos pelos técnicos da Secretaria, razão pela qual (alguns) não aparecem aqui.

Não pretende que eu lhe diga quais são os projetos que estão previstos no programa?

(Aparte inaudível do Deputado Tiago Branco)

A Oradora: Não...? Pronto.

Vamos gastar garantidamente os 60 milhões de euros.

Por isso, não fique preocupado com isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo*)

A Oradora: Temos aqui vários montantes de reabilitações para várias estradas regionais. Não consigo elencá-los todos, porque são muitos, mas acredito que vamos fazê-los.

Em relação ao Sr. Deputado Manuel Ramos, em concreto sobre a fibra ótica, nós estamos em contato permanente com o Governo da República, com reuniões com o Secretário de Estado, com cartas, ofícios e fazemos parte do grupo. E estamos a tentar pôr a fibra ótica no próximo Quadro Comunitário de Apoio. Não tem sido fácil, porque estão virados para a transição digital, mas não estão virados para as comunicações. E, portanto, uma coisa não anda sem a outra. Mas o que é certo é que não estão para aí virados. Estamos a tentar que se apercebam de que sem comunicações, não há transição digital.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Em relação à aerogare da Graciosa, eu lamento informar, mas isso é competência dos transportes aéreos e marítimos, não são da minha competência.

Relativamente ao Deputado João Bruto da Costa, sim senhor, está prevista a cobertura da Casa do Povo de Guadalupe.

Está prevista a execução do projeto da reabilitação do troço St^a. Cruz-Praia. Existe uma declaração do Governo Regional de 21/02/2020 a dizer que iriam fazer o levantamento topográfico e o projeto de execução. Nós não o encontramos, talvez lá esteja, mas nós não vimos. E em relação à reabilitação e beneficiação do troço entre St^a. Cruz e Guadalupe, de facto, não vamos avançar

com essa obra, enquanto não estiver feita a rede de águas que está prevista. E eu vou explicar porquê.

Deputado Manuel Ramos (PS): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Porque, existe uma disposição no Estatuto das Vias de Comunicação em que, quando há autorização para abertura de valas, tem que ser sob determinadas condições. Uma das quais que até foi criada – e muito bem! – pelo Sr. Deputado José Contente, é que quando abrem valas, têm que fazer a pavimentação de meia faixa de rodagem. Acontece que a Câmara Municipal de St^a. Cruz não faz.

Deputado Miguel Costa (PS): Nunca foi assim!

A Oradora: Já escrevi, e já lhes fiz uma recomendação para fazerem o favor de executar e a Câmara não faz. Portanto, não vamos reabilitar a estrada, para depois tornar a abrir a vala e ficarmos outra vez com uma vala pavimentada por cima e não com uma estrada devidamente reabilitada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para repor a verdade.

A rede de águas na estrada regional em causa está feita e foi realizada em pouco tempo, porque lá é que existem os furos de captação que abastecem toda a rede viária da zona norte da ilha. Por isso, o que foi aqui dito não está correto. E eu aconselho a verificarem essa situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a informação que o Governo tem!

O Orador: Outra questão tem a ver com que a pergunta que fiz à Sra. Secretária sobre o concurso da aerogare. É que eu não perguntei sobre a aerogare. Perguntei, sim, sobre o processo de concurso, que é muito diferente da obra em si.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os eleitores de S. Miguel contribuíram decisivamente para a mudança política ocorrida nos Açores. Fartaram-se de promessas incumpridas, de atrasos sucessivos, reclamaram um novo estilo de governação.

Deputado Francisco César (PS): E deram a vitória ao Partido Socialista!

O Orador: É, por isso, natural que S. Miguel olhe para este Plano com fundamentadas expetativas. E elas não serão goradas, levando o Governo Regional por diante os investimentos que aqui traz para aprovação.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade! Há obra feita pela anterior governação, como não podia deixar de ser, em 24 anos de governação. Mas a herança não tem as virtudes que muitos continuam a apregoar. Falta fazer muito. E dentro dos condicionalismos conhecidos, a realização dos investimentos propostos pela

Coligação e pelos seus parceiros, trará significativas melhorias na dinamização da atividade económica e na qualidade de vida dos micaelenses.

Este é o maior plano de sempre para a ilha de S. Miguel.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Valores inscritos, não estamos a falar da execução.

É o maior plano de sempre para a ilha de S. Miguel.

À grandeza da dotação, tem de corresponder a excelência das opções, o sentido estratégico do investimento, o compromisso de cumprir, em vez da promessa fácil e da propaganda feita no passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Das instalações escolares, sucessivamente adiadas, à intervenção em creches, apoio a idosos e a estruturas para públicos com necessidades especiais, ao início do estudo para o porto de mercadorias, passando pela conclusão do Quartel dos Bombeiros da Povoação, e a construção da estrada Furnas-Povoação, prometida em 2012 e com várias soluções do ponto de vista técnico, desde logo, a construção de um túnel ou o prosseguimento das obras no Museu Carlos Machado, fechado em 2006 ao público, e durante 10 anos encerrado e que, só no final do ano passado, arrancou com as obras há muito prometidas.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Bem lembrado!

O Orador: Vamos concluir. Mas não vamos ficar só pelas conclusões.

- 30 milhões de euros para infraestruturas portuárias e aeroportuárias. Mas o Plano não se esgota na edificação;
- 42 milhões de euros para a agricultura;
- 22 milhões para a competitividade empresarial;

- 12 milhões para as pescas;
- 9 milhões para a promoção do turismo, por exemplo, vão seguramente alavancar o progresso em S. Miguel.

O Plano não contempla tudo o que a ilha necessita e aspira. Mas este é o começo dum tempo novo.

Muda o estilo, volta a transparência, cresce a ambição. Afirma-se a responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos fazer mais e melhor!

Vozes de alguns Deputados do PSD, CDS/PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, Sra. Secretária Regional, porque neste momento dos nossos trabalhos as intervenções são permitidas para pedidos de esclarecimento, tenho um para pedir a V. Exa: se encontrou nas herdadas cartas de obras públicas da Região alguma virtude, para além da propaganda? Porque seguramente a taxa de execução e o cumprimento dos prazos não encontrará lá.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contento para uma interpelação.

(*) **Deputado José Contente (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação à Mesa para dar uma informação que penso ser útil nesta altura, face ao que foi dito aqui.

O Plano de 2020 para a ilha de S. Miguel teve 383.846.620 milhões de euros...

Presidente: Sr. Deputado, pode fazer chegar o documento que a Mesa distribui.

O Orador: Posso sim senhor.

Presidente: Porque senão, isso consubstancia uma intervenção.

O Orador: No caso de 2021, tem 350 milhões de euros.

Portanto, é totalmente falso o que foi dito aqui!

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Contente. Está registada a sua interpelação.

O Sr. Deputado Joaquim Machado creio que também pediu a palavra para uma interpelação...? E o Sr. Deputado Nuno Barata também? Já são 3 pedidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, era para pedir à Mesa que faça distribuir à Câmara o valor do Plano de 2020 para S. Miguel, na sua versão inicial, quando não existia a pandemia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata também para uma interpelação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, é só para saber se eu também posso fazer interpelações da natureza da que acabou de fazer o Sr. Deputado

José Contente? É que dava-me muito jeito, uma vez que já não tenho tempo para participar no debate.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, tem razão.

Eu tenho tentado disciplinar um pouco as interpelações à Mesa, mas sozinho não consigo. A sua foi uma verdadeira interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra uma verdadeira interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu também já só tenho 1 minuto, mas não utilizo as interpelações, ou os protestos, ou outras figuras regimentais para realizar intervenções.

Eu considero que é importantíssimo, Sr. Presidente, e admiro a forma como tem conduzido os trabalhos, mas em relação à interpelação, considero que tem de existir muito mais rigor.

Se alguém tem um documento para entregar, apenas informa que o tem e que a designação do mesmo é esta. E mais nada!

Considero que este rigor é essencial, porque senão, quem não tem tempo tenta utilizar todos os estratagemas do ponto vista regimental.

Isto é um debate leal. Quem não tem tempo não o tivesse gasto em intervenções desnecessárias, como aconteceu em muitas situações.

Portanto, Sr. Presidente, o que lhe solicito é realmente rigor nesta questão. Para todos! Para mim próprio também!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Agradeço-lhe o contributo, Sr. Deputado, e o apelo para um maior rigor na utilização dessa figura.

Pergunto se há mais inscrições para o debate?

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

No Programa 9, existe a descrição duma ação relativamente a uma “intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha Terceira”. Mas a mesma não se encontra, depois, desagregada. Contudo, no Programa 12 – desagregação por objetivo – temos uma ação que tem o mesmo nome da ação constante no Programa 9, relativamente à intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha Terceira. Ou seja, num programa a ação está descrita, mas não está desagregada; noutra programa, temos outra ação com verba inscrita, mas não possui descritivo.

Situação idêntica se passa com a ação para a “construção de uma vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a Ribeira do Dilúvio e a Ribeira da Prainha, em S. Caetano, ilha do Pico”.

Para um Governo tão preocupado com o planeado e executado, e com a transparência, afinal em que ficamos Sra. Secretária? No meio deste *corde e cola* constante nesta proposta de Plano e Orçamento?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

***Deputado João Vasco Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A dotação de verbas das obras públicas para St^a. Maria neste Plano é, no dizer do Conselho de Ilha, “ridícula”!

Na minha opinião é ofensivo aos marienses! E passo a explicar:

A Sra. Secretária dota para reparações de estradas... 12 mil euros – pasme-se! E em sede de Comissão teve o descaramento de nos dizer que era para reparar umas valetas!

St^a. Maria merece mais!

St^a. Maria merece melhor!

E os senhores afirmarem que a vossa governação é para 9 ilhas, não é com essa ação que assim o demonstram!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Chamo a atenção para a necessidade de verificar o estado de conservação do pavimento da via Vitorino Nemésio na ilha Terceira.

Sr. Deputado Nuno Barata:

Há pouco, após a minha intervenção na tribuna, o senhor fez uma intervenção, sugerindo que eu não teria legitimidade para defender os interesses dos eleitores da ilha Terceira.

Eu fui eleito pela ilha Terceira.

Estou aqui em representação de todos os açorianos. Obviamente que os eleitores da ilha Terceira esperam que eu dê particular atenção aos interesses desta ilha na discussão destes documentos.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Deputado, tenho de defender a minha honra: não falei em falta de legitimidade nesta Casa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não há mais perguntas dessa bancada?

Deputada Andreia Costa (PS): Ainda há mais uma!

Presidente: Tem a palavra a Sec. Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Sec. Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Manuel Ramos, no que diz respeito ao caderno de encargos da aerogare da ilha da Graciosa, ele é feito pela SATA, Gestão de Aeródromos que é quem faz os processos de concurso no que diz respeito às aerogares. Não é sequer tão pouco a Secretaria Regional dos Transportes que tutela a empresa.

Deputado Francisco César (PS): A senhora sabe? Não sabe.

A Oradora: Não, não sei. Não me passa pelas mãos o que é da SATA, Gestão de Aeródromos.

Eu não ando a *meter o nariz* nas matérias dos meus colegas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Nas matérias dos outros!

Deputado Manuel Ramos (PS): Está inscrito na sua área de atuação!

A Oradora: Eu trato das minhas. Ele trata das dele. E já temos muito com que nos entreter.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação, ainda, à estrada que o senhor diz estar já com a rede pronta, está uma parte só. Dos 2.800 km está 1 km. E nessa parte onde precisamente foi posta a rede, é que não está reabilitado o pavimento, tal como foi a indicação dada pela Secretaria das Obras Públicas. Ou seja, é preciso repavimentar metade da faixa.

Em relação ao Sr. Deputado Tiago Lopes, não há desagregação, de facto, mas há uma parte do programa que é feito por mim e há outra parte que é feita pelos meus colegas.

Deputada Andreia Costa (PS): Em que consiste?

A Oradora: Não conseguimos fazer a desagregação. Mas havemos de a fazer e hão-de saber onde é que nós vamos gastar o dinheiro.

Deputado Manuel Ramos (PS): E a transparência?

A Oradora: A transparência vamos usá-la durante toda a Legislatura! Não a queiram já, já.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Manuel Ramos (PS): Falta de planeamento é o que têm!

A Oradora: Estejam descansados!

Há muitos deputados nessa bancada que me conhecem perfeitamente e sabem que transparência é a minha primeira palavra!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Mas tem de demonstrar, Sra. Secretária!

A Oradora: E vou demonstrar Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): É o que a senhora diz! Logo se vê!

A Oradora: Não é “logo se vê”. Se quiser, eu daqui a uns dias ponho-lhe por escrito a discriminação.

Presidente: Srs. Deputados, não podem entrar em diálogo.

A Oradora: Mas esteja descansado que eu vou lhe responder depois!

Deputado Berto Messias (PS): Não estou! Logo se vê onde se gasta o dinheiro! Isso não é para si!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, permitam-me que continue os trabalhos.

Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

Deputada Andreia Costa (PS): Para uma interpelação, efetivamente, Sr. Presidente.

Presidente: Faça o favor Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Das verdadeiras (interpelações) Sr. Presidente.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai fazer chegar à Sra. Secretária Regional, naturalmente através da Mesa, as páginas 151 e 184 do Plano e

Orçamento da Região, para que possa verificar, e eventualmente articular com quem de direito, as divergências, ausência de valor e dotação numa rúbrica que consta do Plano que foi o que evidenciámos aqui. Foi um alerta que este Grupo Parlamentar fez, crendo certamente em toda a boa intenção da Sra. Secretária, sendo certo que há de facto um erro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora afinal não sabe o que é uma interpelação.

A Oradora: Há de facto uma falha que foi detetada. E nós temos, nesta fase, ainda a possibilidade de proceder às necessárias correções.

Daí, estarmos a fazê-lo ao Sr. Presidente, no sentido de, se possível, isso ainda ser corrigido. É tão somente isto.

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Se foi detetado, agradeço a sua entrega, para que, a tempo, se possa proceder a alguma alteração que seja necessária. Até porque isso depois terá necessárias implicações com a votação.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra Sr. Vice-Presidente.

Deputado Nuno Barata (IL): A interpelação é com *latitude* ou sem *latitude*?

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Registando como bom o alerta que foi feito aqui, eu queria solicitar à Mesa que informasse o Governo, e sendo tão grave esta falha, se entrou alguma proposta de alteração por parte da bancada do Partido Socialista...

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** É uma correção Sr. Vice-Presidente. O senhor sabe que o Partido Socialista não tem meios para fazer isso.

O Orador: ... para que fosse corrigida essa falha?

Deputada Andreia Costa (PS): Não é possível. O Partido Socialista não tem informação necessária para o fazer!

Presidente: Muito obrigado.

Eu penso que a resposta à sua interpelação é que não entrou. Mas creio que se for detetada a tempo e se for de todo o interesse corrigir, havemos de o fazer, a bem da transparência dos documentos que vamos amanhã votar.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Julgava que a interpelação feita pelo Sr. Deputado José Contente, se trataria duma intervenção...

Deputado Francisco César (PS): A sério?!

O Orador: ...porque de facto é preciso deixar aqui a nota de que os Deputados do Partido Socialista eleitos por S. Miguel, creio que se terão rendido às virtudes do Plano, nomeadamente ao nível das obras públicas, porque, contrariamente aos seus camaradas de bancada, não fizeram um bombardeamento de perguntas à Sra. Secretária Regional das Obras Públicas sobre aquilo que o Plano não tem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas a interpelação do Sr. Deputado José Contente, que teve o mesmo enquadramento regimental que a minha teve, não pode passar sem um reparo. É que além do Plano para 2021 que estamos aqui a discutir e que aprovaremos, ser o maior plano de sempre para a ilha de S. Miguel...

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

Deputado José Contente (PS): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: ...é bom também dizer mais uma coisa; é que os planos grandes do Sr. Deputado José Contente e dos seus camaradas socialistas de S. Miguel durante anos a fio, tiveram uma característica que não corresponde à virtude que eles sempre propagandearam.

Deputado José Contente (PS): Qual é a característica? Diga lá!

O Orador: É que a maior taxa de execução dos últimos 8 anos...

Deputado José Contente (PS): Foi maior do que a execução da Câmara de Ponta Delgada.

O Orador: ...de 2013 a 2019, a maior taxa de execução possível durante todo esse tempo, foi de 64,6%. Quer dizer, o Partido Socialista só executou 2 em cada 3 euros que prometeu a S. Miguel. Não executou sequer 2 terços do que prometeu. E é por isso, que S. Miguel, hoje, tem obras estruturantes atrasadas, algumas ainda por iniciar e outras iniciadas tardiamente pelo Partido Socialista que o Governo da Coligação com os seus parceiros vai terminar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esperava também que o Sr. Deputado José Contente viesse explicar por que razão aquela obra fundamental para os povoacenses que é a estrada Furnas-Povoação, prometida pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro em março de 2012, dizendo que estava pronta para arrancar, com várias soluções do ponto de vista técnico, desde logo a construção de um túnel, passados 9 anos, e registados no plano mais de 1 milhão e 100 mil euros, a execução não passou de 33%, nem os terrenos foram expropriados ou adquiridos para a construção da estrada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Era isso que o Sr. Deputado José Contente devia ter-nos dito aqui!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Bem lembrado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo vai ser diferente do anterior que prometia muito e fazia pouco!

Deputado Miguel Costa (PS): Este Governo fala muito e não faz nada!

O Orador: E como vimos, a propaganda não nos levou ao progresso que também S. Miguel merecia ter tido.

Este Governo anuncia menos.

Seguramente com o nosso incentivo, com a nossa reclamação, com a nossa insistência e com a nossa fiscalização, vai fazer mais!

Muito obrigado.

Vozes dos Membros do Governo e de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A obra que foi feita no tempo em que eu fui responsável pela área das obras públicas, está à vista.

O Sr. Deputado Joaquim Machado de obras, não me dá lições. De manobras se calhar dá, de obras não!

Risos de alguns Deputados da bancada do PS

Em segundo lugar, só para lhe dizer – Sr. Deputado Joaquim Machado – que as questões de compras de terrenos não são de agora. E não são de agora, porque às vezes isso acontece.

Olhe, vou-lhe dar um exemplo: a 1ª fase da variante à Ribeira Grande já estava adjudicada e tinha tudo pronto para começar, mas não tinha o terreno comprado. E, por acaso, até foi o atual marido da Sra. Secretária Regional, então Diretor Regional das Obras Públicas, que fez isso e fez bem feito!

Deputado Nuno Barata (IL): Finanças...passado!

O Orador: Comprou-os e a obra começou tendo sido consignada e avançou. E foi completada.

É assim que às vezes, acontece nos governos.

O senhor como nunca fez obra tem esse tipo de linguagem!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo assim determina.

Sr. Deputado José Contente, sobre aquilo que o senhor sabe e sobre o que eu sei, cada um guarda! E sobre o tamanho da sua *modéstia*, eu não me pronuncio!

Perdeu a oportunidade para explicar o que eu disse sobre a estrada da Povoação, porque é que passados 9 anos, não arrancou?

Mas também perdeu mais uma oportunidade para explicar porque é que depois de ter inscrito 10,1 milhões de euros para a construção da nova escola dos Arrifes, ela não arrancou!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ficou sem palavras!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17h35.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Deputada Elisa Sousa ocupou o lugar de Secretária da Mesa)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira pelo PSD.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores tomou como opção proceder à concentração e centralização das grandes obras públicas num único departamento governamental que é a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Esta mudança de paradigma pretende uniformizar procedimentos de contratação pública, quer sejam de empreitadas de obras públicas, quer sejam de aquisições de bens e serviços.

A uniformização de critérios e do conjunto de benefícios a vários níveis daí decorrentes, permitem melhorar os procedimentos de contratação pública e contribuir assim para uma maior eficácia, eficiência e qualidade dos processos, no âmbito da contratação pública.

Neste plano, o Governo Regional propõe-se executar obras públicas por todas as nossas ilhas, contabilizando verbas superiores a 90 milhões de euros.

O plano de obras públicas do XXIII Governo dos Açores é essencial para o equilíbrio do setor da construção civil, com reflexos na manutenção do emprego, conservação da estrutura social e estabilidade familiar em todas as ilhas.

Por outro lado, este orçamento garante um planeamento adequado do investimento público, alocando os recursos disponíveis às verdadeiras prioridades da Região; uma execução do que é necessário ao bem-estar da população, exigindo qualidade no serviço prestado e responsabilidade no uso do dinheiro que é de todos nós.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores precisam, acima de tudo, de investimentos públicos que dão resposta efetiva ao que deles necessitam e aspiram.

É o que acontece neste plano em relação à ilha de São Jorge em termos de obras públicas e nas mais diversas áreas e setores:

- Proteção e reforço da orla costeira da ilha;
- Beneficiação e recuperação de trilhos;
- Investimentos no equipamento do Museu Francisco Lacerda;
- Dragagem do Porto da Calheta e estudo da sua baía;
- Beneficiação e pavimentação das Estradas Regionais;
- Investimentos no aeródromo de São Jorge;
- e ainda investimentos em outras áreas e setores dos quais destacaria:
-

- O Centro de Saúde de Velas, deixado ao abandono pelo governo do partido socialista e que, neste momento, constitui a maior preocupação dos jorgenses, pelas condições em que trabalham atualmente os seus profissionais, e pelos cuidados de saúde prestados aos seus utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É, pois, com satisfação que verifico que no plano estão inscritas verbas para a beneficiação de infraestruturas do Centro de Saúde de Velas.

Sendo, contudo, urgente agilizar os procedimentos, para que se iniciem os trabalhos com a maior brevidade possível.

Nesta área esperamos todos ainda, que este Governo dê resposta às necessidades das ilhas sem hospital, nomeadamente, criando incentivos à fixação de médicos de família,

que se garantam consultas de especialidade, que se garanta o agendamento de cirurgias e a deslocação de doentes e respetivos acompanhantes.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Na agricultura, o plano prevê a manutenção de verbas para a melhoria dos caminhos agrícolas e o abastecimento de água à lavoura;

- Apoio aos setores produtivos e cooperativos;

- Na fileira do leite, na produção e comercialização do queijo de São Jorge, **a nossa grande marca, a nossa joia da coroa.**

- Em relação à produção de carne, **não posso deixar de louvar as verbas inscritas neste plano para a construção do novo Matadouro da Ilha de S. Jorge, já há muito prometido e que finalmente será uma realidade**, sendo determinante para a melhoria das condições de abate e, por conseguinte, para a exportação de carne em carcaça.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Neste setor os partidos que constituem a coligação que suporta XIII Governo dos Açores propõem ainda alterações ao presente plano, dotando-o de verbas para construção de currais de vacinação de gado nas freguesias do Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão e ainda uma ação de promoção do queijo de São Jorge.

- Nas pescas destaco as verbas destinadas às infraestruturas do porto de pescas do Topo.

Porém, alerta para a necessidade de se ter de atender, à situação em que se encontra a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, que carece de uma intervenção urgente no passo da lagoa.

- Na área social estão previstos investimentos por via das nossas IPSS, sendo de realçar as verbas alocadas para o centro Intergeracional de Santo Antão, do Centro Social e Paroquial desta freguesia, há muito desejado e prometido à população da zona do Topo.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: E, por último, **quero realçar neste plano a ação dos Circuitos Logísticos Terrestres de São Jorge, na qual estão inscritas verbas para o**

Caminho da Transversal Urzelina/Nortes, a carecer de uma intervenção, já há muitos anos reivindicada pelos jorgenses e que nunca foi atendida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Considero, assim, atendendo à atual conjuntura em que vivemos, que este plano serve São Jorge e os Açores, e que marca, o início de uma nova era de rigor, planeamento e gestão criteriosa dos dinheiros públicos.

Disse.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações.

(*) Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria só dizer aos Srs. Deputados Berto Messias e Tiago Lopes e também à Deputada Andreia Cardoso, sobre a chamada de atenção, que já está a ser corrigido. E, portanto, a transparência já vai ficar no documento.

Em relação ao Deputado João Vasco Costa, de facto, 12 mil euros não é muito, mas St^a. Maria vai ter a variante a Vila do Porto que são 2 milhões de euros.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Ofensivo! É só o que lhe digo!

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à próxima intervenção também do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Estatuto Político-Administrativo da Região estabelece que são objetivos da Autonomia, entre outros, o desenvolvimento económico e social da Região e o bem-estar e qualidade de vida das populações, baseados na coesão económica, social e territorial.

Na ilha do Faial, não obstante terem sido realizados investimentos nos últimos 24 anos – como não poderia deixar de acontecer – alguns dos projetos com verdadeira capacidade de capitalizar o desenvolvimento desta ilha nunca foram concretizados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Esta falta de concretização teve consequências. O Faial perdeu população, perdeu capacidade de atrair investimento privado, perdeu capacidade para fixar os jovens.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Perdeu, por isso, a capacidade de se desenvolver a um ritmo adequado e de contribuir mais intensamente para o desenvolvimento da Região.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Destaco 3 investimentos que - sem prejuízo de todos os outros - são fundamentais para o desenvolvimento do Faial e para a promoção da coesão regional:

- A Requalificação do Porto da Horta, cujo foco está agora centrado nas conclusões que serão emitidas pelo LNEC, e na avaliação a realizar pelo Governo em articulação com as forças vivas desta ilha;
- O Aeroporto, cujo foco está colocado no estudo que o Governo da República mandou a ANAC e o LNEC para elaborar;
- E a construção da 2ª fase da Variante à Cidade da Horta.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo,

Nós temos de cumprir o que prometemos às pessoas!

Não é possível cumprir em 6 meses o que se propôs para a legislatura; não se concretiza em 4 anos o que não se fez em 24.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Ora bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Manuel Ramos (*PS*): Desculpas!

O Orador: E importa que tenhamos a noção de que vivemos um período excepcional, de emergência sanitária, económica e social, em que a prioridade máxima da governação deve ser o combate à Pandemia em todas as suas dimensões, designadamente para salvaguardar a saúde pública, e apoiar as famílias, as instituições e as empresas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda assim, este é o ano em que os Açorianos passam a ter passagens aéreas a 60 euros entre quaisquer ilhas do arquipélago; em que as pessoas e as empresas passam a pagar impostos mais baixos na Região; e em que haverá um aumento sem precedentes do complemento regional de pensão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estas são medidas que farão diferença na vida de todos os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas em paralelo, é preciso trabalhar para concretizar, de forma gradual, os investimentos cruciais para o desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas, o que contribuirá também para promover a retoma económica, para além de reforçar a confiança entre os Açorianos e os seus representantes. E é por isso que apresento, em nome dos Grupos Parlamentares que suportam a coligação do novo Governo, uma proposta de alteração ao Plano Regional, no sentido de garantir que avançamos de imediato com a revisão do traçado da 2ª fase da Variante à Cidade da Horta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Concluída a revisão, estaremos em condições de rapidamente iniciar esta obra, que no conjunto das duas fases, é aguardada desde 1996.

O novo percurso da Variante será adaptado às necessidades atuais, nascerá uma nova ligação à Escola Secundária Manuel de Arriaga e área envolvente, e será ainda acrescentada uma ciclovia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Concluo, frisando, Senhor Presidente do Governo,

Que este investimento é decisivo – também - para corresponder à confiança dos faialenses!

Disse.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar avançar para a última área governativa. Dou, por isso, a palavra ao Sr. Subsecretário Regional da Presidência.

Subsecretário Regional da Presidência *(Pedro Faria e Castro)*: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apresento hoje a esta Câmara as Orientações de Médio Prazo, o Plano Anual e o Orçamento da Presidência do Governo, de acordo com a proposta apresentada e em discussão neste Plenário.

Dois princípios presidiram à elaboração destes documentos. Em primeiro lugar, o cumprimento do programa do Governo, aqui aprovado há quatro meses. Mas também a necessidade em ajustar o Plano e o Orçamento à sua real capacidade de execução, em nome da transparência na ação política e do escrupuloso respeito pela lei no processamento administrativo dos recursos financeiros públicos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Este exercício permite-nos hoje apresentar tanto um Plano como um Orçamento com montantes totais inferiores aos exercícios dos anos anteriores. Há uma efetiva redução de despesa no caso específico da Presidência, que resulta exclusivamente da racionalização dos recursos, quer humanos, quer materiais.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Ora bem!

O Orador: É possível fazer mais com menos. E estamos a fazer mais com menos. E estamos a fazer mais com menos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: No âmbito da informação e da comunicação social, será reconhecido e estimulado o valor público que constitui para a qualificação da nossa democracia a existência de uma comunicação social regional ativa, dinâmica e plural, enquanto veículo difusor de informação e das realidades de cada uma das nossas ilhas, capaz de difundir, de forma regular, conteúdos próprios respeitantes a aspetos da vida política, cultural, económica, social ou ambiental da Região.

A comunicação social privada exerce uma verdadeira missão de interesse público e há que contribuir para o seu fortalecimento, através de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro, com objetividade, independência, estabilidade e regularidade nas áreas do desenvolvimento digital, da difusão informativa, da acessibilidade à informação, da valorização dos profissionais da comunicação social e apoio especial ao funcionamento e à produção.

O serviço público de rádio e televisão nos Açores e, bem assim, a cobertura informativa a cargo da agência de notícias pública, são indispensáveis numa

Região de características arquipelágicas como a nossa, e justificam o financiamento de obrigações complementares específicas do serviço público, mediante acordo específico para o efeito, a fim de promover a cultura dos Açores e divulgar informação sobre a vida social, política, económica e desportiva de todas as ilhas e por todas as ilhas, contribuindo para a construção da Região como entidade política e para a consolidação da unidade dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: No âmbito das Relações Externas, os assuntos europeus conhecem uma enorme transversalidade que os abre à pluralidade de atividades políticas da Região Autónoma dos Açores. Para o seu cumprimento, optou-se por uma dupla estratégia. Em primeiro lugar, de acompanhamento, coordenação, consulta e encaminhamento, e em segundo lugar, de ação direta.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: A primeira metodologia será adotada sempre que se encontrarem em causa “assuntos europeus” da responsabilidade direta de departamentos governamentais específicos, como a Agricultura, as Pescas, os Transportes, a Fiscalidade, e a segunda será adotada para as matérias da responsabilidade direta e imediata do gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, como sejam todas aquelas que se reportam à dimensão regional europeia.

A cooperação externa também tem o seu desenvolvimento em duas dimensões. Em primeiro lugar, estamos a promover e a rentabilizar a centralidade atlântica da Região Autónoma dos Açores e a sua inserção no sistema de relações internacionais. Neste registo, destacamos, por um lado, o posicionamento da Região no quadro da relação transatlântica e as relações com os Estados Unidos, e, por outro lado, os papéis que poderão cumprir aos Açores no novo modelo de ordem internacional em gestação, face aos desafios que o sistema internacional vem conhecendo. Em segundo lugar, atendemos à cooperação da Região com outras entidades sub-estatais, e até mesmo estatais, fora do espaço

Europeu, designadamente com Cabo Verde, com Estados e Províncias dos Estados Unidos, do Canadá e do Brasil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No plano, a Presidência do Governo apresenta, portanto, ações que totalizam 1,55 milhões de euros. Fazendo a justa correspondência entre a orgânica deste XIII Governo e a do XII, o plano da Presidência do Governo sofreu uma diminuição de 5,6%, de 1,643 milhões de euros para os referidos 1 550 milhões de euros.

Os projetos repartem-se por cinco áreas: o apoio à comunicação social, o Jornal Oficial, a Coordenação da Atividade Governativa, as Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores e, finalmente, os Açores no Espaço Europeu.

Permitam-me que destaque, nos projetos acima referidos, as ações – estas, reforçadas - de apoio aos órgãos de Comunicação Social, com 850 mil euros e o financiamento de obrigações específicas de serviço público de notícias e televisão já referidos, este último dirigido à Rádio e Televisão de Portugal e à Lusa, a atribuir mediante acordos específicos, num valor de 127.500 mil euros. E, ainda, o investimento na comunicação institucional e na presença web de todo o Governo, mediante a realização de investimento em plataformas eletrónicas de comunicação e relacionamento com os Cidadãos.

Mas, também nas relações externas e na nossa participação no processo de construção europeia, garantimos a assunção dos nossos compromissos, nomeadamente no que diz respeito à participação nos eventos da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e, principalmente, na Presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas. Falamos de um montante de 350 mil euros, um valor inferior em cerca de 80 mil euros em relação ao que havia sido inscrito no plano de 2020.

Portanto, faremos mais com menos.

Sras. e Srs. Deputados:

Lembro que teremos de recuar ao plano de 2015 para encontrarmos uma execução próxima dos 90% na Presidência do Governo. Por exemplo, em 2016, essa execução ficou-se pelos 52%. Agora, ajustamos o plano àquilo que é uma expectativa real de cumprimento, em 2021, da ação governativa, expressa no programa do Governo.

E o orçamento de funcionamento da Presidência do Governo demonstra o esforço de contenção da despesa pública, traduzindo-se numa redução comparativa à situação verificada em 2020. Mesmo considerando a migração orgânica das direções regionais das Comunidades e da Juventude.

Uma última referência à Conferência sobre o Futuro da Europa, que será simbolicamente lançada no próximo dia 9 de maio, sob a égide da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Esta é uma oportunidade para a Europa, para os seus Estados-Membros, para as suas regiões. Dentro de um ano, espero podermos estar a avaliar a reflexão que o futuro da Europa exige. E, nesse âmbito, espero também que os Açores e as entidades que se lhes equiparam em termos políticos, possam ver a sua participação reforçada no processo de integração europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A nossa ação no corrente ano encontra aqui uma prioridade. Para que esta não seja uma oportunidade perdida na afirmação dos interesses da Região, parte integrante da União Europeia, com o estatuto de região ultraperiférica.

Muito obrigado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Depois da intervenção do Sr. Subsecretário Regional da Presidência, a quem saúdo, peço a palavra para, em nome deste grupo parlamentar, me referir a duas questões.

Em primeiro lugar, referir-me àquilo que foi anunciado no âmbito do novo programa de apoio e incentivo à comunicação social privada na nossa Região. Partilhamos dos princípios aqui referidos pelo Sr. Subsecretário, na importância que tem a nossa comunicação social privada e no serviço público que presta nos Açores. Temos garantido, ao longo dos anos, um quadro legal assente em várias tipologias de apoio e que tem vindo a ser melhor no decorrer dos anos na sua aplicação; do ponto de vista da previsibilidade, do ponto de vista da transparência e das melhorias que foram feitas na sua comissão de avaliação e de acompanhamento.

Recordo, a propósito, o facto de fazer parte dessa comissão de acompanhamento um elemento deste Parlamento eleito por dois terços dos deputados. E, portanto, verifico que é intenção deste Governo, continuar a aplicação desses princípios.

Quanto ao novo quadro legal e à forma como será construído este novo programa, o Partido Socialista aguardará, naturalmente, e fará a sua avaliação devida quando for apresentada a proposta de decreto legislativo regional que aqui virá.

Relativamente às questões no âmbito das Relações Externas referidas pelo Sr. Subsecretário, devo dizer que me parece ser uma matéria comum, aceite e

reconhecida por todos, de que as Regiões são uma unidade fundamental para aferir do grau de desenvolvimento dos Estados-Membros e da União Europeia como um todo, no âmbito dos indicadores, ao nível da sua coesão social, territorial, económica e também como principais destinatárias das políticas europeias que são para nós instrumentos fundamentais de desenvolvimento, no âmbito da política de coesão e desenvolvimento, da política agrícola e de desenvolvimento rural, da política de desenvolvimento regional e também das políticas e normas europeias, no âmbito do ordenamento do território e da política marítima europeia.

Ao longo dos anos, ao longo da nossa democracia autonómica, os órgãos de governo próprio da Região foram sempre um ativo muito importante e muito significativo na credibilização externa da nossa Região.

Fomos, junto das instâncias europeias, sempre um ativo de credibilização, de credibilidade e um bom exemplo de como devem ser aplicados os fundos europeus nas Regiões.

Os Açores são, hoje, uma Região reconhecida na Europa e no mundo, como um bom exemplo da aplicação dos fundos comunitários e como um bom exemplo dos instrumentos públicos de apoio existentes na União Europeia. É, por isso, fundamental que esse caminho não pare.

É fundamental que o Governo da Região Autónoma dos Açores – o XIII Governo – no âmbito da sua participação nas diversas instâncias europeias, no Comité das Regiões, CRPM, instâncias europeias e vários órgãos onde tem representação – que continue este caminho de credibilização.

Eu sou um apologista de que, no âmbito das Relações Externas, devemos sempre todos trabalhar para um alargado consenso. Isso não quer dizer que não seja promovido internamente, dentro da nossa Região e no âmbito do funcionamento e do trabalho dos órgãos de governo próprio, uma intensa e

assertiva discussão e debate sobre todas as matérias que nos envolvem; que são discutidas lá, mas que têm grande impacto cá.

Da parte do Partido Socialista, terão sempre toda a colaboração e empenho na continuidade da construção europeia, fundamental também para as Regiões e neste caminho de credibilização externa que – felizmente – ao longo da nossa autonomia democrática, todos nós, no âmbito das nossas funções quer ao nível do Governo quer ao nível do Parlamento, temos todos construído.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Reconheço a V. Exa. capacidade, competência, conhecimento de causa para liderar a pasta das Relações Externas no Governo. Devo dizer que, na minha opinião é, de entre os Membros do Governo, a pessoa mais capacitada para desenvolver essas funções. E quer no âmbito das instâncias e também das nossas relações transatlânticas, estará certamente apto para continuar esse caminho.

Uma última nota, para terminar, Sr. Presidente, dizer também fundamental – e fica aqui uma saudação ao meu antigo colega Secretário das Relações Externas Rui Bettencourt – o trabalho que desenvolveu no âmbito das Relações Externas, pelo legado que deixou no âmbito de várias iniciativas nas instâncias europeias e também nas relações transatlânticas, como por exemplo, o Conselho da Diáspora Açoriana.

Para terminar, permita-me dizer-vos o seguinte:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já disse isso 3 vezes.

O Orador: Foi noticiado muito recentemente que o Conselho da Diáspora está em processo eleitoral e tomará posse no Dia de Portugal – dia 10 de junho. Da parte do Partido Socialista, nós preferíamos que a tomada de posse fosse no dia dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Também quero aqui realçar o trabalho que tem vindo a ser realizado por parte do Governo Regional, no âmbito da cooperação externa. E também fazer aqui uma referência à intervenção do Sr. Deputado Berto Messias.

Por trás das palavras amáveis que dirigiu inicialmente, prometendo cooperação e lealdade, está a afirmação que realizou no final da sua intervenção, em que tentou diminuir a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, no âmbito das relações com os Estados Unidos.

Fez essa referência, dizendo que o atual Subsecretário é a pessoa mais capacitada para desenvolver a atividade da cooperação externa.

Nós sabemos que esta é a sua visão, porque já aqui o tinha dito num plenário anterior, isto é, que o Governo dos Açores tinha se afastado daquela que é a tradição da cooperação externa dos Açores com o exterior, nomeadamente na valorização da União Europeia e na relação especial que temos com os Estados Unidos.

Ora, Sr. Deputado, isso é falso!

O que este Governo tem vindo a fazer é a privilegiar e a manter os eixos da política de cooperação externa dos Açores, privilegiando a relação com a União Europeia, bem como o relacionamento com os Estados Unidos.

O Sr. Vice-Presidente, no âmbito do esforço que tem desenvolvido, nomeadamente até agora, muito recentemente, com o esforço de adquirir as vacinas junto daquele país, mobilizando a comunidade açoriana, está a fazer um esforço exemplar que tem o apoio do Parlamento dos Açores e de certeza tem o apoio da população dos Açores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos que fazer tudo o que está ao nosso alcance para defender o Povo dos Açores, nomeadamente privilegiando essa relação, mas também, exigindo as tais contrapartidas que estão estabelecidas nos Tratados.

Para terminar, Sr. Presidente, também quero aqui deixar uma referência ao esforço que tem sido feito pelo Sr. Presidente do Governo, junto da União Europeia, das Regiões e dos mecanismos de diálogo que temos no seu seio, com o mesmo fim. É um esforço complementar. Um esforço que só mostra a solidez do Governo, a solidariedade que nos une, em prol do serviço dos Açores, servindo o Povo dos Açores.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro) e Deputado João Bruto da Costa (PSD) Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Também não temos muito tempo, já começa a ser uma expressão célebre nesta Casa.

Falar de comunicação nos Açores é fundamental.

Falar de comunicação social privada e também pública.

É fundamental, porque somos 9 ilhas. Somos 9 ilhas sempre separadas por este mar, nunca é demais relembrar.

Também é importante relembrar aqui uma coisa: a comunicação social nunca pode estar refém do poder político. E que o dinheiro nunca seja a moeda de troca.

O que é que eu quero dizer com isto?

Nós já não precisamos de gabinetes de propaganda. Não precisamos e se calhar nunca foi necessário.

As ações estão à vista. E nós precisamos duma comunicação social do nosso lado e nós no Chega, estamos muito à vontade nisto. Se há coisa que nós não temos é comunicação social do nosso lado. Por isso, estamos muito à vontade!

Nós somos violentamente agredidos todos os dias!

Se juntamos 7 mil pessoas numa praça, estiveram lá 2 centenas!

Nós podemos fazer conferências de imprensa, o que quisermos, sai uma caixinha ou um cantinho, mas estamos aqui a mostrar a importância da comunicação social.

É bom que os senhores que aí estão saibam que nós somos intelectualmente honestos nisto, porque se há necessidade de ter uma comunicação social isenta, pois que ela seja!

Se há necessidade de ser apoiada, pois que ela seja!

Todos nós que temos – e posso revelar a minha idade – 50 anos...

Deputado João Vasco Costa (PS): Ninguém diria!

O Orador: ...vivemos num mundo da rádio, crescemos com ela. Sabemos a importância que ela tem. Eu sei! As pessoas ligadas a esta área sabem as dificuldades que alguns órgãos de comunicação social estão a viver.

Dar o passo em frente para a modernização e para a parte da internet digital, da multimédia é importante. Há que acarinhar isso. Mas também é importante saber fazer um bom negócio. Um bom negócio é não subsidiar em troca de nada, mas sim comprar os bens que eles têm, com a liberdade que eles têm de poder gerir o seu dinheiro e terem a liberdade de imprensa de publicar, seja contra ou a favor até do meu partido, mas com total isenção.

Que esta seja sempre a nossa comunicação social.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para enaltecer a comunicação dirigida a este hemiciclo pelo Sr. Subsecretário Regional da Presidência e dos Assuntos Europeus. Enaltecer a preocupação e o apoio que este Governo Regional, juntamente com esta Assembleia, determinou pela necessidade efetiva que nós temos de apoiar a nossa comunicação social.

A comunicação social dos Açores é a história dos Açores.

Os jornais, a rádio e os meios de comunicação digitais, traduzem de uma forma perpétua a vivência das nossas ilhas e da nossa Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, atribuir determinados incentivos para que a comunicação se enalteça de forma isenta e imparcial, é contribuir para a liberdade e para estimular o pensamento do Povo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é por isso, essencialmente por isso, que o Grupo Parlamentar do PSD junta-se e apela para que façamos tudo o que seja necessário para manter uma comunicação social viva e livre. Sejam todos esses esforços implementados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E também enaltecer, na sequência do tem sido as atuações do Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo, nos campos europeus e norte-americano, designadamente no que diz respeito à procura de soluções para esta pandemia em que nos encontramos.

Que todos esses esforços mereçam também a solidariedade de todos os partidos com assento neste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos nós somos poucos para fazer um combate eficaz a esta pandemia do Covid-19.

Todos nós, através dos nossos contatos e, sobretudo, através das ligações que mantemos, seja na diáspora ou nas instituições europeias, devemos manter este compromisso, não connosco, mas acima de tudo com o Povo dos Açores para que, de uma forma eficaz, consigamos atravessar este momento menos bom em que nos encontramos, para acharmos novos patamares de desenvolvimento económico, social e cultural para este Povo dos Açores que merece e exige.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários, Sr. Deputado Berto Messias:

Realmente não podíamos estar mais de acordo. Os assuntos europeus estão muito bem entregues ao Sr. Subsecretário Pedro Faria e Castro e ao Sr. Diretor Regional Carlos Amaral, os quais articulam extraordinariamente bem com a Vice-Presidência, quer na nossa dimensão europeia quer na nossa dimensão para o outro lado do Atlântico. E temos feito um *team work* verdadeiramente notável, em prol dos Açores e das nossas comunidades, articulando com a Direção Regional das Comunidades.

Nesse sentido, Sr. Deputado, se me permite, queria esclarecê-lo relativamente ao Conselho da Diáspora para o qual, aliás, fui eleito neste Parlamento e pertenci durante 1 ano e uns meses – com muito gosto – com a Sra. Deputada Elisa Sousa e o Sr. Deputado José San Bento.

Gostaria de dizer-lhe que efetivamente poderia ser no dia 24 de maio – Dia dos Açores. Era esse também o nosso desejo. Só que não foi possível porque, como sabe, o processo parou durante algum tempo, por circunstâncias políticas e eleitorais várias. E nós quando pegámos no processo, tínhamos apenas 300 eleitores inscritos. Posso, hoje, afirmar com gosto que já temos mais de 600 eleitores inscritos. Fizemos um esforço extraordinário para captação de eleitores, para que o processo pudesse ser participativo junto de todas as nossas comunidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E também lhe digo com satisfação que em vários estados, temos vários candidatos para uma só posição. E, portanto, é a democracia participativa das nossas comunidades, com este Conselho da Diáspora, uma boa iniciativa do Governo anterior e que nós queremos continuar a estimular.

Não havendo a possibilidade de fazer no dia 24 – era a nossa preferência também – vamos fazer no dia 10 de junho.

Esta é a justificação porque, como sabe, depois do processo eleitoral que vai até ao dia 22 de maio, temos que dar o tempo para reclamação, apurar os resultados e devido aos fusos horários, não se consegue apurar do Brasil à Califórnia ou Uruguai, em 24 horas.

Portanto, com muita prudência, com certeza e assertividade, teremos o Conselho da Diáspora instalado no dia 10 de junho.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A comunicação social é importante para qualquer sociedade que se quer livre e democrática.

Inúmeros são os apoios públicos que na Região Autónoma dos Açores são distribuídos há muitos anos por todos os agentes económicos das mais variadas áreas, em virtude da natureza arquipelágica da nossa Região. E a comunicação social, sem qualquer tipo de estigmatização e inserida que está na nossa sociedade e na nossa economia, deverá ser merecedora também de apoio financeiro.

Porque desejamos que a comunicação social seja solidamente financeira, porque essa é a garantia de termos uma comunicação livre e isenta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Breves palavras para, no final deste debate de apreciação das propostas, deixar uma nota, enquanto Presidente do Governo, do apreço a cada um dos Membros do Governo, pela capacidade demonstrada de, em sede de configuração destes

instrumentos de planeamento, poderem dar o contributo necessário à concretização do Programa do Governo. E fazer da governação um exercício responsável da concretização dos acordos políticos assumidos, do Programa do Governo sufragado e aprovado nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, por isso, quero deixar também uma nota às Sras. e Srs. Deputados de satisfação, pelo facto de, querendo na plenitude da sua legitimidade democrática, ouvir o esclarecimento, propor a alteração, suggestionar a crítica e a afirmação duma alternativa, como a essencialidade da pluralidade do debate democrático.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas não posso deixar, no entanto de, tristemente, registar que em sede dos trabalhos parlamentares que não se reduzem nem resumem ao plenário, sobretudo para a avaliação de pormenor destes instrumentos de planeamento e de orçamento, de aproveitar exatamente as audições dos Membros do Governo em Comissões Parlamentares reunidas para o efeito, para poderem estabelecer as dúvidas, suscitando os esclarecimentos. E não fazer do Plenário, uma tática para retirar tempo à gestão do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Não estou a perceber em que medida é que isto se enquadra na política externa!

Deputado Francisco César (PS): E depois não querem a crítica!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: Não eleva o debate.

Não assume perante os Açores e perante os Açorianos, o maior respeito pela oportunidade desta pluralidade.

Por isso, quero dizer que é total a disponibilidade do Governo para, na correção deste pressuposto, podermos alongar as audições em Comissão Parlamentar e, com isso, estabelecer os esclarecimentos, ou até identificar os erros, as omissões e fazer a promoção da correção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E aqui formalizar em propostas de alteração o que pode e deve ser feito.

Sim, a vida é sempre mais rica do que qualquer previsão.

Sim, cada debate parlamentar pode ser uma oportunidade para inscrever no registo do aperfeiçoamento as oportunidades de alteração ao Regimento, ou mesmo do comportamento parlamentar. O Governo está disponível. E também devo dizer que na disponibilidade de esclarecimento de todos os Membros do Governo, cada um fez o seu melhor e o que estava ao seu alcance, na gestão do tempo que o Governo tem. Mas, ainda assim, quero deixar ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a disponibilidade dos Membros do Governo que identificaram alguns esclarecimentos que podem ser, ainda assim, pontuados, a disponibilidade para deixar, por escrito, estes esclarecimentos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Sendo, no entanto, preferível fazer este exercício de melhor e mais pormenorizado escrutínio, em sede de Comissões Parlamentares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Esta deve ser a valência do debate e do esclarecimento. E aqui a afirmação das posições políticas.

Ninguém se inibe da diferença. Aliás, a diferença das alternativas está na afirmação da democracia. E esta é sempre benvinda e apreciada. Mas nós temos o nosso rumo e assumimos a nossa diferença!

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados das diversas bancadas dos partidos da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente do Governo.

Informo que o Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, tendo sido apresentadas todas as áreas governativas, encerramos os nossos trabalhos por hoje. E voltamos amanhã às 10 horas para as declarações finais.

Boa noite. Bom trabalho, porque espera-nos uma longa jornada de trabalho para preparar as votações destes documentos que estivemos a apreciar.

Bom trabalho a todos e até amanhã.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata

Jaime Luis Melo Vieira

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada que faltou à Sessão:

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

A Redatora: Ana Paula Lemos